



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO

Santana do Ipanema/AL
Novembro 2017

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Prof. Msc. Anderson David Gomes dos Santos

Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos

Prof. Msc. Esdras dos Santos Carvalho

Prof. Msc. José Augusto de Medeiros Monteiro

Prof.^a Msc. Josicleide de Amorim Pereira Moreira

Prof. Msc. Hélio Felipe Freitas de Almeida Silva

Prof. Msc. Leandro Araújo Wickboldt

Prof. Msc. Leandro da Costa Lopes

Prof. Msc. Manoel Valquer de Oliveira Melo

Prof. Msc. Marcos Igor da Costa Santos

Prof.^a Msc. Josicleide de Amorim Pereira Moreira

Prof.^a Msc. Patrícia Brandão Barbosa da Silva

Prof.^a Msc. Tatiana Frey Biehl Brandão

TAE Msc. Andréa Cristhina Brandão Teixeira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. APRESENTAÇÃO	7
1.1 Contextualização	7
1.2 Realidade regional.....	9
1.3 Justificativa	11
1.4 Histórico do curso	13
2. CONCEPÇÃO DO CURSO	16
2.1 Dados de identificação do curso	16
2.2 Objetivos.....	16
2.2.1 Objetivo geral	17
2.2.2 Objetivos específicos	17
2.3 Perfil e competência profissional do egresso.....	18
3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	20
3.1 Corpo docente	26
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	27
4.1 Matriz e Proposta Curricular.....	29
4.1.1 Matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado.....	34
4.1.2 Proposta Curricular	39
4.2 Atividades Curriculares de Extensão	85
4.2.1 Programa de Extensão: Contabilidade e Desenvolvimento	86
4.2.1.1 Projeto: Educação Financeira para a População (ACEs 1 e 2).....	90
4.2.1.2 Projeto: Contabilidade para Micro e Pequenos Empreendedores (ACEs 5 e 6)...	94
4.2.1.3 Projeto: Observatório Social (ACEs 5 e 6).....	97
4.2.1.3 Eventos (ACEs 3 e 4)	101
4.3 Integração entre ensino, pesquisa e extensão.....	102
5. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	102
6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	107
7. OUTRAS AVALIAÇÕES.....	109
8. APOIO AOS DISCENTES.....	114
9. APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS	116
10. INFRAESTRUTURA.....	118
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICE 1 – Resolução TCC	124

INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento público que tem por finalidade apresentar os cursos da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para a comunidade acadêmica. Foi elaborado de forma participativa e incluiu representantes de todos os segmentos envolvidos na organização do curso – Colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado –, tendo como base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), evidenciando, ainda, os seguintes princípios:

- 1 Indissociabilidade entre pesquisa, ensino extensão;
- 2 Interdisciplinaridade e articulação entre as diversas atividades desenvolvidas;
- 3 Flexibilização curricular;
- 4 Contextualização e criticidade dos conhecimentos;
- 5 Ética como orientação das ações educativas; e
- 6 Prática de avaliação qualitativa, sistemática e processual do PPC.

Vale ressaltar que, segundo Veiga (2004, p.17), “não existe um projeto de curso isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade”.

Além disso, o PPC, organizado coletivamente pelo Colegiado de Curso e pelo NDE, apresenta-se como um documento que revela a identidade e a intencionalidade da formação intelectual e profissional do discentes e egressos do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado. O referido PPC busca a COESÃO entre as legislações vigentes, o perfil profissional do curso, as atividades didático-pedagógicas, as concepções pedagógicas, as orientações metodológicas, os procedimentos didáticos de ensino e aprendizagem, as formas de avaliação, as atividades que ocorrem no curso, ou seja, a “vida” do curso.

Além desses elementos, o PPC foi construído de forma a contemplar às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, bem como todas as outras legislações exigidas pelo Ministério da Educação (MEC) e Conselho Nacional de Educação (CNE), a saber:

1. **Carga horária mínima**, em horas, para Bacharelados, conforme a Resolução CNE/CES nº 02/2007;
2. **Tempo de integralização**, conforme normatiza a Resolução CNE/CES nº 02/2007;
3. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira, Africana e Indígena**, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº

11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004;

4. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012;
5. **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012;
6. **Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, na Lei nº 13.146/2015, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003;
7. **Disciplina de Libras**, conforme Decreto nº 5.626/2005; e,
8. **Políticas de educação ambiental**, conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

Portanto, conforme salienta Veiga (2004, p. 25):

O projeto político-pedagógico é mais do que uma formalidade instituída: é uma reflexão sobre a educação superior, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza na universidade. O projeto político-pedagógico é uma aproximação maior entre o que se institui e o que se transforma em instituinte. Assim, a articulação do instituído com o instituinte possibilita a ampliação dos saberes.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Endereço do Campus sede: Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió/AL -
Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 - 970

Fone: (82) 3214-1100 (Central)

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

Curso: Ciências Contábeis Bacharelado

Autorização: Resolução nº 46/2009 – CONSUNI/UFAL, de 06 de julho de 2009

Reconhecimento: Portaria nº 876 de 12/11/2015

Modalidade: Bacharelado, Presencial

Número de Vagas: 50 vagas/ano

Título oferecido: Bacharel em Ciências Contábeis

Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Campus: Sertão

Município-Sede: Santana do Ipanema

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço de funcionamento do curso:

Rua Vereador Abdon Marques, 34, Monumento – Santana do Ipanema / AL, CEP 57500-000.

Telefone: (82) 3216-1770.

Portal eletrônico do curso: <http://www.ufal.edu.br/sertao/graduacao/ciencias-contabeis>

Coordenador do Curso

Nome: José Augusto de Medeiros Monteiro

Formação acadêmica: Formado em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal da Paraíba, com mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco.

Titulação: Mestre em Ciências Contábeis

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

1. APRESENTAÇÃO**1.1 Contextualização****CONTEXTO INSTITUCIONAL**

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

De acordo com o Estatuto e Regimento Geral da UFAL, Art. 2º os objetivos institucionais da UFAL são:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de

publicações ou de outras formas de comunicação;
V - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
VI - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. C. Simões, em Maceió. Possui 84 cursos de graduação, com mais de 32 mil alunos matriculados em seus cursos de graduação, distribuídos em Unidades Acadêmicas, nos três campi: A.C. Simões (Maceió) Arapiraca e do Sertão (Delmiro Gouveia).

O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 cursos, todos presenciais.

Atualmente, a UFAL conta com um quadro de servidores composto por cerca de 1.698 servidores técnico-administrativos e 1.394 docentes. No que se refere à pós-graduação, atualmente, 2.312 alunos estão regularmente matriculados nos 39 programas *stricto sensu*, sendo 30 mestrados e 9 doutorados. Possui ainda 13 especializações.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. Os pesquisadores e discentes envolvidos em pesquisa dentro da Ufal estão organizados em grupos de pesquisa e são constantemente monitorados para se manterem atualizados e certificados pela instituição e pelo CNPq. Em 2016 a Ufal tinha 381 grupos de pesquisa certificados pela instituição, com 1453 linhas de pesquisa e 421 doutores envolvidos em Pesquisa. A extensão contribui com diversos programas e, também, é uma atividade em constante expansão, mantendo aproximadamente 600 convênios com empresas e instituições públicas e privadas. Além disso, deve-se destacar que o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) prevê que a extensão seja um componente curricular obrigatório para todos os cursos, apresentando-se como 10% da carga horária dos mesmos.

A UFAL oferece diversos programas de incentivos aos alunos, tais como: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq), o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID/CNPq/CAPES), o Programa de Educação Tutorial (PET) e

Monitoria.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo considerando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a livre escolha dos estudantes para as vagas destinadas para cada cursos e publicadas na plataforma do SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

1.2 Realidade regional

A Região Nordeste, em destaque para o sertão alagoano, conforme dados do IBGE apresenta uma realidade caracterizada pelas maiores disparidades nas taxas e indicadores que definem a condição de vida das pessoas, como a baixa escolaridade e poucas alternativas para a continuidade dos estudos, promovendo a evasão, principalmente, dos jovens que completam o Ensino Médio, bem como a falta de profissionais qualificados que possam contribuir efetivamente com o desenvolvimento local/regional.

A região que vem se despontando pelos arranjos institucionais, como território inserido nas mesorregiões dos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente e do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário; pela implantação das novas institucionalidades, a exemplo dos fóruns, comitês, sedes de arranjos produtivos da apicultura, caprinovicultura, da piscicultura; pelo potencial natural e beleza cênica; este crescimento tecnológico contribui para que os jovens e outros sujeitos que desejam participar do desenvolvimento de seu lugar não sejam obrigados a se afastarem em busca de uma formação profissional e conseqüentemente melhorem suas condições de vida.

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

O PIB per capita estadual era de R\$ 12.335,44, em 2014, sendo o terceiro menor dentre os estados brasileiros. O setor de serviços apresenta-se como o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 73 %. Os restantes 27% estão distribuídos em atividades industriais (16%) e agropecuárias (11%) – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e

microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

A UFAL, a partir de maio de 2004 iniciou estudos para a elaboração de seu projeto de interiorização/expansão. Era necessário atender a demanda por educação superior do interior alagoano, que representa 68,5% das matrículas no ensino médio. Com a interiorização, a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo que estava em tramitação na SESu/MEC, mas hoje se encontra suspenso em função da crise financeira que as universidades federais atravessam.

A forte demanda, base natural e vocações econômicas sub-regionais alagoanas embasaram o projeto que propôs inicialmente, três novos campi: **Campus do Agreste** – sede em Arapiraca, com Unidades em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa que se constituiu na primeira etapa da interiorização e o **Campus Sertão** – sede em Delmiro Gouveia, com Unidade em Santana de Ipanema como a segunda etapa, em processo de implantação.

O município de Santana do Ipanema, onde a unidade que oferta o curso de Ciências Contábeis Bacharelado é localizada, de acordo com o censo do IBGE de 2010 possui uma população de 44.932 pessoas. O salário médio mensal, conforme o IBGE (2015) é de 1,7 salários mínimos, ficando abaixo de 3.665 municípios brasileiros no ranking apresentado pelo IBGE. De acordo com o referido instituto, o PIB per capita do município é de R\$ 9.986,65 (IBGE, 2015).

Quanto aos indicadores educacionais, conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), Santana do Ipanema tem 31,09% de sua população acima dos 18 anos analfabeta, enquanto que o indicador nacional apresenta que 10,19% da população brasileira acima dos 18 anos é analfabeta. Dentre sua população com mais de 25 anos, apenas 4,17% possui formação superior, e o indicador nacional demonstra que 11,27% da população brasileira com essa mesma faixa etária tem curso superior completo. Tais indicadores reforçam a necessidade de investimentos em educação na região, que apresenta indicadores de renda e de educação abaixo da média nacional.

Destaca-se ainda, a relevância histórica regional e nacional do município sede do Campus do Sertão como palco de uma das experiências pioneiras da industrialização rural conduzida pelo visionário Delmiro Gouveia. Assim o Campus do Sertão, como vetor do

desenvolvimento, enfatiza junto ao sua unidade em Santana do Ipanema as vocações, as potencialidades e capacidades empreendedoras e as questões referentes à gestão das micro e pequenas empresas, formas associativas, e a sustentabilidade destas, considerando especialmente o contexto da Caatinga e os gargalos no desenvolvimento das cadeias produtivas, justificando a importância da oferta, neste local, de Cursos do Eixo de Gestão, como é o caso de Ciências Contábeis Bacharelado e Ciências Econômicas Bacharelado.

Assim, os cursos de graduação definidos para o Campus Sertão, no âmbito do programa de expansão da UFAL, constituem experiência inovadora, apresentando características distintas daquelas dos cursos do Campus Central/Maceió. Respondem à necessidade de adoção de um projeto acadêmico-administrativo inovador, racional, flexível e econômico em recursos humanos e materiais, conforme exigem os novos tempos. Mas sem sacrificar a qualidade face às novas dinâmicas do conhecimento, a consideração da pluralidade dos saberes e da interdisciplinaridade, objetivando a formação competente e cidadã dos seus alunos.

Neste sentido o projeto do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado foi pensado com a finalidade de apresentar à comunidade acadêmica interna e externa o seu Projeto Pedagógico, dotado de flexibilidade, capaz de se ajustar à dinâmica local e regional que possibilite promover a dinamização das ações de pesquisa, pós-graduação e extensão, objetivando atender às novas necessidades da sociedade sertaneja em um contexto regional e global.

Desta forma este projeto baseia-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis Bacharelado, contidas na Resolução CNE/CES nº. 10 de 16 de dezembro de 2004, o que permitirá que o Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da UFAL, Campus do Sertão ofereça uma adequada formação teórico-histórica, sem perder de vista a tese da qualidade, como forte indicador do comprometimento com a formação e a qualificação do bacharel em ciências contábeis.

1.3 Justificativa

Vivemos um período em que a velocidade das mudanças faz dos nossos instrumentos de compreensão do mundo insuficientes a cada instante e, portanto, necessitados de novos conhecimentos técnicos e científicos.

A instituição educacional é, hoje, o celeiro de novas ideias e palco de debates, o elo

entre os atuais desafios e as respostas necessárias para desenvolver na sociedade a capacidade de fazer questionamentos e o exercício da crítica, possibilitando o desenvolvimento de soluções aos problemas e desafios vivenciados pelos indivíduos nos seus diferentes campos de atividade.

Nesse contexto, o curso de Ciências Contábeis Bacharelado deve ser entendido como um canal de integração do saber, fazer e pensar no sentido de atender as necessidades da sociedade em que está inserido, ofertando uma educação superior apoiada no ensino, na pesquisa e na extensão e pautada na aquisição de conhecimentos universais necessários ao comprometimento com a coletividade, a formação e emancipação humana e focada no desenvolvimento regional.

As duas últimas décadas foram marcadas pela ocorrência ou fortalecimento de diversos eventos econômicos que evidenciaram o papel do profissional contabilista como a pessoa responsável pela transparência e esclarecimento de cada fato que tenham impactado o patrimônio seja de entidades privadas, como das públicas e até mesmo das pessoas físicas.

O sertão alagoano demanda profissionais com competência para interagir com a realidade local/regional, o Curso de Ciências Contábeis Bacharelado insere-se no contexto do programa de expansão da Universidade como resposta às necessidades de uma demanda localizada no sertão alagoano, de forma a contribuir para o desenvolvimento local/regional e possibilitar a esta, exercer seu papel social na superação dos desafios que se verificam neste território.

Podendo, a UFAL, por meio do Campus do Sertão criar curso de pós-graduação regular para profissionais de Ciências Contábeis Bacharelado e áreas afins, promovendo o fortalecimento da articulação entre universidade x sociedade civil x setor privado x setor público, e fornecer os meios adequados para que ensejem atividades de pesquisa e extensão e com a necessária flexibilidade para ajustar-se às mudanças que o mundo acadêmico e a sociedade exigem.

Assim, este projeto político pedagógico foi elaborado considerando o perfil do profissional do curso de Ciências Contábeis de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*UNCTAD*), com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com o Conselho do Ensino Superior (CES), em conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Leis de Diretrizes e Base (LDB) - e Resolução de nº 6, de 10 de março de 2004, do Conselho Nacional de Educação a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Contábeis,

bacharelado, e regulamenta os requisitos para a formação acadêmica deste citado Curso.

Além da necessidade de atender às novas diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação, este projeto atende também ao novo regime acadêmico da UFAL no Campus do Sertão a ser implantado a partir do semestre letivo de 2017.2.

Visto que atualmente a Universidade Federal de Alagoas está em processo de revisão e atualização dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos do interior do estado de Alagoas, momento em que a gestão desta instituição atendeu a demanda dos Campus Arapiraca e do Sertão em alterar a formatação dos cursos, que antes se configurava em troncos e eixos, contrário aos princípios de flexibilização curricular. Nesse sentido, observando a deliberação do Conselho Universitário no que se refere a resolução 47/2016-CONSUNI/UFAL, de 28 de novembro de 2016, os projetos pedagógicos dos cursos do Campus Sertão devem ser reestruturados em função dessas duas grandes alterações (1) ofertar seus cursos com entrada única anual e (2) a extinção do modelo de troncos e eixos.

Assim, a matriz curricular, as disciplinas ofertadas e os respectivos conteúdos programáticos do Curso de bacharelado em Ciências Contábeis passaram por ajustes e revisões não só devido às adequações legais a que estamos subordinados, mas também em atendimento das demandas da sociedade sertaneja. Essa organização do curso se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o trabalho de conclusão de curso, o sistema de avaliação, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos.

Com este projeto o Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da UFAL no Campus do Sertão vem atender a uma demanda social de continuidade de formação acadêmica dos alunos egressos do ensino médios, de instituições públicas e privadas da região, ao tempo em que proporciona oportunidade de empregabilidade, dos bacharéis em ciências contábeis, em instituições públicas e privadas atendendo a atual demanda do mercado tanto no âmbito regional como global.

1.4 Histórico do curso

O Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão, iniciou suas atividades em agosto de 2010, no município de Santana do Ipanema, momento no qual a UFAL iniciou suas atividades presenciais neste município. Na época a

UFAL definiu padrões e procedimentos institucionais, estrutura e projeto pedagógico como resposta aos desafios da contemporaneidade e suas exigências contemplando:

1. conhecimento geral, comum a todos os cursos;

2. conhecimento compartilhado, intermediário, comum aos cursos de cada eixo de formação;

3. conhecimento específico de cada profissão, alinhado à ciência universal, considerando as particularidades locais e a inovação

No semestre letivo referente ao período de 2016.2, foram matriculados 199 discentes no Curso de Ciências Contábeis Bacharelado, os quais são oriundos de 24 municípios alagoanos, localizados principalmente na Região do Semiárido, sendo que 45,7% são de Santana do Ipanema. Além disso, 25 egressos já colaram grau, sendo que alguns egressos já ingressaram e/ou concluíram Especialização na área ou em áreas afins e, atualmente, um é aluno do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) na UFAL, sendo que nossos egressos atuam profissionalmente em entidades públicas (concursados) e privadas da região ou em outras regiões do estado de Alagoas, de forma autônoma ou empregados.

No que se refere à pesquisa e extensão, desde seu início o Curso de Ciências Contábeis Bacharelado vem desenvolvendo diversas ações e eventos acadêmicos tanto no âmbito da Universidade Federal de Alagoas quanto em parcerias com outras Instituições de Ensino Superior. Cabe salientar que atualmente há docentes do curso de Ciências Contábeis Bacharelado inseridos em grupos de pesquisa da Unidade de Santana do Ipanema, em outros grupos da UFAL e em outras instituições, assim como existem docentes e discentes deste curso de bacharelado atuantes na Empresa Jr (CONTECJr) da Unidade de Santana, assim como discentes inseridos em movimentos estudantis através do Centro Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis.

Os Projetos de Extensão desenvolvidos na Unidade de Ensino de Santana do Ipanema nos últimos anos com participação de docentes e discentes do curso de ciências contábeis são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Projetos de Extensão com Participação de Docentes e Discentes do Curso

ANO	PROJETO	OBJETIVO
2016-2017	Riscos da profissão docente: Conscientização sobre a síndrome de Burnout em professores de Instituições de Ensino de Santana do Ipanema	Trabalhar a partir de quatro instituições de ensino de duas cidades diferentes com atuação da UFAL, de maneira a identificar a possibilidade do surgimento da Síndrome de Burnout, verificando possíveis fatores de risco, como o estresse, que possam ser verificados no ambiente de trabalho.
2016-atual	Potencialidades e cuidados com o uso e a apropriação de mídias sociais por crianças e adolescentes	Orientar o bom uso das mídias sociais aos estudantes, crianças e jovens que cada vez mais e mais cedo têm o acesso à internet.
2016-atual	Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais	Subsidiar, a partir da sistematização e análise dos dados de realidade e da extensão universitária, o fortalecimento das lutas sociais em Alagoas, sem as quais as políticas públicas tenderão ao desmonte contínuo.
2017-atual	Acompanhamento do Custo da Cesta Básica no Município de Santana do Ipanema/AL	Estudar e acompanhar o comportamento do custo da cesta básica e do salário mínimo necessário para adquiri-la, como referência de custo de vida no município de Santana do Ipanema/AL.
2018-atual	Gestão Financeira para Micro Empreendedores Individuais	Contribuir para o fortalecimento dos micro negócios de Santana do Ipanema, por meio da gestão financeira.
2018-atual	Educação Financeira para a População	Estimular a comunidade escolar das escolas da rede pública de ensino do município de Santana do Ipanema/AL, a utilizar princípios da economia financeira para adequar as receitas familiares com as despesas previstas, contribuindo para que os orçamentos das famílias proporcionem o máximo de qualidade de vida possível e estimulem a cidadania.
2018-atual	O meio ambiente como patrimônio cultural: um inventário dos usos das águas do rio São Francisco nas cidades de Piranhas e Penedo, no estado de Alagoas	Realizar um inventário do patrimônio cultural, histórico e natural relacionado ao rio São Francisco, nas cidades de Piranhas e Penedo, localizadas no Estado de Alagoas.

Por fim, o projeto do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado foi pensado com a finalidade de apresentar à comunidade acadêmica interna e externa o seu Projeto Pedagógico, dotado de flexibilidade, capaz de se ajustar à dinâmica do desenvolvimento local e regional, enquanto proposta transformadora, que possibilite promover a dinamização das ações de pesquisa, pós-graduação e extensão, objetivando atender às novas necessidades do mercado, no contexto dos avanços derivados do processo de desenvolvimento socioeconômico e educacional, não só do Brasil, mas em particular no Sertão de Alagoas.

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

2.1 Dados de identificação do curso

- **Nome do curso:** Ciências Contábeis Bacharelado
- **Modalidade:** Presencial
- **Endereço de funcionamento:** Endereço: Rua Vereador Abdon Marques, 34, Monumento – Santana do Ipanema / AL, CEP 57500-000. Telefone: (82) 3216-1770.
- **Atos legais:** Resolução 46/2009 CONSUNI/UFAL de 06 de julho de 2009
- **Conceito Curso (CC):** 4
- **Turno de funcionamento:** Noturno, com entrada no segundo semestre de cada ano.
- **Titulação conferida aos egressos:** Bacharel em Ciências Contábeis
- **Formas de ingresso:** O ingresso no curso de Ciências Contábeis Bacharelado é efetivado por meio de processo seletivo, sendo a prova do ENEM o meio de seleção e a plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada) o meio de inscrição, respeitados os critérios de cotas em vigor. A UFAL poderá adotar outros processos de seleção, simplificados ou não, para o preenchimento de vagas ociosas ou em casos de convênios firmados no interesse público. Dentre outros, aqueles que dizem respeito à formação de professores que atuam na rede pública de ensino e à formação de gestores públicos. Em todos os casos, a igualdade de oportunidade de acesso é garantida por meio de editais. A UFAL adota uma perspectiva de não produzir nenhuma vaga ociosa, utilizando, periodicamente, conforme o seu calendário acadêmico, editais de reopção, de transferência e de reingresso (nesse caso só para os cursos que possuem as duas modalidades: licenciatura e bacharelado).
- **Carga horária total do Curso:** 3.002h
- **Duração máxima do Curso:** 12 Semestres
- **Duração mínima do Curso:** 8 Semestres
- **Número de vagas oferecidas a cada semestre:** 50 vagas/ano

2.2 Objetivos

Os objetivos do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado foram organizados de modo a proporcionar o direcionamento das ações do aluno para que este busque uma formação

adequada às exigências do mercado e da sociedade, respeitando o princípio da ética e de uma atuação profissional voltada à cidadania.

Assim, o presente PPC foi organizado de modo a permitir que os profissionais na área das Ciências Contábeis tenham condições de intervir de maneira crítica e sustentável em ações que possibilitem modificar e/ou informar aos usuários das informações contábeis acerca das condições patrimoniais da entidade.

2.2.1 Objetivo geral

Preparar os discentes para atuarem na área contábil, estimulando o desenvolvimento da capacidade de compreender o contexto social, econômico e político, bem como encaminhar soluções e fornecer informações que propiciem aos usuários tomarem decisões, respeitando os valores e condutas éticas.

2.2.2 Objetivos específicos

- Desenvolver a formação teórico-prática do aluno;
- Aprimorar a capacidade reflexiva para a resolução de situações-problema relacionados à prática contábil;
- Preparar os discentes para a elaboração dos instrumentos de evidenciação contábil;
- Desenvolver o espírito criativo e inovador na busca de novos conhecimentos e atitudes transformadoras da realidade organizacional e social;
- Atuar na sociedade como profissional e cidadão consciente de suas responsabilidades sociais e éticas na promoção do bem comum;
- Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;
- Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- Revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

2.3 Perfil e competência profissional do egresso

O egresso do curso de bacharelado em Ciências Contábeis é um profissional crítico dotado de conhecimentos inter e multidisciplinares, sendo capacitado a compreender os cenários social, político, econômico, financeiro e cultural em âmbito nacional e internacional, retratando a influência destes na profissão contábil. Dessa forma, o curso, visa viabilizar sua inserção em uma sociedade globalizada e dinâmica, com constantes alterações no campo de atuação profissional.

Poderá atuar nas diversas áreas da Contabilidade, tais como: Empresarial, governamental, auditoria, perícia e controladoria, contribuindo de forma efetiva com a sociedade de um modo geral e, em particular, com as organizações para as quais presta serviços.

- Perfil Geral: profissionais dotados de competências e habilidades, com compreensão do contexto social, econômico e político, capazes de encaminhar soluções e fornecer informações que propiciem aos usuários internos e externos da contabilidade tomarem decisões, respeitando os valores e condutas éticas e de responsabilidade sociais e ambientais.
- Perfis Específicos: profissionais que exercem, com ética e proficiência, as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica.

As competências e habilidades que o curso espera desenvolver nos profissionais contábeis por ele formados, estão em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Ciências Contábeis Bacharelado, sendo estes:

- Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;

- exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante à sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítica analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

2.3.1 Campo de atuação do profissional

O contador é o profissional com formação humanística e técnica voltada para o desenvolvimento de uma consciência cultural e crítica a respeito das atividades pertinentes ao seu campo de atuação, que o capacitem a influenciar nos processos de mudanças, tanto no que se referem às alterações estruturais, quanto ao processo administrativo e ao comportamento das pessoas.

O campo de atuação dos contadores apresenta várias perspectivas profissionais, pública e privada, proporcionando-lhes trabalhos na área de ensino, bem como oportunidades de atuar no setor empresarial e governamental.

Nesse contexto, com a globalização da economia, o mundo dos negócios está sendo afetado e os gestores das entidades públicas e privadas estão cada vez mais interessados em obter informações relevantes, compreensivas, confiáveis e comparáveis de forma a proporcionarem tomadas de decisões racionais.

O campo de atuação para esse profissional consiste em atividades na iniciativa pública e privada, de qualquer natureza, devendo o profissional de contabilidade ser proativo, empreendedor, com uma postura criativa, aberto a novas ideias, sendo catalisador de mudanças e consciente de sua atualização profissional.

O contador pode atuar dessa forma, como um profissional autônomo, prestando serviços técnicos de contabilidade, auditoria e consultoria, sendo esse profissional essencial para o bom funcionamento das empresas, podendo assumir ainda a responsabilidade da área contábil, auditoria interna, controladoria, orçamento financeiro, consultoria fiscal-tributária, custos, planejamento gerencial e análise das demonstrações contábeis.

3. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Colegiados de Curso

O Colegiado do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão, segue o que normatiza o Regimento Geral da UFAL, em seus artigos 25 e 26. No que se refere ao artigo 25, este normatiza que o:

Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

- I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;
- II. 01 (um) representante do Corpo Docente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;
- III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução (UFAL, 2006, p. 3).

Em seu parágrafo único, este artigo, expõe que o: “Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram” (UFAL, 2006, p. 3).

Já artigo 26 normatiza que:

São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

- I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;
- II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

- III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;
- IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;
- V. exercer outras atribuições compatíveis (UFAL, 2006, p. 4).

Seguindo esta normatização, o Colegiado do Curso de Ciências Contábeis da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão, é composto por 12 membros, sendo 07 membros efetivos e 05 suplentes distribuídos da seguinte forma:

- 08 docentes, sendo 05 membros efetivos e 03 membros suplentes;
- 02 técnicos-administrativos, sendo 01 membro efetivo e 01 membro suplente; e
- 02 discentes, sendo 01 membro efetivo e 01 membro suplente.

Assim, a atual composição do Colegiado é a seguinte:

Quadro 2 – Composição do Colegiado de Ciências Contábeis

MEMBRO EFETIVO	MEMBRO SUPLENTE
<i>Docentes</i>	
José Augusto de Medeiros Monteiro (Coordenador)	Hélio Felipe Freitas Almeida Silva
Patrícia Brandão Barbosa da Silva (Vice-coordenadora)	Leandro Araújo Wickboldt
Josicleide de Amorim Pereira Moreira	Manoel Valquer Oliveira Melo
Leandro da Costa Lopes	
Marcos Igor da Costa Santos	-
<i>Técnicos Administrativos</i>	
Emerson Lima de Menezes	Andrea Cristhina Brandão Teixeira
<i>Discentes</i>	
Stella Gomes de Melo	Maria Alice Rodrigues de Souza

Colegiado do Curso de Ciências Contábeis da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão é Coordenado pelo professor Mestre José Augusto de Medeiros Monteiro. O professor possui graduação em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal da Paraíba, com Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco. Está vinculado à UFAL desde 2015, sendo professor efetivo com dedicação exclusiva, lotado na Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão.

O Colegiado é renovado a cada 2 anos, por meio de eleições. Participam do pleito, como candidatos e/ou votantes, os docentes, técnicos-administrativos e discentes vinculados ao Curso de Ciências Contábeis Bacharelado.

As reuniões do Colegiado ocorrem bimestralmente, podendo haver mais de uma reunião (reuniões extraordinárias), caso haja demanda que necessite de deliberação.

Para apoiar o Colegiado de Curso em suas várias atribuições, o Curso de Ciências Contábeis Bacharelado conta, ainda com coordenações que cuidam de componentes curriculares obrigatórios e essenciais para a formação de nossos estudantes: a Coordenação de Estágio Supervisionado, a Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a Coordenação de Extensão e o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Coordenação de Estágio Supervisionado

Ao reconhecer o Estágio Supervisionado uma atividade essencial na formação do profissional, o curso possibilita que nossos estudantes realizem os estágios curriculares na forma da lei 1.788/2008, quando acredita que o estágio se configura como um “ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”.

Para fazer o acompanhamento desse componente curricular, a coordenação de estágio na Unidade Educacional Santana do Ipanema é exercida pelo docente Esdras dos Santos Carvalho.

No item 4.1.2, Proposta Curricular, descreveremos com mais detalhes como ocorre o Estágio Supervisionado no Curso de Ciências Contábeis

Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

No que se refere ao Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão, o Trabalho de Conclusão de Curso está disciplinado pela Resolução própria do colegiado do curso. O TCC deverá ser concretizado a partir da produção de uma monografia ou artigo científico, individual, sendo esta uma atividade obrigatória, com carga horária de 100 horas, que, dentre as características pertinentes está a orientação, conforme Apêndice 1.

A orientação de TCC é obrigatória para os docentes efetivos do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema, devendo ser fundamentada em plano de trabalho, organizado conjuntamente pelo orientando e orientador. A coordenação de TCC é exercida atualmente pelo docente Hélio Felipe Freitas Almeida Silva

Coordenação de Extensão

A Resolução CONSUNI 04/2018, tem, entre outros, o objetivo de reafirmar a Extensão Universitária como “processo acadêmico entendido como um processo interdisciplinar, educativos, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade”. Nesse sentido, o curso de Ciências Contábeis Bacharelado, através de sua Coordenação de Extensão, trabalha, juntamente com a Pró-reitoria de Extensão (PROEX) no desenvolvimento de ações de extensão, pois esse é um dos tripés da Universidade. A Coordenação de Extensão é exercida atualmente pela docente Izabelita Oliveira Barboza.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010 a UFAL instituiu, através da Resolução 52/2012 no âmbito de seus Cursos de Graduação os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), em conformidade com as especificações legais.

Neste sentido, os NDE são compostos pelo mínimo de cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação stricto sensu e formação na área do curso. Considera-se, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do curso e sua dedicação ao mesmo.

O NDE do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão, detém como premissa a consolidação do Curso, através da busca constante por excelência acadêmica, como pela instrumentalização profissional cujo objetivo é habilitar os egressos a atuarem numa economia dinâmica, complexa e demandante de uma visão interdisciplinar.

Para a concretização desta premissa este Núcleo iniciou, a partir do mês de Abril de 2016, seus trabalhos, sendo que em seu primeiro momento foi focalizado os seus princípios norteadores: pesquisa e estudos das normas e de suas atribuições. Após esta fase este Núcleo

reuniu-se para discutir sua estrutura organizacional, sua metodologia e sua agenda de trabalho, que são revistos periodicamente.

Com relação à estrutura organizacional o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Santana do Ipanema é composto por 05 professores:

Coordenador do Núcleo

- Marcos Igor da Costa Santos. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Ciências Contábeis, Direito e em Administração, Especialista em Auditoria e Controladoria pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ (2008), Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. (2010). Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba.

Membros

- Esdras dos Santos Carvalho. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (2007), Especialista em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal de Pernambuco (2010) e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (2013).
- José Augusto de Medeiros Monteiro. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2011) e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (2014).
- Josicleide de Amorim Pereira Moreira. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2000). Especialista em Controladoria e Contabilidade pelo Centro Universitário de João Pessoa (2002). Mestra em Gestão de Organizações Aprendentes (2013). Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba.
- Leandro Araújo Wickboldt. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2011). Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Paraíba.
- Leandro da Costa Lopes. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (2012) e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (2014). Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco.

- Manoel Valquer Oliveira Melo. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (2005). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Alagoas (2016). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Alagoas (2008). Doutorando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara.

SUPLENTE

- Anderson David Gomes dos Santos. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Alagoas (2011). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2013). Doutorando em Comunicação pela Universidade de Brasília.
- Cristiano da Silva Santos. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduação em Administração com habilitação em Comércio Exterior pela Faculdade Integrada do Ceará (2009), Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (2012) e Doutor em Economia pela Universidade Federal do Ceará (2016).
- Hélio Felipe Freitas de Almeida Silva. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (1999), Graduado em Direito pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (2000), Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (2003), Especialista em Direito Processual Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (2018).
- Patrícia Brandão Barbosa da Silva. Docente com Dedicção Exclusiva. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Alagoas (2007), Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Alagoas (2011), Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alagoas (2013) e Doutoranda em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe.

As reuniões do NDE ocorrem periodicamente. Foi definido como atribuição do NDE do Curso de Ciências Contábeis da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão, o acompanhamento do Curso, especificamente, pela análise no processo de execução do Projeto

Pedagógico do Curso (PPC). Para isto, o NDE acompanha, avalia e propõe ajustes no PPC a cada ciclo de 4 anos, ou seja, a cada ciclo formativo de uma turma de graduação.

O acompanhamento permanente, concernente a implementação e desenvolvimento do PPC, constitui-se num instrumento importante para garantir uma melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Através de reuniões periódicas os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir sempre que necessária no sentido do aperfeiçoamento do PPC. Tais avaliações são realizadas por meio de pesquisas com os discentes e analisadas pelos membros do referido Núcleo, que diante dos resultados encontrados tomam decisões para melhorias do curso.

3.1 Corpo docente

O curso de Ciências Contábeis Bacharelado ofertado pela UFAL na Unidade Educacional de Santana do Ipanema conta atualmente com 19 professores. O quadro a seguir apresenta resumidamente seus nomes, titulação máxima e sua situação funcional.

Quadro 3 – Docentes Atuantes no Curso

NOME	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL
Alcides José de Omena Neto	Mestre	Dedicação Exclusiva
Alex Nascimento dos Santos	Mestre	Dedicação Exclusiva
Anderson David Gomes dos Santos	Mestre	Dedicação Exclusiva
Cristiano da Silva Santos	Doutor	Dedicação Exclusiva
Esdras dos Santos Carvalho	Mestre	Dedicação Exclusiva
Hélio Felipe Freitas de Almeida Silva	Mestre	Dedicação Exclusiva
Hérmani Magalhães Olivense do Carmo	Mestre	Dedicação Exclusiva
Izabelita Oliveira Barboza	Mestre	Dedicação Exclusiva
Josicleide de Amorim Pereira Moreira	Mestre	Dedicação Exclusiva
José Augusto de Medeiros Monteiro	Mestre	Dedicação Exclusiva
Leandro Araújo Wickboldt	Mestre	Dedicação Exclusiva
Leandro da Costa Lopes	Mestre	Dedicação Exclusiva
Manoel Valquer Oliveira Melo	Mestre	Dedicação Exclusiva
Marcos Igor da Costa Santos	Mestre	Dedicação Exclusiva
Patrícia Brandão Barbosa da Silva	Mestre	Dedicação Exclusiva
Priscila Emanuele Falcão de Oliveira Menezes	Mestre	Dedicação Exclusiva
Rafael de Oliveira Rodrigues	Doutor	Dedicação Exclusiva
Tatiana Frey Biehl Brandão	Mestre	Dedicação Exclusiva
Thiago Trindade Matias	Doutor	Dedicação Exclusiva

A unidade onde o curso é ofertado conta com 12 técnicos-administrativos, os quais estão à disposição dos dois cursos ofertados na unidade.

Quadro 4 – Servidores Técnicos-administrativos da Unidade

NOME	CARGO
Aline Silva dos Santos	Assistente em Administração
Andréa Cristhina Brandão Teixeira	Técnica em Assuntos Educacionais
Bennet Roosevelt Andrade de Souza	Assistente em Administração
Geizyelle Magna Alves dos Santos Vieira	Assistente Social
Gilson da Paz	Auxiliar em Administração
Herlei Mariano Martins Alves	Técnica em Assuntos Educacionais
Joao Alves Pereira	Técnico em Secretariado
José Furtuoso da Silva Filho	Assistente em Administração
Lara Aline Quintela Ramos	Administradora
Larissa Carla dos Prazeres Leobino	Bibliotecária-documentarista
Maria Carolina de Lucena Sarmento	Assistente em Administração
Osvaldo Alves de Souza Junior	Assistente em Tecnologia da Informação
Rafaela Lima de Araújo	Bibliotecária-documentarista
Tatiana Beatriz Lins de Alcantara Moura	Bibliotecária-documentarista

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Matriz Curricular do curso de Ciências Contábeis Bacharelado está estruturada com a finalidade de proporcionar conhecimento quanto ao cenário econômico e financeiro, nacional e internacional das sociedades com ou sem finalidade de lucro, bem como as organizações públicas, além do conhecimento das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a Resolução CNE/CES no. 10 de 16 de dezembro de 2004 e com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Consoante as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis Bacharelado, regida pela Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, os conteúdos contemplados na Matriz Curricular distribuem-se nos seguintes campos interligados de formação: Conteúdos de Formação Básica, Conteúdos de Formação Profissional e Conteúdos de Formação Teórico-Prática.

Os discentes deverão complementar sua formação teórico-prática obrigatoriamente cursando disciplinas eletivas ofertadas pelo curso ou em outros cursos da própria instituição.

Tais disciplinas deverão ter caráter de integrar conceitos e conhecimentos que possuam relação com a área em que o discente deseje se aperfeiçoar para seu futuro exercício profissional.

Quanto as disciplinas eletivas ofertadas pelo próprio curso de Ciências Contábeis Bacharelado, caberá ao discente optar dentre aquelas que lhe forem disponibilizadas a cada semestre letivo, devendo ao mesmo observar sua disponibilidade de horários, bem como avaliar qual melhor atenderá as suas expectativas de formação.

Com relação ao **Trabalho de Conclusão de Curso**, existe um consenso entre os Docentes e Coordenadores de Curso quanto à necessidade e importância, tendo em vista que é essencial não apenas para a formação de contadores que pretendem discutir questões acadêmicas, mas, sobretudo para aqueles que procuram entender questões relacionadas ao mundo do trabalho prático. Possibilita ao aluno relacionar essas questões ao aprendizado adquirido ao longo do curso, elevando sua capacidade analítica. A carga horária destinada à realização desta atividade é de 100h.

Outro ponto importante na proposta pedagógica deste Curso refere-se à articulação entre ensino, pesquisa e extensão que aqui se defende um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas possibilitando que haja um diálogo entre as disciplinas e a realidade social, que se desenvolve, principalmente, a partir das linhas de conhecimento. Assim, como *práxis* educativa do curso de Ciências Contábeis Bacharelado se defende a prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e, da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo.

A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão) oferece uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenha um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem.

Portanto, a articulação entre teoria e prática pode ser compreendida como um princípio de aprendizagem de produção do conhecimento que possibilita aos alunos o envolvimento com problemas reais, o contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções. Assim o aluno sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento.

Além disso, o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado prima pela transversalidade e, desta forma, busca contemplar e articular temas ligados a Educação Ambiental; às Relações Étnico Raciais e História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena;

Acessibilidade, Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e os Direitos Humanos aos Conteúdos de Formação, sempre que possível.

4.1 Matriz e Proposta Curricular

A Matriz Curricular tem como elementos obrigatórios, além daqueles concernentes ao exercício profissional na área de Ciências Contábeis, tais como elementos básicos, profissionais, teóricos e práticos, outros estabelecidos por regulamentação que visam contribuir com a formação cidadã e inclusiva da sociedade, tais que sejam: Libras, Relações etnoraciais, Política de educação ambiental e educação em direitos humanos.

Libras

De acordo com o Art. 3º do Decreto nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, o componente curricular Libras é obrigatório nas licenciaturas e no curso de Pedagogia e de Letras, sendo eletiva para os demais cursos de graduação. Para garantir o cumprimento desse requisito, o Curso de Ciências Contábeis Bacharelado oferta anualmente em conjunto com o curso de Ciências Econômicas Bacharelado, a eletiva de Libras, como previsto no Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Relações étnico raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena

Em atenção à Lei nº. 10.639/2003, à Lei nº. 11.645/2008 e à Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, os PPCs da UFAL vêm tratando a temática de forma transversal.

Além de cumprir com as exigências normativas educacionais brasileiras, a proposta de uma Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), incorporada aos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado desta instituição de ensino superior, por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), estimula a integração entre saberes étnicos constitutivos de

nossa cultura brasileira (branco, indígena, negro e cigano), em destaque a nossa cultura alagoana, além de possibilitar a produção de novos conhecimentos científico, cultural, tecnológico e artístico, ou a revisão dos conhecimentos existentes, de modo a promover condutas e políticas de formação profissional que valorizem as diversidades étnico-raciais. Em decorrência dessa proposta, referendar-se-á o compromisso firmado pela UFAL, dentre outros, de aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas, dos cursos de graduação à pós-graduação, implementadas, oficialmente, desde 11 de novembro de 2003, por meio da Resolução CONSUNI/UFAL nº 33, que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afro-descendentes (PAAF) nesta instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFAL), criado em 1981, inicialmente Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB), que atua tanto internamente à UFAL, com o papel de promover cursos de formação/capacitação, debates, disponibilização de acervo (documental e bibliográfico) para consulta e coordenação geral de editais sobre ERER; quanto externamente, em parceria com outras instituições educacionais do estado, do país e/ou outros países, e com os movimentos sociais.

Assim, no Curso de Ciências Contábeis Bacharelado, as questões das Relações Étnico-Raciais são tratadas em disciplinas como: Fundamentos de Sociologia; Ética e Cidadania; e Ética e Normas da Profissão Contábil, as quais buscam discutir a formação da sociedade contemporânea que incluem a importância de pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais diferentes, que contribuíram para formação histórica e cultural do Brasil. Além disso, são esclarecidos conceitos para o fortalecimento da igualdade básica do ser humano e superação de preconceitos e desqualificações com que os negros e os povos indígenas sofreram ao longo do tempo.

Política de educação ambiental

O curso de bacharelado em Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Santana do Ipanema, Campus do Sertão, da Universidade Federal de Alagoas, detém como um de seus pilares os pressupostos oriundos da Educação Ambiental – de acordo com o que demanda o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências e a Resolução CNE/CP nº 02/2012 que define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores.

Assim, sua Matriz Curricular primou também pela inserção dos fundamentos teórico-

metodológicos de cunho ambiental através de disciplinas como: Fundamentos de Sociologia; Contabilidade na Agricultura Sustentável; Contabilidade Rural; Contabilidade Ambiental; Economia do Meio Ambiente; Economia do Semiárido; Cultura e Consumo; e Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente.

As DCNs de Educação Ambiental (Resolução CNE/CP Nº2/2012) destacam que “o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social” e o Curso de Ciências Contábeis Bacharelado se orienta por esse princípio pois entende que os aspectos ecológicos e econômicos estão interligados e devem caminhar em busca de desenvolver um profissional que considere o desenvolvimento econômico, mas também a indissociação entre o desenvolvimento social, cultural e ambiental.

Paralelo a isso, a UFAL tem, na unidade sede (Campus A.C. Simões), um Núcleo de Educação Ambiental – NEA - aberto a apoiar o trabalho de educação ambiental em todos os cursos que assim o solicitar. O NEA desenvolve atividades com o Coletivo Jovem, cursos de formação para professores e estudantes sobre Educação Ambiental, além de ter desenvolvido um curso de especialização em Educação Ambiental, no ano de 2012. Na Unidade de Santana do Ipanema, há também o grupo de pesquisa, registrado junto ao CNPq, denominado Centro de Estudo sobre Ecodesenvolvimento e Agroecologia (Campus do Sertão/UFAL), que abrange alunos dos dois cursos da referida unidade.

Educação em direitos humanos

A organização curricular do curso parte da premissa de que os Direitos Humanos, no âmbito individual ou coletivo, são necessários à equidade das condições de vida e à defesa da dignidade humana. Dentro desse princípio, e atendendo à Legislação que rege o tema, os fundamentos da Educação em Direitos Humanos Resolução CNE Nº 01/2012, estão inseridos em disciplinas como: Fundamentos de Sociologia; Introdução à Filosofia; Comunicação e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação; Introdução à Administração; Legislação Social, Previdenciária e Trabalhista; e Ética e Cidadania, devendo gerar discussões contínuas e permanentes, que irão contribuir para a formação cidadã e responsável de seus discentes.

Em todas as disciplinas, serão respeitados os seus princípios, eixo fundamental no

Direito à Educação, vivenciando-se, de fato, as diretrizes que a norteiam, através de práticas sociais e atitudes condizentes com os princípios básicos dos Direitos Humanos, buscando sempre métodos didático-pedagógicos que privilegiem a construção coletiva e a participação de todos os sujeitos.

Acessibilidade e transtorno do espectro autista

A UFAL possui um núcleo de estudos (Núcleo de Acessibilidade - NAC) voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

Assim, o Núcleo de Acessibilidade foi criado em outubro de 2013 e desde então tem consolidado suas ações na Instituição, e, de acordo com a Lei 13.146/2015 visa “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Em 17 de fevereiro de 2017 foi inaugurada a sua nova sede, no Centro de Interesse Comunitário (CIC), com 3 salas, as quais são utilizadas para reuniões com estudantes, professores, coordenadores e familiares, bem como há a produção de materiais demandados por discentes com deficiência atendidos.

Atualmente, o NAC conta com uma coordenação, um revisor em Braille, 12 bolsistas de apoio ao estudante com deficiência (selecionados por edital específico) e um psicólogo clínico.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a auto declaração. Assim, professores e estudantes com deficiência, precisam solicitar atendimento educacional especializado e, este ocorre continuamente e de acordo com as suas necessidades. O NAC ainda disponibiliza o empréstimo de equipamentos de acessibilidade, como livros e máquina para escrita em Braille, por exemplo. Os acompanhamentos são avaliados ao final de cada semestre por professores dos estudantes com deficiência e pelos próprios estudantes, com a finalidade de aperfeiçoar os serviços oferecidos.

Além deste acompanhamento, o NAC tem investido na formação da comunidade

universitária com a proposição de projetos, cursos e oficinas (Tecnologia Assistiva - Deficiência Visual e Deficiência Física, Estratégias de Ensino do Surdo cego, Práticas Inclusivas na Educação Superior, Sextas Inclusivas, entre outros).

Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades. Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, se junta, agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação. A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atender para o art. 59 da Lei 9394/96, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Neste sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os “PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido”.

Para tal atendimento a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência auditiva, visual, visual e auditiva e cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso. À luz do Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A partir de 2016, o NAC ainda tem atuado na intermediação com os diferentes órgãos da UFAL, principalmente junto à SINFRA, PROGRAD e PROEST, para a minimização de possíveis barreiras (físicas e acadêmicas) à permanência do estudante com deficiência, como preconiza a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Aqui, merece destaque a construção de calçadas táteis, rampas de acesso aos prédios, corrimãos, adaptações de banheiros e salas de aula, entre outras obras necessárias à permanência dos estudantes e

professores com deficiência na universidade.

Com relação ao atendimento de discentes com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluso no instrumento de avaliação dos cursos de graduação do INEP de junho de 2015, a Universidade Federal de Alagoas, nesse momento fomenta estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações neste âmbito e que fundamente os cursos de graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem a inclusão de pessoas com este transtorno. Os discentes com transtorno do espectro autista também são atendidos pelo NAC.

Para ampliar o número de estudantes acompanhados, está em andamento visita às coordenações do curso para a distribuição de materiais de divulgação do NAC, bem como a elaboração de campanha institucional para difundir o Núcleo nas redes sociais, pela Assessoria de Comunicação (ASCOM).

4.1.1 Matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado

O curso de bacharelado em Ciências Contábeis em atendimento a Resolução CP nº 02, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, através da qual é estabelecido que o curso de Ciências Contábeis Bacharelado deve ter carga horária mínima de 3.000 horas, possui a carga horária total de 3.002 horas.

A carga horária total do curso é distribuída entre disciplinas obrigatórias (2.286 horas) e eletivas (216 horas), atividades complementares (100 horas), atividades curriculares de extensão (300 horas) e Trabalho de Conclusão de Curso (100 horas).

A distribuição da carga horária total do curso de bacharelado em Ciências Contábeis, bem como sua distribuição por componentes curriculares e sua devida conversão em hora-relógio está definida da forma como segue:

Quadro 5 – Distribuição da Carga Horária por Componente Curricular

COMPONENTES CURRICULARES	HORA /AULA	PERCENTUAL
Disciplinas Obrigatórias	2.286	76,15%
Disciplinas Eletivas	216	7,19%
Atividades Complementares	100	3,33%
Atividades Curriculares de Extensão	300	10%
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	100	3,33%
Carga horária total	3.002	100%

O curso de Ciências Contábeis Bacharelado terá oferta semestral de disciplinas, tendo novos ingressos ao curso apenas em um semestre por ano. Em respeito à Resolução CNE Nº 02/2007, o curso terá duração mínima de 8 semestres letivos, podendo o aluno realizar sua total integralização dos componentes curriculares no prazo máximo de 12 semestres letivos.

As disciplinas de caráter obrigatório para a formação do bacharel em Ciências Contábeis estão dispostas no quadro a seguir, apresentadas de acordo com seu respectivo campo de formação, considerando-se os conteúdos que deverão ser abordados em cada uma delas:

Quadro 6 – Distribuição das disciplinas por tipo de formação

	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA		
		CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH TOTAL
FORMAÇÃO BÁSICA	Fundamentos de Sociologia	72	-	72
	Introdução a Filosofia	72	-	72
	Comunicação e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação	72	-	72
	Matemática	72	-	72
	Português Instrumental	54	18	72
	Introdução à Economia	72	-	72
	Introdução à Administração	72	-	72
	Informação Contábil para Gestão	54	18	72
	Estatística	72	-	72
	Metodologia Científica	54	18	72
	Subtotal	666	54	720
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Contabilidade Introdutória	36	36	72
	Introdução às Ciências Atuariais	54	-	54
	Instituições de Direito Público e Privado	72	-	72
	Matemática Financeira	42	12	54
	Ética e Normas da Profissão Contábil	72	-	72
	Legislação Social, Previdenciária e Trabalhista	54	18	72
	Direito Tributário	72	-	72
	Orçamento Público	42	12	54
	Administração Financeira e Orçamentária	42	12	54
	Contabilidade Intermediária	36	36	72
	Contabilidade Pública	27	27	54
	Análise das Demonstrações Contábeis	36	36	72
Contabilidade Tributária	42	12	54	

FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	Contabilidade Societária	54	18	72
	Contabilidade de Custos	36	36	72
	Perícia Contábil	42	12	54
	Auditoria Contábil	54	18	72
	Contabilidade Gerencial	42	12	54
	História e Teoria da Contabilidade	72	-	72
	Contabilidade Avançada	36	36	72
	Controladoria	54	18	72
	Subtotal	1.017	351	1.368
	Práticas Empresariais e Tributárias	18	54	72
	Práticas Trabalhistas e Contábeis	18	54	72
	Técnicas de Pesquisa em Contabilidade	27	27	54
	Eletiva 1	54	-	54
	Eletiva 2	54	-	54
	Eletiva 3	54	-	54
	Eletiva 4	54	-	54
	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	-	-	100
Atividades Curriculares de Extensão	102	198	300	
Subtotal	351	363	814	

As disciplinas que serão abordadas no curso estão distribuídas em 8 (oito) semestres letivos, conforme detalhadas no quadro a seguir:

Quadro 7 – Organização Curricular por Períodos

PERÍODO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA			
		Semanal	Teórico	Prática	Semestral
1º	Fundamentos de Sociologia	4	72		72
	Introdução à Filosofia	4	72		72
	Comunicação e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação	4	72		72
	Matemática	4	72		72
	Português Instrumental	4	54	18	72
	Total	20	342	18	360
2º	Introdução à Economia	4	72		72
	Introdução à Administração	4	72		72
	Informação Contábil para Gestão	4	54	18	72
	Estatística	4	72		72
	Metodologia Científica	4	54	18	72

	Total	20	324	36	360
3º	Contabilidade Introdutória	4	36	36	72
	Introdução às Ciências Atuariais	3	54		54
	Instituições de Direito Público e Privado	4	72		72
	Matemática Financeira	3	42	12	54
	Ética e Normas da Profissão Contábil	4	72		72
	ACE 1 - Projeto 1	2	12	24	36
	Total	20	288	72	360
4º	Legislação Social, Previdenciária e Trabalhista	4	54	18	72
	Direito Tributário	4	72		72
	Orçamento Público	3	42	12	54
	Administração Financeira e Orçamentária	3	42	12	54
	Contabilidade Intermediária	4	36	36	72
	ACE 2 - Projeto 1	2	12	24	36
	Total	20	258	102	360
5º	Contabilidade Pública	3	27	27	54
	Análise das Demonstrações Contábeis	4	36	36	72
	Contabilidade Tributária	3	42	12	54
	Contabilidade Societária	4	54	18	72
	Contabilidade de Custos	4	36	36	72
	ACE 3 – Evento 1	2	12	24	36
	Total	20	207	153	360
6º	Perícia Contábil	3	42	12	54
	Auditoria Contábil	4	54	18	72
	Contabilidade Gerencial	3	42	12	54
	História e Teoria da Contabilidade	4	72		72
	Contabilidade Avançada	4	36	36	72
	ACE 4 – Evento 2	2	12	24	36
	Total	20	258	102	360
7º	Controladoria	4	54	18	72
	Práticas Empresariais e Tributárias	4	18	54	72
	Técnicas de Pesquisa em Contabilidade	3	27	27	54
	Eletiva	3	54		54
	Eletiva	3	54		54
	ACE 5 – Projeto 2	3	12	42	54
	Total	20	219	141	360
8º	Práticas Trabalhistas e Contábeis	4	18	54	72
	Eletiva	3	54		54

	Eletiva	3	54		54
	ACE 6 – Projeto 2	6	42	60	102
	Total	16	168	114	282

As disciplinas eletivas inicialmente ofertadas, estão divididas entre as que serão ofertadas no 7º e 8º períodos do curso, conforme o quadro a seguir:

Quadro 8 – Quadro de Disciplinas Eletivas

PERÍODO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA			
		Semana 1	Teórico	Prática	Semestral
7º	Auditoria Pública	3	42	12	54
	Contabilidade na Agricultura Sustentável	3	42	12	54
	Contabilidade Rural	3	54		54
	Contabilidade Ambiental	3	42	12	54
	Contabilidade do Terceiro Setor	3	54		54
	Economia do Meio Ambiente	3	42	12	54
	Economia do semiárido	3	54		54
	Economia Brasileira Contemporânea	3	54		54
	Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas no Semiárido	3	54		54
	Ética e Cidadania	3	54		54
8º	Controladoria Pública	3	54		54
	Elaboração e Análise de Projetos	3	42	12	54
	Análise de Viabilidade Econômico-Financeira de Projetos	3	42	12	54
	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	3	54		54
	Contabilometria	3	54		54
	Métodos computacionais aplicados a gestão	3	42	12	54
	Cultura e consumo	3	54		54
	Planejamento Tributário	3	54		54
	Contabilidade Internacional	3	54		54
	Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	3	54		54
	Libras	3	54		54
Contabilidade de Instituições Financeiras	3	54		54	

Novas disciplinas eletivas poderão ser adicionadas à Matriz Curricular do curso de Ciências Contábeis Bacharelado, desde que seja apresentada uma proposta de ementa que ainda não seja contemplada nas demais disciplinas já cadastradas e aprovada pelo Colegiado

do Curso, que deverá solicitar junto a PROGRAD a sua inserção no sistema acadêmico para liberação de matrícula e controle acadêmico.

4.1.2 Proposta Curricular

As ementas e conteúdos programáticos das disciplinas obrigatórias do curso de Ciências Contábeis Bacharelado foram elaboradas e discutidas levando-se em consideração a interdisciplinaridade possível em cada semestre letivo, bem como a gradativa assimilação dos conteúdos pertinentes do curso de forma evolutiva.

1º PERÍODO

Disciplina: FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA

Ementa

Estimular a imaginação sociológica como experiência crítica da sociedade, abordando os aspectos culturais e de identidade dos grupos étnicos formadores da sociedade brasileira.

Referências Básicas

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. 7.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1982.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.

Referências Complementares

KERLINGER, Fred Nichols. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: **um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Laymert Garcia. Politizar as novas tecnologias: **o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2003.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

Disciplina: INTRODUÇÃO À FILOSOFIA

Ementa

Epistemologia e crítica da ciência. Empirismos. Racionalismos. Positivismos. Criticismos. Ceticismos. Reconhecimento de um diálogo entre os saberes e a internalização de novos paradigmas filosóficos.

Referências Básicas

DESCARTES, René. **Discurso do método; Meditações**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

PLATÃO. **A República**. 2.ed. São Paulo: Edipro, 2012.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Cultrix: EDUSP, 1972.

Referências Complementares

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14.ed. São Paulo: Ática, 2010.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KUHN, Thomas. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 10.ed. Perspectiva, 2011.

HUME. David. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. v.2. São Paulo: Paulus, 1990.

Disciplina: COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Ementa

Fundamentos e Princípios Básicos da Comunicação. Potencialidades e Problemas da Sociedade da Informação sob a égide das TICs. Produção e análise textual no mundo contemporâneo. Internet e o desenvolvimento das atividades socioeconômicas contemporâneas.

Referências Básicas

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem: Problemas e Técnicas na Produção Oral e Escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Referências Complementares

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação gerenciais**. 9.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

PERLES, João Batista. **Comunicação: conceitos, fundamento e história**. Porto: BOCC, 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joaocomunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2016.

RECUERO, Raquel. **A Conversação em rede**. Comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

Disciplina: MATEMÁTICA

Ementa

Estudo dos conceitos teóricos, metodológicos e básicos da matemática. Aprofundamento das concepções de conjuntos, relação, função e matemática. Análise e reflexão das técnicas de contagem, matrizes, determinantes e sistemas lineares. Conceitos de limite.

Referências Básicas

CHIANG, Alpha; WAINWRIGHT, Kevin. **Matemática para economistas**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

GOLDSTEIN, Larry Joel; LAY, David C; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhle H. **Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade**. São Paulo: Bookman, 2013.

HARIKI, Seiji. **Matemática Aplicada: Administração, Economia, Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

Referências Complementares

ÁVILA, Geraldo; ARAÚJO, Luís Cláudio Lopes. **Cálculo: ilustrado, prático e descomplicado**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HOFFMANN, Laurence D. **Cálculo: Um Curso Moderno e suas aplicações**. Rio de Janeiro: LTC S/A, 2002.

LEITHOLD, Louis. **Matemática Aplicada à Economia e Administração**. São Paulo: Editora Harbra Ltda., 2001.

SIMON; Carl; BLUME, Lawrence. **Matemática para economistas**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Disciplina: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

Ementa

Leitura, análise e produção textual aplicada ao ambiente dos negócios. O texto e sua dimensão: relações internas e externas. Habilidade básica de produção textual: Objetividade, clareza, condição, precisão. Tipo de textos: o relatório (linguagem e estrutura, componentes discursivos, apresentação). Estudo e prática da norma culta e escrita: ortografia e acentuação; concordância regência: colocação pronominal.

Referências Básicas

ZILBERKNOP, Lúbia S; MARTINS, Dileta S. **Português instrumental**. 28 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, João B. **Português instrumental para cursos de contabilidade, economia e administração**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KASPARY, Adalberto J. **Correspondência empresarial**. 6 ed. Porto Alegre: Edita, 2002.

Referências Complementares

BELTRÃO, Odacir. **Correspondência: linguagem & comunicação: oficial, empresarial, particular**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo : Atlas, 2005.

MARTINS, Dileta Silveira. **Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, José Paulo Moreira de. **Como escrever textos técnicos**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004.

PINTO, Elisa Guimarães. **A articulação do texto**. São Paulo: Ática, 1995.

2º PERÍODO

Disciplina: INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Ementa

Fundamentos básicos da teoria econômica; Conceitos iniciais das Ciências Econômicas; Apresentação do modo de pensar dos agentes econômicos, bem como seus comportamentos e interações.

Bibliografia Básica

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Orgs.). **Manual de introdução à economia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Bibliografia Complementar

CANO, Wilson. **Introdução à Economia**: Uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia**: Fundamentos e Aplicações. São Paulo, 2004.

TROSTER, Roberto Luis; MOCHÓN MORCILLO, Francisco. **Introdução à economia**. Makron Books, 1994.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

Disciplina: INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO

Ementa

O papel e a importância da Teoria Geral da Administração. As organizações e o papel do Administrador. Funções básicas do Administrador. Evolução das teorias organizacionais. Antecedentes históricos e contribuições da Teoria Geral da Administração. Abordagem clássica da administração. Abordagem humanística da administração. Abordagem neoclássica. Abordagem estruturalista. Abordagem comportamental.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HALL, Richard H. **Organizações: Estruturas, processos e resultados**. 8.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 2004.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Luis César G. de. **Teoria geral da administração**: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. São Paulo: Atlas, 2005.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria geral da administração**. 3. ed. Thomson, 2006.

SANTOS, Reginaldo Souza (Org.). **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Mandacaru, 2004.

Disciplina: INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA GESTÃO

Ementa

Introdução ao estudo dos conceitos e procedimentos contábeis aplicados à gestão e à compreensão das informações contábeis.

Bibliografia Básica

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica – livro texto**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Contabilidade empresarial**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clovis L. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária – texto e exercícios**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar

ABREU, Ari F. de. **Fundamentos de contabilidade utilizando o Excel**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CRUZ, June A. W.; SCHIER, Carlos U. C; ANDRICH, Emir G. **Contabilidade introdutória – descomplicada – com atualização da lei 11.638 em vigor desde janeiro de 2008**. 5.ed. Curitiba: Juruá, 2011.

IUDICIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia – livro texto**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MÜLLER, Aderbal N. **Contabilidade básica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Disciplina: ESTATÍSTICA

Ementa

Abordagem conceitual, prática e aplicada de estatística descritiva, números índices, probabilidade e distribuições de probabilidade discretas como ferramentas de análise e tomada de decisões baseadas em dados.

Bibliografia Básica

LARSON, Ron. FARBER, Betsy. **Estatística Aplicada**. 4.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton O. **Estatística Básica**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

Bibliografia Complementar

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística para Administração e Economia**. 8.ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.

FREUND, John E. **Estatística aplicada: economia, administração e ciências contábeis**. 11.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à estatística**. 10.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2008.

Disciplina: METODOLOGIA CIENTÍFICA

Ementa

Estudo prático das tecnologias modernas de produção da informação e da documentação científica. Fluxograma do planejamento da pesquisa científica. Compreensão dos processos e procedimentos metodológicos básicos necessários à organização de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas vigentes, tipos e objetivos da pesquisa e organização do trabalho acadêmico.

Referências Básicas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

COSTA, Ana Rita Firmino et. al. **Orientações metodológicas para a produção de trabalhos acadêmicos**. 7.ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Pearson Education, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo; Atlas, 2002

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 20.ed.. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOPES, Jorge E. G. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação científica para ciências**

sociais aplicadas. São Paulo: Atlas, 2007.

3º PERÍODO

Disciplina: CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA

Ementa:

Introdução ao Balanço Patrimonial (conceito e elaboração); Patrimônio: conceito e situação líquida; Integralização de capital; Estoques: conceito, classificação e métodos de atribuição de valores aos estoques; Operações com mercadorias; Ativo imobilizado e intangíveis: mensuração, depreciação, amortização e exaustão. Apuração do resultado; Introdução à Demonstração do Resultado do Exercício (Conceito e Elaboração).

Referências Básicas:

CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Emir Guimarães; SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Contabilidade introdutória descomplicada.** 5. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Referências Complementares:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1):** Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília: CPC, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). **Contabilidade Introdutória:** atualizada de acordo com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, Jose Luiz dos. **Avaliação de ativos intangíveis.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil.** 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS ATUARIAIS

Ementa

Atuária: ciência, carreira, evolução e aplicações. Principais conceitos atuariais. Matemática Atuarial. Estatística na Ciência Atuarial. Risco. Fundos de Pensão: modalidades e natureza de planos de benefícios, ativo total de um plano de benefícios, reservas, demonstrações contábeis

das companhias patrocinadoras de fundos de pensão. Seguros: caracterização das atividades de seguros, demonstrações contábeis das companhias seguradoras, exemplo de registro de transação de seguros. Relacionamento da ciência atuarial com a ciência contábil.

Referências Básicas

AZEVEDO, Gustavo H. W. de. **Seguros, matemática atuarial e financeira**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHAN, Betty Lilian; MARTINS, Gilberto de Andrade; SILVA, Fabiana Lopes da. **Fundamentos da previdência complementar**: da atuária à contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUZA, Silney de. **Seguros**: contabilidade, atuária e auditoria. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Referências Complementares

FIGUEIREDO, Sandra. **Contabilidade de Seguros**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LUCCAS FILHO, Olívio. **Seguros**: fundamentos, formação de preço, provisões e funções biométricas. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários a Lei 8.212/91**: custeio da seguridade social. São Paulo: Atlas, 2013.

PARAKESVOUPOLOS, Alexandre; MOURAD, Nabil Ahmad. **IFRS 4 – Introdução à Contabilidade Internacional de Seguros**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PARIZATTO, João Roberto. **Seguro**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Edipa, 2010.

Disciplina: INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Ementa

Noções preliminares. O Direito como objeto de conhecimento: perfil histórico. Diferenças conceituais. Disciplinas jurídicas. Direito: divisão (classificação), fontes, noção e elementos. Posição no quadro dos conhecimentos humanos. Método e Direito. Relações Jurídicas. Responsabilidades.

Referências Básicas

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo; MILARÉ, Edis. **Manual de direito público e privado**. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Instituições de direito público e**

privado: introdução ao estudo do direito e noções de ética profissional. São Paulo: Atlas, 2004.

Referências Complementares

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. V. 1. 13. Ed. Salvador: Jus Podivm, 2011.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado**. V. 1. 4. ed. São Paulo: Método, 2011.

MESSA, Ana Flávia. **Direito constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rideel, 2011.

NEVES, Gustavo Bregalda; LOYOLA, Kheyder. **Vade mecum esquematizado de doutrina**. Rio de Janeiro: Rideel, 2011.

Disciplina: MATEMÁTICA FINANCEIRA

Ementa

Aplicação dos princípios básicos do cálculo financeiro para tomada de decisão envolvendo fluxos financeiros. Compreensão dos conceitos juros simples e compostos, descontos e séries de pagamentos, correção monetária e inflação, sistemas de amortização e análise de investimentos.

Referências Básicas

AZEVEDO, Gustavo Henrique W. de. **Seguros, Matemática Atuarial e Financeira: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Saraiva, 2008.

GIMENES, Cristiano Marchi. **Matemática Financeira: com Hp 12c e Excel: uma abordagem descomplicada**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

NETO, Alexandre A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 8.ed São Paulo: Atlas, 2003.

Referências Complementares

BRUNI, Adriano L.; FAMÁ, Rubens. **Matemática financeira: com HP 12C e Excel**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington F.; GOMES, José Maria. **Matemática financeira**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAMANEZ, Carlos Patricio. **Matemática financeira**. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SHINODA, Carlos. **Matemática financeira para usuários do Excel 5.0** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

Disciplina: ÉTICA E NORMAS DA PROFISSÃO CONTÁBIL

Ementa

A Função Social da Contabilidade. As Normas do Exercício Profissional. O Código de Ética Profissional. Os Órgãos Disciplinadores e Fiscalizadores da profissão.

Referências Básicas

BLANCHARD, Keneth; PEALE, Norman Vicent. **O poder da administração ética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FORTES, José Carlos. **Ética e responsabilidade profissional do contabilista**. Fortaleza: Fortes, 2002.

LISBOA, Lazaro Plácido. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS - FIPECAFI. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2 ed. 7. tirag. São Paulo: Atlas, 1997.

Referências Complementares

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Abordagens éticas para o profissional contábil**. Brasília: CFC, 2003. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 803, de 10 de outubro de 1996**. Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC.

FERREL, Linda; FRAEDRICH, John P.; FERREL, O. C. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Autores, 2001.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

4º PERÍODO

Disciplina: LEGISLAÇÃO SOCIAL, PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA

Ementa

Introdução ao Direito do Trabalho. Contrato de Trabalho e Relação de Trabalho. Empregado. Empregador. Admissão do Empregado. A Duração do Trabalho. Salário e Remuneração. FGTS. Término de Contrato de Trabalho. Seguro Desemprego. Normas de proteção do Trabalho da Mulher e do Menor. O Direito Previdenciário na Constituição de 1988. Direito Previdenciário - Benefícios. Direito Previdenciário - Custeio.

Referências Básicas

- DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Ltr, 2011.
- MIRANDA, Jediael Galvão. **Direito da seguridade social: direito previdenciário, infortunistica, assistência social e saúde**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. 33. ed. São Paulo: LTr, 2007.

Referências Complementares

- ALMEIDA, Amador Paes de. **CLT Comentada**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários à CLT**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SOUSA, Otávio Augusto Reis de. **Direito do Trabalho**. 3. ed. Curitiba: Iesde, 2010.
- SUSSEKIND, Arnaldo. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio: Renovar, 2010.
- ZAINAGHI, Domingos Sávio. **Curso de Legislação Social: Direito do Trabalho**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO

Ementa

Introdução ao Direito Tributário. Normas Tributárias. Atividade Financeira do Estado – Despesas e Receitas Públicas. Tipologia Tributária. Vigência, aplicação e interpretação da Legislação Tributária. Direito Constitucional Tributário. Código Tributário Nacional.

Referências Básicas

- DENARI, Zelmo. **Curso de direito tributário**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2011.
- MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Código tributário nacional: anotações à Constituição, ao Código tributário nacional e às leis complementares 87/1996 e 116/2003**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

- BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- CASSONE, Vittorio. **Direito tributário: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceito e classificação dos impostos, doutrina, prática e jurisprudência**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Yves Granda da Silva; et al. **Curso de Direito Tributário**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MESSA, Ana Flávia. **Direito tributário e financeiro**. 5. ed. São Paulo: Rideel, 2011.

TAVOLARO, Agostinho Toffoli; et al. **Curso de direito tributário**. 13. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

Disciplina: ORÇAMENTO PÚBLICO

Ementa

Serviço Público: aspectos sociais, políticos e constitucionais. Administração Pública e Campo de Aplicação da Contabilidade Pública. Origem e Evolução Histórica da Contabilidade Pública. Gestão Administrativa. Orçamento: PPA, LDO e LOA. Receita Pública. Despesa Pública. Execução Orçamentária e Controles Contábeis. Créditos Orçamentários e Créditos Adicionais. Controle Interno e Externo: Auditoria Interna, Tribunais de Contas e Poder Legislativo.

Referências Básicas

BRASIL. Lei 4320 de 17 de março de 1964. 30. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2000.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Referências Complementares

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva 2004.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões**. 3. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública: teoria e 850 questões**. 3ed. Campus, 2008.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Disciplina: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Ementa

Ambiente Financeiro. Fundamentos da Administração Financeira. A Função Financeira na

Empresa. Conceito de Valor e Fluxo de Caixa. Ferramentas de Análise e Gestão Financeira. Administração do Capital de Giro. Fundamentos de Risco e Retorno. Modelo de Precificação de Ativos de Capital (CAPM). Estrutura e Custo de Capital. Fontes de Financiamento de Curto e Longo Prazo.

Referências Básicas

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12 ed. Tradução: Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentária**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LEMES JUNIOR, Antonio B; RIGO, Cláudio M; CHEROBIM, Ana Paula M. S. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras – aplicações e casos nacionais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Referências Complementares

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

BERK, Jonathan; DEMARZO, Peter. **Finanças empresariais**. São Paulo: Bookman, 2008.

BRIGHAM, Eugene F; HOUSTON, Joel F. **Fundamentos da moderna administração financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

DAMODARAN, Aswath. **Finanças corporativas: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Bookman, 2004.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W. **Administração financeira**. 8. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2008.

Disciplina: CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA

Ementa

Critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, elaboração da Demonstração do Resultado, do Balanço Patrimonial e da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas. Noções de apuração de impostos sobre o lucro. Distribuição de lucros. Teste de recuperabilidade. Propriedades para investimento. Arrendamento Mercantil. Noções de contabilização de instrumentos financeiros.

Referências Básicas

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Lei das sociedades anônimas**: com ênfase em temas destacados e anotada nos demais temas. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

Referências Complementares

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)**: Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Brasília: CPC, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 28**: Propriedade para Investimento. Brasília: CPC, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1)**: Operações de Arrendamento Mercantil. Brasília: CPC, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Fácil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

5º PERÍODO

Disciplina: CONTABILIDADE PÚBLICA

Ementa

Conceituação de Contabilidade Pública. Estrutura do Plano de Contas. Classificação contábil e classificação orçamentária. SIAFI e SIAFEM. Sistemas de contas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Prática de Escrituração contábil. Balanço patrimonial, orçamentário, financeiro e Demonstração das Variações Patrimoniais. Análise e interpretação de balanço com aplicação de índices dos quocientes do balanço orçamentário, balanço financeiro, patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais. Controles e Avaliação. Lei 4.320 e Lei de responsabilidade Fiscal: objetivos, transparência, controles e responsabilidade da área contábil.

Referências Básicas

BRASIL. Lei 4320 de 17 de março de 1964. 30. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2000.

_____. Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Referências Complementares

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva 2004.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública:** teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões. 3. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública:** teoria e 850 questões. 3ed. Campus, 2008.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental:** um enfoque administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública:** um enfoque na contabilidade municipal. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Disciplina: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ementa

Síntese da função financeira. Demonstrações Financeiras Padronizadas. Análise horizontal e vertical. Análise através de indicadores. Gestão do Capital de Giro. Análise através de índices financeiros e econômicos: liquidez, endividamento e rentabilidade. Prazos médios. Necessidades de capital de giro. Taxas de retorno sobre o investimento.

Referências Básicas

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José C. **Análise das demonstrações contábeis:** contabilidade empresarial. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Referências Complementares

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis:** Estrutura, Análise e Interpretação. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUNI, Adriano Leal. **Análise contábil e Financeira – Série Desvendando as Finanças.** v IV. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis.** São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços:** abordagem básica e gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Alexandre Alcântara. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações**

Contábeis. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Disciplina: CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Ementa

Sistema Tributário Nacional. Regra Matriz de Incidência Tributária. Tributos Federais: Taxas federais. Empréstimos Compulsórios. Contribuições Melhoria. Impostos Federais. Contribuições Sociais. Tributos Municipais: Taxas municipais. ISS. Tributos Estaduais: Taxas estaduais. ICMS. Simples Nacional

Referências Básicas

FABRETTI, Laudio Camargo. **Código tributário nacional comentado.** 8. ed. rev. e atual. com a LC n.118/05. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Prática tributária da micro, pequena e média empresa: legislações tributária e empresarial simples nacional e lei de falência e recuperação de empresas n. 11.101/05.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Luís Martins de. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Referências Complementares

CHAVES, Francisco Coutinho; MUNIZ, Érika Gadêlha. **Contabilidade tributária na prática.** São Paulo: Atlas, 2010.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade tributária.** 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Direito tributário aplicado: impostos e contribuições das empresas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária.** 7. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011.

Disciplina: CONTABILIDADE SOCIETÁRIA

Ementa

Demonstração das Mutações Do Patrimônio Líquido. Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto e Indireto). Demonstração do Valor Adicionado. Demonstração do Resultado Abrangente. Notas Explicativas. Juros sobre o Capital Próprio. Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e retificação de erro.

Referências Básicas

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)**: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília: CPC, 2011.

ERNST & YOUNG; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Referências Complementares

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)**: Demonstração dos Fluxos de Caixa. Brasília: CPC, 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 09**: Demonstração do Valor Adicionado. Brasília: CPC, 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 23**: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Brasília: CPC, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)**: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília: CPC, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: CONTABILIDADE DE CUSTOS

Ementa

Custos: conceitos e objetivos. Terminologia e classificação dos custos. Elementos e Formação dos custos diretos e indiretos. Sistemas de produção contínua e por ordem. Métodos de Custeio: Absorção e Variável. Critérios de Alocação dos CIFs: Departamentalização, ABC.

Referências Básicas

CREPALDI, Silvio A. **Curso básico de contabilidade de custos**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAHER, Michael. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares

DUTRA, René Gomes. **Custos**: uma abordagem prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HORNGREN, Charles Thomas; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Curso de contabilidade de custos**: livro texto. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade de custos**: um enfoque direto e objetivo. 10 ed. São Paulo: Frase, 2012.

6º PERÍODO

Disciplina: PERÍCIA CONTÁBIL

Ementa

Fundamentos da Perícia Contábil. Normas Brasileiras sobre Perícia Contábil. Técnicas em Perícia Contábil. Provas Periciais. Perito Contábil. Espécies de Perícia - Perícia Judicial e Perícia Extrajudicial. Plano de Trabalho. Contrato de Prestação de Serviços Periciais Contábeis. Laudo Pericial.

Referências Básicas

ALBERTO, Valder Luiz Palombo. **Perícia contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SÁ, Antonio Lopes de. **Perícia contábil**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

Referências Complementares

CRUZ, Wellington do Carmo; CRUZ, Wellington do Carmo. **Perícia contábil & lides fiscais municipais: com ênfase no ISS e nos conselhos de contribuintes**. Curitiba: Juruá, 2008.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Perdas, danos e lucros cessantes em perícias judiciais**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. **Prova pericial contábil: teoria e prática**. 9. ed., rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá, 2011.

MAGALHAES, Antonio de Deus Farias; LUNKES, Irtes Cristina. **Perícia contábil nos processos cível e trabalhista: o valor informacional da contabilidade para o sistema judiciário**. São Paulo: Atlas, 2008.

PIRES, Antônio Amaral. **Laudo pericial contábil na decisão judicial**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá, 2010.

Disciplina: AUDITORIA CONTÁBIL

Ementa

Conceitos, diferenças e semelhanças entre auditoria interna e externa. Modalidades de auditoria.

Auditoria governamental. Auditoria operacional. Auditoria interna. Riscos de Auditoria. Controle Interno. Avaliação dos controles internos. Avaliação dos riscos. Normas Constitucionais sobre o controle externo. Controle externo. Relatórios de auditoria. Parecer na auditoria governamental.

Referências Básicas

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8. ed. Atlas, 2010-2012.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010-2013.

Referências Complementares

ARRUDA, Daniel; ARAÚJO, Inaldo; HUMBERTO, Pedro. **Auditoria contábil: enfoque teórico, normativo e prático**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002.

ERNST & YOUNG. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Luís M. de; PEREZ JUNIOR, José H. **Auditoria de demonstrações contábeis: testes, casos práticos e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2004.

Disciplina: CONTABILIDADE GERENCIAL

Ementa

Contabilidade por Responsabilidade: Centros de Custos, Centros de Lucros e Centros de Investimentos. Custo de Oportunidade. Preço de Transferência. Estrutura da Cadeia de Valores. Custeio do Ciclo de Vida do Produto. Custo Meta. Formação do Preço de Venda. Relação Custo x Volume x Lucro. Métodos de Avaliação de Desempenho Gerencial.

Referências Básicas

ANTHONY, A. Atkinson [et al.]. **Contabilidade Gerencial**. 2 ed. São Paulo; Atlas, 2008.

CREPALDI, Sílvio A. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GARRISON, Ray H; NOREEN, Eric W; BREWER, Peter C. **Contabilidade gerencial**. 11 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

Referências Complementares

JIAMBALVO, James. **Contabilidade gerencial**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

KUSTER, Edison. **Administração e Financiamento do Capital de Giro**. 2ª Ed. Curitiba: Juruá, 2005.

PADOVEZE, Clóvis L. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SARTORI, Eloi. **Gestão de Preços**. São Paulo: Atlas, 2004.

WERNKE, Rodney. **Análise de Custos e Preços de Venda**. São Paulo: Saraiva, 2006.

Disciplina: HISTÓRIA E TEORIA DA CONTABILIDADE

Ementa

Evolução histórica da contabilidade. Escolas e Doutrinas da Contabilidade. Enfoques à teoria da contabilidade. A função social da contabilidade. Objetivos da Contabilidade. Estrutura conceitual da contabilidade. Elementos das demonstrações Contábeis: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Mensuração e evidenciação contábil.

Referências Básicas

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, Jose Luiz dos. **História da Contabilidade: Foco na evolução das escolas do pensamento contábil**. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Referências Complementares

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação**. São Paulo: Atlas, 2006.

LOPES, Alexsandro Broedel; IUDÍCIBUS, Sérgio (Coord.). **Teoria Avançada da Contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NEPOMUCENO, Valério. **Teoria da Contabilidade: uma abordagem histórico-cultural**. Curitiba: Juruá, 2011.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **História da contabilidade**: foco nos grandes pensadores. São Paulo: Atlas, 2008

Disciplina: CONTABILIDADE AVANÇADA

Ementa:

Normas Brasileiras de Contabilidade relativas à Fusão, Incorporação. Cisão, Transformação e Liquidação de Sociedades. Valor Justo. Reavaliação de ativos. Critérios de reconhecimento e avaliação de Instrumentos Financeiros. Método de Equivalência Patrimonial – MEP. Consolidação das Demonstrações Contábeis.

Referências básicas

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins. **Contabilidade avançada**: texto e testes com as respostas. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ERNST & YOUNG; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de normas internacionais de contabilidade**: IFRS versus normas brasileiras. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3)**: Demonstrações Consolidadas. Brasília: CPC, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 46**: Mensuração do Valor Justo. Brasília: CPC, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 48**: Instrumentos Financeiros. Brasília: CPC, 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

7º PERÍODO

Disciplina: CONTROLADORIA

Ementa

Contextualização: função da controladoria, ambiente, função do controller; Planejamento: conceitos, tipos (estratégico e operacional), Etapas de implementação, acompanhamento da execução; Gestão e Controladoria: processo decisório, plano estratégico, sistema de avaliação do desempenho, modelo de gestão; Avaliação de Desempenho: aspectos introdutórios, tipos de indicadores, administração por centros de responsabilidade, modelos de avaliação do desempenho; Ferramentas de Gestão; Sistemas de Informação Contábil.

Referências Básicas

FIPECAFI. **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Controladoria básica**. Thomson: São Paulo, 2004.

Referências Complementares

ANTHONY, A. Atkinson [et al.]. **Contabilidade Gerencial**. 2 ed. São Paulo; Atlas, 2008.

GARRISON, Ray H; NOREEN, Eric W; BREWER, Peter C. **Contabilidade Gerencial**. 11 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

PELEIAS, Ivam R. **Controladoria**: gestão eficaz utilizando padrões. São Paulo: Saraiva, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Controladoria Avançada**. 1ª Ed. São Paulo : Pioneira Thomson Learning, 2005.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos de controladoria**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Disciplina: PRÁTICAS EMPRESARIAIS E TRIBUTÁRIAS

Ementa

Tipos de sociedade e procedimentos para constituição de uma empresa. Processamento dos registros contábeis e dos tributos em sistema contábil. Emissão dos livros fiscais e relatórios contábeis.

Referências Básicas

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Prática tributária da micro, pequena e média empresa**: legislações tributária e empresarial. Lei do Simples. Tributação da média empresa. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RUSSO, Luiz Roberto Romero. **Como alterar Contratos Sociais**: Manual de Alteração de Contrato e Adequação ao Novo Código Civil. São Paulo: Atlas, 2004.

Referências Complementares

RUSSO, F; OLIVEIRA, N. **Manual Prático de Constituição de Empresas**. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 14º Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARROS, S. F. **Entendendo a Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

Disciplina: TÉCNICAS DE PESQUISA EM CONTABILIDADE

Ementa:

Metodologia de pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas. Formulação de hipóteses. Técnicas de pesquisa qualitativas e quantitativas. Survey. Estudo de caso. Pesquisa-Ação. Etnografia. Focus Group. Método Misto. Redação de análise de resultados. Estrutura de artigo científicos. Estrutura de Trabalho de Conclusão de Curso.

Referências Básicas

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed – São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

BABBIE, Earl R. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando SPSS**. Tradução de Lorí Viali. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

8º PERÍODO

Disciplina: PRÁTICAS TRABALHISTAS E CONTÁBEIS

Ementa

Admissão de Pessoal. Rotinas de Departamento de Pessoal. Elaboração de Folhas de Pagamentos. Rescisão de Contratos de Trabalho. Processo manual e informatizado. Lançamentos Contábeis de empresa. Apuração dos Resultados e Elaboração das Demonstrações Financeiras.

Referências Básicas

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José C. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

BRONDI, Beijamin, BERMÚDEZ, René Raúl Zambrana. **Departamento Pessoal Modelo**. 4 Ed. São Paulo: IOB, 2007.

IBRACON. **Prática Contábil: A Tributários**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IBRACON. **Demonstrações Financeiras: Elaboração e Temas Diverso**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Sergio Pinto. **Comentários à CLT**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

REIS, Arnaldo. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DISCIPLINAS ELETIVAS

7º PERÍODO

Disciplina: AUDITORIA PÚBLICA

Ementa

Aplicação dos conhecimentos obtidos em Auditoria Contábil nas peças contábeis produzidas no setor público. Conceitos e aplicações da Auditoria Governamental; Auditoria do Orçamento Público; Auditoria Financeira e Patrimonial; Auditoria das Variações Patrimoniais; Auditoria Operacional.

Referências Básicas

CASTRO, Domingos P. de. **Auditoria e controle interno na administração pública**: guia para atuação das auditorias e organização dos controles internos nos estados, municípios e ONGs. São Paulo: Atlas, 2008.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria governamental**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROCHA, Arlindo C; QUINTIERE, Marcelo de M. R. **Auditoria governamental**: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. Curitiba: Juruá, 2008.

Referências Complementares

ANDRADE, Nilton de Aquino et al. **Planejamento Governamental de Municípios**. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CARVALHO, Jose Carlos Oliveira de. **Auditoria geral e pública**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

CASTRO, Robison G. de; LIMA, Diana V. de. **Fundamentos de auditoria governamental e empresarial**. São Paulo: Atlas, 2003.

CHAVES, Renato S. **Auditoria e controladoria no setor público**: fortalecimento nos controles internos – com jurisprudência do TCU. Curitiba: Juruá, 2009.

VICCARI JUNIOR, Aduino et al. **Comentários à Lei 4.320**: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do distrito federal. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: CONTABILIDADE NA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Ementa

Panorama do Setor Agrícola Local e Global; Desenvolvimento Rural Sustentável; Sistemas Produtivos Ecológicos; Agricultura Familiar; Sistemas de Gestão Ambiental; Práticas da Contabilidade Gerencial e Financeira na Agricultura de Base Ecológica. Política Ambiental para a Agricultura Sustentável.

Referências Básicas

CREPALDI, Silvio A. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisória. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. Van. **Teoria da contabilidade**. 1 ed. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e, imposto de renda: pessoa jurídica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

BARBOSA, L. C. B. G. **A Pluriatividade na agroecologia como uma alternativa de desenvolvimento para o ambiente rural**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, 2013.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 3 ed. 6 reimpr. São Paulo: Atlas, 2012, p. 629-664.

LEFF, E. **Saber ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SANTOS, G. J. dos; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de Custos na Agropecuária**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (Orgs.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

Disciplina: CONTABILIDADE RURAL

Ementa

Conceitos básicos de atividade rural; Ano agrícola x Exercício Social; Forma jurídica de exploração na agropecuária; Normas contábeis específicas para as atividades rurais; Fluxo contábil na atividade rural; Política Pública Ambiental para o Desenvolvimento Rural.

Referências Básicas

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural**: uma abordagem decisória. 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2016.

MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia. **Contabilidade da Pecuária**: atualizada pelas Leis nº 11.638/07 11.941/09. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e Imposto de Renda – Pessoa Jurídica. 14ª Edição. São Paulo: Atlas, 2014.

Referências Complementares:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 29:** Ativo Biológico e Produto Agrícola. Brasília: CPC, 2009.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo; IUDÍCIBUS, Sérgio. **Manual de Contabilidade Societária:** aplicável a todas as sociedades. 2º Edição. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Deyvison de Lima; OLIVEIRA, Gessy Dhein. **Contabilidade Rural:** uma abordagem do agronegócio dentro da porteira. 3ª Edição. Curitiba: Juruá, 2017.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: CONTABILIDADE AMBIENTAL

Ementa

Contabilidade ambiental: nacional, gerencial e financeira. Ativos, Passivos e Gastos ambientais: conceitos, contabilização e evidenciação. Política Ambiental no Contexto Empresarial. Características qualitativas da informação contábil aplicável aos fatos ambientais. Balanço social. Gestão ambiental.

Referências Básicas

FAUR, Adriana R. et al. **Contabilidade ambiental e relatórios sociais.** São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Bento G. da. **Contabilidade ambiental sob a ótica da contabilidade financeira.** Curitiba: Juruá, 2008.

TINOCO, João E. P; KRAEMER, Maria E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

BRAGA, Célia. **Contabilidade ambiental:** ferramenta para a gestão de sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

CARVALHO, Gardênia M. B. **Contabilidade ambiental:** teoria e prática. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2008.

FERREIRA, Aracéli C. de S. *Contabilidade ambiental:* uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PAIVA, Paulo R. **Contabilidade ambiental:** evidenciação dos gastos ambientais com

transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Maísa de S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

Disciplina: CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR

Ementa

Entidades de Interesse Social; Funcionamento das Entidades de Interesse Social; Gestão Contábil; Demonstrações Contábeis; Prestação de Contas.

Referências Básicas

ARAUJO, Osório C. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLAK, Paulo A. NASCIMENTO, Diogo T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Aristeu de. ROMÃO, Valdo. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social**. 5. ed. Brasília: Jurídica, 2004.

CABRAL, Eloísa Elena de Souza. **Terceiro Setor: gestão e controle social**. São Paulo. Método: 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social**. 2. ed. Brasília: CFC, 2008.

SLOMSKI, V. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

SLOMSKI, V. **Mensuração do Resultado Econômico em Entidades Públicas: uma proposta**. 1996. Dissertação (Mestrado) - FEA/USP, São Paulo.

Disciplina: ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE

Ementa

Aprofundar a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico, enfatizando aspectos diretamente relacionados à realidade brasileira. Análise das vertentes teórico-metodológicas circunscrita à relação entre Economia e Meio Ambiente. Realizar discussão sobre aspectos ligados ao setor industrial, a matriz energética, a política ambiental, ao comércio internacional e às relações internacionais.

Referências Básicas

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria (Orgs.). **Economia do Meio Ambiente**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências Complementares

ABRAMOWAY, Ricardo. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

DALY, Herman; FARLEY, Joshua. **Economia Ecológica: princípios e aplicações**. Lisboa: INSTITUTO PIAGET, 2004.

SAVITZA, Andrew W.; WEBER, Karl. **A empresa sustentável: O verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Disciplina: ECONOMIA DO SEMIÁRIDO

Ementa

Discussão acerca de elementos teóricos e empíricos inerentes a economia do semiárido, procurando problematizar a temática e identificando estratégias socioeconômicas que permitam discutir perspectivas de desenvolvimento para a Região do Semiárido Brasileiro, dando ênfase ao Semiárido Alagoano.

Referências Básicas

BRASIL. Ministério da Integração. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Semi-árido-PDSA: Versão preliminar para discussão**. Brasília, 2005.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, território e convivência: novas territorialidades no semiárido brasileiro**. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). **Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil**. João Pessoa: Editora Zarina Centro Cultural, 2009.

Referências Complementares

ARAÚJO, Tânia Bacelar de; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **Desigualdades regionais e**

Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: ARAÚJO, Tarcisio Patrício de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior (Orgs.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. p. 177-200.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; COSTA, José Eloízio da (Orgs.). **Territórios rurais e agricultura familiar no Nordeste**. São Cristóvão, SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2009.

MOREIRA NETO, Mariana. **Outro Sertão**: fronteiras da convivência com o Semiárido. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2013.

PEREZ-MARIN, Aldrin Martins; SANTOS, Ana Paula Silva dos (Orgs.). **O semiárido brasileiro**: riquezas, diversidades e saberes. Campina Grande: INSA/MCTI, 2013.

Disciplina: ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Ementa

Discussão sobre a economia brasileira, em seus principais aspectos, desde a industrialização restringida e o processo de substituições de importações (1929-1955) à reestruturação produtiva a partir dos anos 1990 e seu desempenho atual e perspectivas.

Referências Básicas

LACERDA, Antônio Corrêa de; RÉGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Economia brasileira**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

GIAMBIAGI, Fabio et. al. **Economia brasileira contemporânea**: [1945-2010]. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7.ed. Atlas, 2007.

Referências Complementares

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 1990.

BAER, Werner. **A economia brasileira**: uma abordagem profunda da Economia Brasileira até 2008. 3.ed. São Paulo: Nobel, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira**

em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Disciplina: EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO SEMIÁRIDO

Ementa

Discussão sobre os princípios básicos de empreendedorismo, inclusive empreendedorismo social, e de gestão de pequenos negócios. Análise e aplicação destes princípios na fundação e operacionalização de uma pequena e/ou média empresa. Discussão sobre o empreendedorismo no semiárido.

Referências Básicas

BARON, Robert A., SHANE, Scott A. **Empreendedorismo: uma visão do processo.** São Paulo: Thomson, 2007.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa.** São Paulo: Cultura, 2008.

DRUCKER, Peter. **Inovação e espírito empreendedor.** São Paulo: Cengage Learning, 1986.

Referências Complementares

BATALHA, M. O. *et al.* **Gestão agroindustrial.** São Paulo: Atlas, 1997.

CHER, Rogério. **O meu próprio negócio.** São Paulo: Negócio, 2002.

FILION, Louis J.; DOLABELA, Fernando. **Boa idéia! E agora.** São Paulo: Cultura, 2000.

JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento.** São Paulo: Saraiva, 2010.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W.; PALICH, L. E. **Administração de pequenas empresas.** 13.ed. São Paulo: Thomson, 2007.

Disciplina: ÉTICA E CIDADANIA

Ementa

O estudo versa sobre as definições e práticas dos valores morais e da ética pessoal e profissional na sociedade contemporânea. A contribuição da ética no contexto técnico-científico, acadêmico e para o exercício da cidadania. A inter-relação entre ética e moral na dimensão da sociedade disciplinar e no controle social. A abordagem da ética como imperativo interdisciplinar, nas relações socioambientais, de classe social, de gênero e relações étnico-raciais.

Referências Básicas

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.**

12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. **Disponível em:** <astro.if.ufrgs.br/fis2008/Fourez.pdf>. Acesso em: 30 de set. 2016.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Referências Complementares

AMOÊDO, Sebastião. **Ética do trabalho na era da pós-qualidade**. 2.ed. Qualitymark, 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HORTAL, Augusto. **Ética das profissões**. São Paulo: Loyola, 2006.

MARCONDES, Danilo. **Textos Básicos de ética: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

8º PERÍODO

Disciplina: CONTROLADORIA PÚBLICA

Ementa

Compreensão do processo de gestão das entidades públicas por meio das funções da controladoria, planejamento, avaliação de desempenho e de sistemas de informação.

Referências Básicas

BOTELHO, Milton M. **Manual de controle interno – teoria & prática: um enfoque na administração pública municipal**. Curitiba: Juruá, 2003.

PEIXE, Blênio C. S. **Finanças públicas: controladoria governamental**. Curitiba: Juruá, 2002.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

ANTHONY, R & GOVINDARAJAN, V. **Sistemas de controle gerencial**. 10 ed. McGrawHill, 2008.

CASTRO, Domingos P. de. **Auditoria e controle interno na administração pública: guia para atuação das auditorias e organização dos controles internos nos estados, municípios e ONGs**. São Paulo: Atlas, 2008.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Instrumento de avaliação da gestão pública – 2001**. Brasília: MPOG, 2001

REIS, Heraldo da Costa. **Contabilidade e gestão governamental: estudos especiais**. Rio de Janeiro: IBAM, 2004.

SLOMSKI, Valmor et al. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

Ementa

Estudo e aplicação de técnicas de elaboração e análise de projetos.

Referências Básicas

BUARQUE, Cristóvam. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos: como transformar idéias em resultados**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WOILER, Sansão; MATHIAS, Franco. **Projetos: Planejamento, elaboração e análise**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Referências Complementares

CASAROTTO FILHO, Nelson, KOPITTKKE, Bruno Hartmut. **Análise de Investimentos**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CLEMENTE, Ademir. **Projetos empresariais e públicos**. 2. São Paulo. ATLAS, 2003.

HOLANDA, Nilson. **Planejamento de projetos**. Rio de Janeiro: Editora APEC, 1985.

MENEZES, Luís César de Moura. **Gestão de Projetos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Carlos Vitor Timo. **Como fazer projetos de viabilidade econômica: manual de elaboração**. Cuiabá: Edunic, 2000.

Disciplina: ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE PROJETOS

Ementa

Conceitos básicos e elaboração de projetos de investimentos; Métodos de avaliação de investimentos; índices de rentabilidade: ROE x ROI; Técnicas de análise de viabilidade econômico-financeira de projetos: *payback* simples; valor presente líquido (VPL), taxa interna de retorno (TIR), índice de lucratividade (IL); Incerteza e projetos de investimentos: análise de sensibilidade.

Referências Básicas

- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- CALÔBA, Guilherme Marques. **Análise de investimentos**: tomada de decisão em projetos industriais. São Paulo: Atlas, 2002.
- CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPTTKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos**: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Referências Complementares**
- BERK, Jonathan B.; DEMARZO, Peter M. **Finanças empresariais**: essencial. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- DAMODARAN, Aswath. **Finanças corporativas**: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- MARTELANC, Roy; PASIN, Rodrigo Maimone; PEREIRA, Fernando. **Avaliação de empresas**: um guia para fusões & aquisições e *private equity*. São Paulo: Pearson Education, 2010.
- MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SCHMIDT, Paulo; SCHMIDT, Paulo. **Fundamentos da avaliação de empresas**: foco no método de fluxo de caixa descontado - teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2005.

Disciplina: GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Ementa

Conceitos, funções e objetivos da administração de material. Normalização. Especificação. Classificação de materiais. Qualidade. Análise de valor. Compras. Cadastro de fornecedores. Seleção de fontes de fornecimento. Negociação e diligenciamento. Armazenagem. Recepção de materiais. Estocagem e equipamentos de movimentação. Inventários. Gestão de estoques. Classificação ABC. Características e variáveis para a situação ideal de compras. Sistemas tradicionais de gestão de estoques. O uso de previsões. Estoques de reserva. Lote e prazo econômicos. Informações gerenciais em gestão de materiais. Segurança dos bens patrimoniais.

Referências Básicas

- DIAS, Marco A. P. **Administração de materiais**: princípios, conceitos e gestão. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005
- FRANCISCHINI, P. G. GURGEL, F. A. **Administração de materiais e do patrimônio**. São

Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de Materiais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Referências Complementares

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação a Administração de Materiais**. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

HONG, Yuh Ching. **Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada: Supply Chain**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010

VIANA, João José. **Administração de Materiais: Um Enfoque Prático**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010

PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2000.

MOROZOWSKI, Antonio C. **Apostila de Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais**. Curitiba – PR

Disciplina: CONTABILOMETRIA

Ementa

Introdução à pesquisa operacional. Modelos determinísticos de apoio à decisão. Modelos probabilísticos de apoio à decisão. Aplicação de *softwares* para resolução de problemas de pesquisa operacional.

Referências Básicas

ANDRADE, Eduardo L. de. **Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões**. 4 ed. São Paulo: LTC, 2009.

CORRAR, Luis J. THEÓPHILO, C. R. **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACHTERMACHER, Gerson. **Pesquisa operacional na tomada de decisões**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Referências Complementares

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

FIGUEIREDO, Sandra; MOURA, Heber. **A utilização dos Métodos Quantitativos pela Contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano 30, n.127, p. 51-61, jan./fev. 2001.

HOFFMANN, Rodolfo. **Análise de Regressão uma Introdução à Econometria**. 1ª ed. São

Paulo: Hucitec, 1977.

MARION, José Carlos; SILVA, Laércio Baptista. **Contabilometria**: Novo Campo de Estudos para a Contabilidade. Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, ano 16, n. 59, p.34-41, out./dez. 1986.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Existirá a contabilometria?** Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, n.41, p. 44-60, 1982.

Disciplina: MÉTODOS COMPUTACIONAIS APLICADOS À GESTÃO

Ementa

Apresentar os princípios básicos métodos computacionais com a utilização de softwares de produtividade pessoal para os negócios aos alunos de Ciências Contábeis e Economia, dotando-os com conceitos e ferramentas fundamentais necessárias para ganhar competitividade no mercado de trabalho.

Referências Básicas

LEVINE, David M; STEPHAN, David F.; KREHBIEL, Timothy C; BERENSON, Mark L. **Estatística: teoria e aplicações**: usando o microsoft excel em português. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

SOUZA, João Nunes de. **Lógica para ciência da computação**: uma introdução concisa. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LACHTERMACHER, Gerson. **Pesquisa operacional**: na tomada de decisões. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Referências Complementares

ABREU, Ari Ferreira de. **Fundamentos da contabilidade**: utilizando o excel. São Paulo: Saraiva, 2006.

BARROSO, Leônidas Conceição; BARROSO, Magali Maria de Araujo; CAMPOS, Frederico Ferreira. **Cálculo numérico**: (com aplicações). 2.ed. São Paulo: Harbra, 1987.

LAPPONI, Juan Carlos. **Estatística usando excel**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2005.

SPRINGERLINK (ONLINE SERVICE). **Principles and Practice of Constraint Programming Programming**: 14th International Conference. Sydney: Springerlink, 2008.

Disciplina: CULTURA E CONSUMO

Ementa

Consumo, cultura e trocas simbólicas. Consumo, patrimônio material, imaterial e ambiental e suas relações com o turismo. Produção, circulação, distribuição e usos dos bens culturais. Consumo e cultura urbana: das ruas aos shoppings. Consumo, mídia e novas tecnologias digitais.

Referências Básicas

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 16.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: EDUSP/Peirópolis 2003.

Referências Complementares

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

CHIAVENATO, Júlio José. **Ética globalizada & sociedade de consumo**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

LIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. In MARX, Karl. Os Pesadores. Tradução Edgard Malagodi e José Arthur Giannotti. Editora Nova Cultural Ltda, São Paulo, 1999.

Disciplina: PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Ementa

Economia de impostos envolvendo planejamento tributário de tributos federais, estaduais e municipais. Racionalização de procedimentos fiscais. Aplicação de planejamento tributário a atividades específicas. Discussões sobre relevantes e controvertidas questões tributárias.

Referências Básicas

BORGES, Humberto B. **Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CAMPOS, Cândido H. **Planejamento tributário: PIS/COFINS – importação e disposições**

legais. São Paulo: Saraiva, 2006.

YOUNG, Lúcia H. B. **Planejamento tributário** – fusão, cisão e incorporação. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2009.

Referências Complementares

ANDRADE FILHO, Edmar O. **Imposto de renda das empresas: CSLL, operações de HEDGE, preço de transferência, planejamento tributário e reorganizações societárias**. São Paulo: Atlas, 2009.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 10a ed., São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Prática tributária da micro, pequena e média empresa: legislações tributária e empresarial. Lei do Simples. Tributação da média empresa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Luís Martins et alii. **Manual de contabilidade tributária**. 5a ed., São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Edson. **Manual de Impostos e contribuições: para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplina: CONTABILIDADE INTERNACIONAL

Ementa

Aspectos Introdutórios; Harmonização Contábil Internacional; Organismos Contábeis Internacionais; Práticas de Governança Corporativa; Demonstrações Contábeis em Ambiente internacional.

Referências Básicas

FIPECAFI. ERNST & YOUNG. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

LEMES, Sirlei. COSTA, Fábio M. da. CARVALHO, Nelson. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

MOURAD, Nabil A. **IFRS 8 – Segmentos Operacionais: contabilidade internacional – International Financial Reporting Standards – IFRS – v. 7**. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

OLIVEIRA, Alexandre M. O. et al. **Contabilidade internacional: gestão de riscos, governança corporativa, contabilização de derivativos**. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade Internacional: equivalência patrimonial - 10**. São Paulo: Atlas, 2006.

WEFFORT, Elionor F. J. **Brasil e a harmonização contábil internacional**: influência dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado – v. 3. São Paulo: Atlas, 2005.

COSTA, Fabio Moraes da; CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei. **Contabilidade Internacional**: aplicação das IFRS 2005. 3. tir. São Paulo: Atlas, 2006.

INTERNACIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE. **Normas internacionais de contabilidade 2001**: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações do SIC existentes em 1º de janeiro de 2001. São Paulo: IBRACON, 2002.

Disciplina: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

Ementa

Conceitos básicos: desenvolvimento, meio ambiente e sustentabilidade. As diferentes perspectivas do conceito de desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade e a questão das fontes de energia. Aspectos temáticos do desenvolvimento sustentável. Novas perspectivas: usos e abusos do conceito de sustentabilidade.

Referências Básicas

ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade**: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAVALCANTI, Clovis ((org.)). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 5. ed. São Paulo: Cortez, c1995.

Referências Complementares

BARBIERI, José Carlos; BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2011.

PORTILHO, Fátima; PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: c2005. Garamond.

Disciplina: LIBRAS

Ementa

Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Referências Básicas

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

COUTINHO, Denise. **Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças**. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

FELIPE, Tanya A. **Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista**. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP, 2001.

Referências Complementares

QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. **Línguas de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOPES FILHO, Otacílio (Org.). **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 1997.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes: uma viagem a mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, Heloísa M. M. Lima et. al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para uma prática**. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

Disciplina: CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Ementa

Sistema financeiro nacional; estrutura e funcionamento do COSIF; operações de crédito; operações com arrendamento mercantil na visão do arrendador; operações com títulos e valores mobiliários; operações com derivativos; operações passivas; demonstrações contábeis obrigatórias.

Referências Básicas

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado Financeiro*. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Amaro L. Oliveira e NIYAMA, Jorge Katsumi. *Contabilidade de instituições financeiras* - 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

COLLI, José Alexandre; FONTANA, Marino. *Contabilidade bancária*. 5. ed., 7. tir. São Paulo: Atlas, 1996.

HOWELLS, Peter. BAIN, Keith. *Economia monetária moeda e bancos*. São Paulo: LTC, 2001.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. *Contabilidade de instituições financeiras*. 3. ed., 4. tir. São Paulo: Atlas, 2005. 226 p. ISBN 85 224 4079 5.

SAUNDERS, Anthony. *Administração de Instituições Financeiras*. São Paulo: Atlas, 2000.

Atividades Acadêmicas Científico-Culturais

O aluno deverá cumprir carga horária de 100 horas referente à realização das Atividades Acadêmicas Científico-Culturais. Segundo as novas Diretrizes, de natureza obrigatória são recomendáveis por estimularem práticas e estudos independentes, de acordo com o interesse acadêmico ou profissional do formando. Nesta perspectiva, as atividades complementares que os alunos do curso de Ciências Contábeis Bacharelado da UFAL, Campus do Sertão, devem desenvolver, se classificam nos seguintes grupos:

GRUPO 1 - ATIVIDADES DE ENSINO: compreende as seguintes atividades:

- Disciplinas oferecidas pela UFAL e por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional desde que em cursos reconhecidos;
- Disciplinas ou conteúdos que não estejam previstos neste projeto em cursos reconhecidos;
- Estudos desenvolvidos em cursos sequenciais ou em cursos de pós-graduação em Ciências Contábeis ou em áreas correlatas; e
- Monitoria.

GRUPO 2 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO: compreende as seguintes atividades:

- Conhecimentos e competências adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, sobretudo, com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade;

- Programas da instituição com relação à comunidade;
- Participação em programas de governo;
- Participação em Jornadas, Simpósios, Congressos, Seminários, Encontros, Palestras, Conferências, Debates, Mesas Redondas, Fóruns e outros; e
- Participação em Empresas Júnior e/ou em estágios curriculares não-obrigatórios em instituições diversas.

GRUPO 3 - ATIVIDADES DE PESQUISA: compreende as seguintes atividades:

- Participação em Programa de Iniciação Científica;
- Participação em Programas Especiais de Treinamento (PET);
- Participação em Núcleos Temáticos de Pesquisa; e
- Participação em outras atividades de pesquisa.

GRUPO 4 - ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL: compreende as seguintes atividades:

- Participação em Entidades Estudantis;
- Participação no Colegiado do Curso; e
- Participação conjunta na organização de eventos em contabilidade.

Além das atividades que compõem esses quatro grupos, ficará reservado ao Colegiado do curso a definição de outras Atividades Acadêmicas Científico-Culturais, considerando ainda que os alunos devam participar de pelo menos dois grupos dos explicitados acima.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

No que se refere ao Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão, o Trabalho de Conclusão de Curso está disciplinado por Resolução própria do Colegiado do Curso, disponível no Apêndice 1. O TCC deverá ser concretizado a partir da produção de uma monografia ou artigo científico, individual, sendo esta uma atividade obrigatória, com carga horária de 100 horas, que, dentre as características pertinentes está a orientação.

A orientação de TCC é obrigatória para os docentes efetivos do Curso de Ciências Contábeis da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema, devendo ser fundamentada em plano de trabalho, organizado conjuntamente pelo orientando e orientador. A opção pelo orientador é

feita pelo aluno, sendo opcional a escolha que este escolha um coorientador para auxiliá-lo na orientação.

O orientador deve prestar ao discente, assistência, acompanhamento, orientação e os esclarecimentos necessários, até a conclusão do TCC, devendo observar todas as atribuições conferidas a ele na resolução própria do Colegiado do Curso que trata sobre o TCC.

O TCC deverá ser submetido a uma banca composta pelo orientador, que presidirá a sessão pública de defesa do trabalho, e por dois membros efetivos, devendo um destes dois ser membro do corpo docente do curso. A avaliação será realizada em sessão pública de defesa de TCC, na qual o aluno deverá proferir uma apresentação do seu trabalho. Após a apresentação, os membros da banca deverão fazer suas críticas e sugestões ao trabalho e atribuir, individualmente, uma nota de 0 a 10, sendo a média das três avaliações dos membros da banca, a nota atribuída ao aluno.

É facultada a qualificação do projeto de TCC sempre que o orientador e o orientando achar necessária, devendo esta qualificação seguir os mesmos critérios da defesa do TCC, ficando dispensada apenas a atribuição de nota.

O aluno poderá ficar dispensado da defesa em sessão pública caso tenha artigo científico aprovado com professor orientador membro do corpo docente do curso e, opcionalmente, com coorientador(es), em evento científico ou periódico em contabilidade ou em áreas afins. Neste caso, o aluno deverá submeter o seu trabalho, e a comprovação da sua publicação, a uma Comissão de Certificação de Publicação. Esta comissão será composta pelo orientador, como presidente da comissão e por mais dois professores, devendo um destes dois ser membro efetivo do corpo docente do curso.

Flexibilização curricular

O Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão, materializa a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular a partir de atividades complementares, projetos de ensino e aprendizagem, de pesquisa e extensão e de eixos que integram os componentes curriculares.

Os conteúdos dos componentes curriculares foram pensados de maneira a estar compatíveis com o perfil definido para o egresso deste curso de graduação, ora já exposto anteriormente. Desta forma, as iniciativas de capacitação prática realizadas de maneira

complementar à teoria, como visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos intra e extracampus, atividades de pesquisas aplicadas em instituições públicas locais, dentre outras, se constituem numa premissa básica do processo de formação acadêmico, cidadão e profissional dos discentes deste Curso de Ciências Contábeis Bacharelado.

Portanto, diversas atividades podem conferir ao currículo do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão da Unidade a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil de um egresso generalista e humanista. Neste sentido, os docentes vinculados ao Curso constroem as disciplinas buscando criar um espaço propício a articulação entre teoria e prática, seja a partir do desenvolvimento de atividades de visita técnicas, atividades simuladas de interação com a realidade local ou do fomento a pesquisa de campo e/ou relato de experiências durante o desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos que serão apresentados nas disciplinas.

Por outro lado, a flexibiliza curricular, no âmbito deste curso, também ocorre, por exemplo: via atividades complementares de graduação presenciais ou semipresenciais, projetos de ensino e aprendizagem, estágios, aproveitamentos de estudo, projeto de extensão e pesquisa.

Estágios Supervisionados

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. A Resolução 71/2006 do CONSUNI trata sobre a questão do estágio na UFAL.

O Estágio para os cursos de Ciências Contábeis não se constitui em uma atividade obrigatória. Neste sentido, o estágio supervisionado para o curso de Ciências Contábeis Bacharelado ofertado pela Universidade Federal de Alagoas em Santana do Ipanema é não obrigatório. Entretanto, deve ser supervisionado pela instituição de ensino, com vistas a garantir que seja de fato, uma extensão do aprendizado do aluno relacionado ao curso.

O aprendizado acadêmico, em geral, é mais genérico e abrangente do que as atividades práticas profissionais, razão pela qual, o estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente, permitindo e garantindo, através da experiência

prática, que o aluno faça a relação entre o que aprende na academia e a atividade que exerce como estagiário (Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL).

O estágio curricular não obrigatório poderá se desenvolver nas dependências da Universidade ou nas da Instituição Concedente de estágio. Podem ser Instituições Concedentes de estágio curricular pessoas jurídicas de direito público ou privado que tenham condições de proporcionar ao aluno experiência prática na sua área de formação acadêmico-profissional. A carga horária máxima para as atividades de estágio curricular não deverá ultrapassar 30 (trinta) horas semanais, respeitando as atividades acadêmicas do estagiário, e não podendo ultrapassar o limite de 4 (quatro semestres) o tempo máximo de estágio em cada instituição concedente (Resolução nº 71/2006- CONSUNI/UFAL).

Nesta perspectiva, pela especificidade da característica da atividade de estágio, em contraposição à amplitude das atividades curriculares, o estágio deve ser bem orientado e supervisionado. Além do mais, é recomendável que a sua autorização ocorra apenas após o segundo ano do curso a fim de evitar uma eventual “especialização” do aluno antes de obter o conhecimento amplo na sala de aula.

O sentido de “supervisionado” pela instituição de ensino, além de prever que cabe a ela zelar para que os aspectos acima sejam assegurados, está ligado, sobretudo, a ideia de que, conforme apontado nas diretrizes, ter seus estudos verificados, interpretados, de modo que o próprio aluno reconheça naquela atividade uma experiência válida para sua formação.

A instituição deve, pois, assegurar ao aluno, orientação teórico-prática, a exemplo do que desenvolve a UFAL, através do módulo de gerenciamento de estágio. Neste sentido, o estágio supervisionado do curso de Ciências Contábeis Bacharelado da UFAL do Campus do Sertão, seguirá as normas e orientações do MGE (Módulo de Gerenciamento de Estágio).

A instituição concedente, de acordo com a Lei 11.788/2008, deverá:

- I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;
- II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

- V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.
- VIII – pagar obrigatoriamente, ao estagiário, bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como, também, auxílio-transporte.

4.2 Atividades Curriculares de Extensão

O curso de Ciências Contábeis Bacharelado, em cumprimento da meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014), que objetiva o aumento da taxa de matrícula no ensino superior a partir da estratégia de assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, destinou, do seu total de carga horária para a integralização do curso, 300 horas para as Atividades Curriculares de Extensão (ACE), as quais serão distribuídas em diferentes etapas do processo de aprendizagem.

Conforme o Art. 13 da Resolução nº 04/2018 Consuni/UFAL, cada aluno deverá cursar no mínimo dois projetos de extensão, sendo um obrigatoriamente no curso de Ciências Contábeis Bacharelado e o segundo (diverso do primeiro) podendo ser realizado em outro curso, desde que demonstrada interface com os conhecimentos da sua área de atuação. O Colegiado do curso avaliará os pedidos dos alunos que tiverem interesse em realizar o segundo projeto de extensão em outro curso, aprovando aqueles que contribuirão para a formação enquanto cientista contábil.

Nos termos do art. 2º, da Resolução 113/95 CEPE/UFAL, os alunos deverão iniciar suas ACE se matriculando em seu primeiro projeto no 3º período do curso, que perdurará até o 4º período. No 5º e 6º períodos, os alunos desenvolverão um evento em cada um dos referidos semestres, observando a temática do Programa de Extensão do curso. No 7 e 8º períodos, os alunos devem iniciar o segundo projeto de extensão. Os mesmos poderão escolher para cursar dentre os projetos ofertados no respectivo período de matrícula. Aqueles que excederem a carga horária exigida para cumprimento do projeto poderão ter o excedente computado como carga horária complementar, conforme disciplinado pelo art. 15 da Resolução nº 04/2018 Consuni/UFAL.

O curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Educacional Santana do Ipanema/Campus Sertão tem um Programa de Extensão, denominado Contabilidade e Desenvolvimento, o qual contempla três projetos de extensão, ressalta-se, porém, que outros Programas, bem como outros projetos, podem ser propostos ao Colegiado do Curso que os aprovarão caso os mesmos tenham relação com os conhecimentos da área de atuação do contador prevista no PPC.

4.2.1 Programa de Extensão: Contabilidade e Desenvolvimento

Este programa de extensão tem como objetivo, através da Ciência Contábil, atender às demandas por conhecimentos e técnicas desta ciência das comunidades impactadas pela Unidade Educacional onde o curso está inserido. Neste sentido, o programa de extensão criado para o curso visa auxiliar famílias a controlarem suas finanças, micro e pequenos empreendedores a gerirem melhor os seus negócios e a sociedade acompanhar e controlar os gastos públicos, articulando, portanto, diferentes conhecimentos desenvolvidos ao longo da formação universitária ao mesmo tempo que os direciona para o trabalho direto com a sociedade.

O programa ainda pretende garantir uma maior visibilidade da Universidade Federal de Alagoas junto à população e às empresas do sertão alagoano. Este processo é importante, inclusive, ao criar possibilidades de integração da academia às empresas da região, facilitando a inserção dos egressos do curso de Ciências Contábeis no mercado de trabalho local.

Considerando o art. 8º, § 1º, da Resoluções 65/2014, o programa conta com três projetos, que desenvolverão ações como minicursos, debates, orientações, oficinas, palestras, visitas dirigidas, comunicação por mídias sociais, dentre outras. Outros projetos podem ser adicionados a este programa, devendo os mesmos serem propostos ao Colegiado do Curso que os aprovarão caso se relacionem com esta área temática geral. Em respeito à Resolução nº 04/2018 Consuni/UFAL, cada um destes projetos tem duração de dois semestres, destacando que o programa não será descontinuado, vide sua característica demarcada pela formulação da curricularização da extensão, que se preocupa na continuidade das atividades junto às comunidades atendidas por projetos acadêmicos.

Nas Atividades Curriculares de Extensão propostas para o curso dentro deste Programa, ainda estão previstos dois eventos a serem realizados pelos alunos durante o 5º e 6º semestre do curso. Neste sentido, os alunos cursarão um Projeto de 72h durante o 3º e 4º semestre,

promoverão um evento com carga horária de 36h durante o quinto período e outro durante com a mesma carga horária no 6º período, e cursarão mais um projeto de extensão, de 152h de carga horária, durante o 7º e 8º períodos.

A forma de avaliação dos estudantes ficará a critério dos professores envolvidos em cada projeto, devendo-se levar em consideração a efetiva participação dos alunos em todas as ações desenvolvidas pelos projetos que cursarem. Neste sentido, serão avaliados os materiais preparados, a proatividade dos alunos, os eventos organizados, as participações nas reuniões de orientação e supervisão, dentre outros que o(s) docente(s) envolvidos considerarem necessários.

O Programa será avaliado continuamente pela Coordenação de Extensão da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema, pelo NDE do curso, pela comunidade atendida pelas ações extensionistas e pelos alunos envolvidos, utilizando os seguintes indicadores, os quais podem ser alterados ou incrementados conforme as avaliações sejam realizadas e novas necessidades de informação surjam:

INDICADOR	OBJETIVO
Firmamento de parcerias interinstitucionais	Identificar a existência de convênios, contratos e acordos de cooperação com outras instituições do setor público, privado ou de movimentos sociais.
Meios de comunicação e divulgação para a sociedade	Avaliar a diversidade das mídias de comunicação utilizadas para divulgação das ações dos projetos do programa: sites, mídias sociais, jornais, rádios, tv, outras.
Público alcançado pelas ações do Programa de Extensão	Quantificar o número de pessoas que são atendidas pelas ações desenvolvidas por cada projeto pertencente ao programa de extensão.
Público alcançado pelos produtos do Programa de Extensão	Avaliar o quantitativo de pessoas que é alcançado pelos produtos do programa de extensão.
Nível de satisfação do público atendido	Por meio de escala likert de 1 a 5 identificar o nível de satisfação do público atendido pelas ações e produtos desenvolvidos pelo programa.
Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas	Avaliar o comprometimento social do programa identificando o percentual de pessoas atendidas pertencente a estratos sociais vulneráveis.
Municípios atendidos pelas ações do programa	Identificar o percentual de municípios pertencentes à microrregião de Santana do Ipanema que são atendidos pelas ações do programa.
Satisfação dos alunos acerca da condução das ações extensionistas	Por meio de escala likert de 1 a 5 e de entrevistas identificar o nível de satisfação dos alunos envolvidos no Programa em relação à condução do mesmo.
Produção de materiais para instrumentalização da extensão	Identificar o quantitativo de materiais produzidos ou atualizados para orientação e apoio ao desenvolvimento das ações de extensão a cada 2 anos: livros, manuais, cartilhas, outros
Publicação de artigos, livros ou capítulos e comunicações orais em eventos com base em resultados do Programa de Extensão	Identificar o quantitativo de artigos, livros ou capítulos publicados e de comunicações orais em eventos com base em resultados do Programa de Extensão.

Os produtos provenientes deste Programa serão Seminários, Ciclos de Debates e

Exposições, podendo, a depender da demanda da comunidade e de parcerias firmadas serem realizados congressos.

O referido programa classifica-se em duas áreas temáticas definidas pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORPROEX): Educação e Trabalho. As linhas de extensão contempladas pelos projetos definidos no programa são: Educação profissional; Desenvolvimento rural e questão agrária; emprego e renda; Empreendedorismo; Gestão do trabalho; Gestão pública; Grupos sociais vulneráveis; e Jovens e adultos.

Os projetos apresentados neste PPC são apresentados resumidamente no quadro a seguir:

Quadro 9 – Projetos e eventos do Programa Contabilidade e Desenvolvimento

ACEs 1 e 3 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A POPULAÇÃO	
Resumo	Este projeto propõe estimular as famílias da microrregião de Santana do Ipanema, podendo ainda incluir as microrregiões de Batalha e de Palmeira dos Índios em atividades pontuais, considerando que historicamente o curso tem uma quantidade considerável de alunos residindo nestes locais, a utilizarem princípios da economia financeira para adequar as receitas familiares com as despesas previstas, contribuindo para que os orçamentos das famílias proporcionem o máximo de qualidade de vida possível e estimulem a cidadania. Serão oferecidos encontros sistemáticos semanais com os seguintes temas: economia doméstica, economia financeira, orçamento, contabilidade básica, juros, consumo consciente, coleta seletiva, compras coletivas, planilhas de compras e consumo, empreendedorismo, planejamento familiar, entre outros. Os encontros se destinarão principalmente às comunidades mais carentes das regiões atendidas por este projeto.
Público-alvo	Famílias que buscam maior controle financeiro, com enfoque em comunidades mais carentes.
Semestre de oferta	3º e 4º Períodos
Carga horária	72h (24h teóricas; 48h práticas)
Área temática	Educação
Linha(s) de extensão	Grupos sociais vulneráveis; e Jovens e adultos
ACE 3 – EVENTO	
Resumo	Os alunos deverão promover um evento com temática a ser definida conjuntamente com o(s) professor(es) envolvidos na ACE 3, considerando a área temática do(s) programa(s) de extensão existentes no curso do Curso.
Semestre de oferta:	5º Período

Público-alvo	O público-alvo será definido em conformidade com a temática escolhida para o evento.
Carga horária	36h (12h teóricas; 24h práticas)
Área temática	Educação e Trabalho
Linha(s) de extensão	Educação profissional; Desenvolvimento rural e questão agrária; emprego e renda; Empreendedorismo; Gestão do trabalho; Gestão pública; Grupos sociais vulneráveis; e Jovens e adultos.
ACE 4 – EVENTO	
Resumo	Os alunos deverão promover um evento com temática a ser definida conjuntamente com o(s) professor(es) envolvidos na ACE 4, considerando a área temática do(s) programa(s) de extensão existentes no curso do Curso.
Semestre de oferta	6º Período
Público-alvo	O público-alvo será definido em conformidade com a temática escolhida para o evento.
Carga horária	36h (12h teóricas; 24h práticas)
Área temática	Educação e Trabalho
Linha(s) de extensão	Educação profissional; Desenvolvimento rural e questão agrária; emprego e renda; Empreendedorismo; Gestão do trabalho; Gestão pública; Grupos sociais vulneráveis; e Jovens e adultos.
ACEs 5 e 6 – CONTABILIDADE PARA MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS	
Resumo	Este projeto se propõe a ofertar orientações e minicursos, acerca de empreendedorismo e contabilidade financeira, fiscal e gerencial, a micro e pequenos empreendedores, em potencial e existentes, da microrregião de Santana do Ipanema, podendo ainda incluir as microrregiões de Batalha e de Palmeira dos Índios, considerando que historicamente o curso tem uma quantidade considerável de alunos residindo nestes locais. Neste sentido, o projeto terá o objetivo de proporcionar aos micro e pequenos empreendedores da região a terem mais organização e controle dos seus negócios, além de uma visão mais empreendedora. Aos alunos participantes, o projeto promoverá uma experiência prática contábil a partir da realidade dos empreendedores da região.
Público-alvo	Micro e pequenos empreendedores existentes e em potencial
Semestre(s) de oferta	7º e 8º Períodos
Carga horária	152h (54h teóricas; 102h práticas)
Área temática:	Educação e Trabalho
Linha(s) de extensão	Educação profissional; Desenvolvimento rural e questão agrária; emprego e renda; Empreendedorismo; Gestão do trabalho.
ACEs 5e 6 OBSERVATÓRIO SOCIAL	

Resumo	Com o objetivo de incentivar e praticar a cidadania, este projeto se propõe a monitorar a transparência e a qualidade das aplicações de recursos públicos no Estado de Alagoas. O projeto envolverá alunos e comunidade local dos municípios da microrregião de Santana do Ipanema, podendo ainda incluir as microrregiões de Batalha e de Palmeira dos Índios, considerando que historicamente o curso tem uma quantidade considerável de alunos residindo nestas regiões. Neste sentido, serão promovidos debates, oficinas, minicursos, palestras, visitas dirigidas e orientações que envolvam a temática acerca de controle social de gastos públicos, incentivando a população local a acompanhar a execução do orçamento público e cobrar por melhorias na qualidade destes gastos. Além disso, será enfatizada a educação fiscal para conscientizar a população da importância dos impostos para financiamento dos serviços e investimentos públicos.
Público-alvo	Sociedade em geral.
Semestre(s) de oferta	7º e 8º Períodos
Carga horária	152h (42h teóricas; 102h práticas)
Área de Extensão	Educação e Trabalho
Linha(s) de extensão	Gestão pública.

Ressalta-se que os Projetos “Contabilidade para Micro e Pequenos Empreendimentos” e “Observatório Social” são alternativos, podendo apenas um deles ser ofertado no semestre ou, caso ofertado os dois, o aluno deverá optar por um dentre eles.

Feita esta exposição geral, apresenta-se a seguir uma descrição detalhada dos projetos e dos eventos que fazem parte das Atividades Curriculares de Extensão do curso, para melhor visualização de suas atividades e do preenchimento das condições que demarcam o processo de atividades curriculares de extensão.

4.2.1.1 Projeto: Educação Financeira para a População (ACEs 1 e 2)

CARGA HORÁRIA: 72h

EMENTA

Aplicação dos princípios básicos do cálculo financeiro para tomada de decisão. Planejamento e Orçamento familiar. Finanças Pessoais. Investimentos. Fundamentos básicos da teoria econômica.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Promover e institucionalizar a Educação Financeira para o efetivo exercício da cidadania a partir de problemáticas cotidianas das famílias participantes do projeto.

Objetivos Específicos

- a. Incentivar o consumo consciente;
- b. Instrumentalizar para o uso da Matemática Financeira no ajuste do orçamento familiar;
- c. Proporcionar aprendizado de planilhas de cálculo;
- d. Aplicar princípios da contabilidade no cotidiano do orçamento familiar;
- e. Estimular a prática interdisciplinar nas ações da educação financeira de forma continuada;
- f. Disseminar informações e conceitos sobre a Educação Financeira, favorecendo a compreensão dos aspectos que envolvem a lógica do mercado.

JUSTIFICATIVA

Segundo dados da Serasa Experian, em final de 2017, 61 milhões de brasileiros estavam inadimplentes, perfazendo um total de R\$ 269,1 bilhões em dívidas, o que representa R\$ 4.411,00 por CPF. Trata-se de uma parcela expressiva da população, com uma inadimplência significativa, considerando a renda média do Brasileiro de R\$ 1268,00 em 2017, segundo o IBGE. Além disso, as taxas de investimento e poupança do Brasil estão entre as menores do mundo, alcançando, respectivamente, 18 e 14% do PIB. Assim, o projeto de Educação Financeira torna-se fundamental.

O projeto tem como concepção que a Educação Financeira é ampla. Para além de aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular recursos, busca a partir de princípios econômicos, incentivar a comunidade a encontrar estratégias financeiras de melhorar a qualidade de vida, tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para as necessidades diárias, ao mesmo tempo em que prevê garantias para imprevistos que poderão surgir.

Diariamente surgem questões financeiras que precisam ser resolvidas com base em princípios econômicos: É melhor comprar à vista ou a prazo? É melhor estocar gêneros alimentícios ou comprar por demanda? É melhor comprar em embalagens de quantidades

maiores ou menores? E outras de concepção ética/cidadã: Será melhor aproveitar o dia de hoje ou nos preparar para o futuro? É melhor comprar produtos descartáveis ou mais duradouros? Será necessário trocar todos os anos de mochila? O que representa o consumo consciente? As compras coletivas são realmente mais econômicas? As compras via Internet compensam?

O princípio deste projeto é que não existe uma resposta correta para estas questões. Pode-se escolher respostas diferentes de acordo com o momento econômico que o mundo ou o país está atravessando e ou com as preferências pessoais de cada um. Contudo, o mais importante é que as escolhas sejam feitas de modo consciente, que se conheçam as implicações das decisões. O que se almeja é que todos tenham uma atitude mais equilibrada dentro de sua capacidade financeira e de suas verdadeiras necessidades. Esta é a concepção de Educação Financeira que se propõe este projeto.

O objetivo aqui é ajudar a comunidade a buscar, a partir de estratégias próprias, um equilíbrio na sua vida financeira. Sabendo que não há soluções rápidas ou milagrosas, pois esta mudança de postura dependerá de conhecimentos de aspectos que perpassam compreender noções de Economia, Economia monetária, Educação Fiscal, Sistema econômico, contabilidade doméstica, consumo consciente, entre outros.

METODOLOGIA

Serão realizadas oficinas, palestras, debates, discussões, visitas dirigidas a comunidades, e orientações sobre educação financeira. Além disso, o projeto buscará uma comunicação com seu público-alvo através de mídias sociais, blogs ou sites. As atividades ficarão a cargo dos participantes do projeto conforme temática anunciada. O referido projeto possui carga horária de 72h, sendo dividido em dois semestres de 36h.

Os equipamentos necessários para a execução do projeto serão provenientes de recursos da própria UFAL.

O projeto prevê a certificação dos participantes conforme carga horária estabelecida em cada Módulo. Estão previstas também atividades a serem desenvolvidas nas dependências da UFAL, que serão previamente agendadas e programadas.

RELAÇÃO DO PROJETO COM ENSINO E PESQUISA

O projeto se propõe a realizar atividades que contemplarão temas de caráter interdisciplinar com interfaces em assuntos contemporâneos e de interesse regional, prevendo

atividades de ensino em forma de seminários, palestras, oficinas entre outros. Os resultados esperados serão avaliados periodicamente na forma de diagnóstico (entrevistas, questionários, formulários etc.) e sistematizados em relatórios e produção científica.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

- Firmamento de parcerias interinstitucionais
- Meios de comunicação e divulgação para a sociedade
- Público alcançado pelas ações do Programa de Extensão
- Público alcançado pelos produtos do Programa de Extensão
- Nível de satisfação do público atendido
- Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas
- Municípios atendidos pelas ações do programa
- Satisfação dos alunos acerca da condução das ações extensionistas
- Produção de materiais para instrumentalização da extensão
- Publicação de artigos, livros ou capítulos e comunicações orais em eventos com base em resultados do Programa de Extensão

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FERREIRA, Roberto G. **Matemática financeira aplicada: mercado de capitais, administração financeira, finanças pessoais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. 3. ed. São Paulo: Fundamento, 2008.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária: Matemática financeira aplicada, Estratégias financeiras e Orçamento empresarial**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BASTOS, Vania Lomonaco. **Para entender a economia capitalista, noções introdutórias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

CERBASI, Gustavo. **Como Organizar sua Vida Financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento Empresarial: Planejamento e Controle Gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, Érico Veras; CORREIA NETO, Jocildo Figuiredo. **Gestão Financeira Familiar:**

como as empresas fazem. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia**: Fundamentos e Aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

4.2.1.2 Projeto: Contabilidade para Micro e Pequenos Empreendedores (ACEs 5 e 6)

CARGA HORÁRIA: 156h

EMENTA

Procedimentos contábeis aplicados à gestão e à compreensão das informações contábeis. Normas Tributárias. Ferramentas de Análise e Gestão Financeira. Análise através de indicadores. Métodos de Custeio. Formação do Preço de Venda. Gestão e Controladoria: processo decisório, plano estratégico, sistema de avaliação do desempenho. Ferramentas de Gestão; princípios básicos de empreendedorismo.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Promover orientações e minicursos acerca de empreendedorismo e Contabilidade Fiscal, Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira para os micro e pequenos empreendedores, em potencial e existentes, das microrregiões de Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Batalha.

Objetivos Específicos

- a. Firmar parcerias com instituições governamentais e não governamentais para auxiliar os envolvidos no projeto;
- b. Estimular e orientar pessoas que desejam se tornar empreendedoras;
- c. Proporcionar um comportamento mais empreendedor e profissional do público-alvo do projeto;
- d. Promover o conhecimento acerca de técnicas da Contabilidade Gerencial, conscientizando sobre a necessidade de planejamento e controle;
- e. Orientar acerca da utilização das informações contábeis financeiras, fiscais e gerenciais para fim de tomada de decisão;

- f. Incentivar a conscientização da necessidade de acompanhamento especializado na condução dos empreendimentos.

JUSTIFICATIVA

Estudos do Sebrae em âmbito nacional demonstram que até o segundo ano de existência cerca 23,4% dos empreendimentos constituídos no Brasil no ano de 2012 foram descontinuados. Conforme este mesmo estudo, o Estado de Alagoas apresentou, para os empreendimentos constituídos em 2012, uma taxa de mortalidade de 18,8%. Analisando os dados apenas para Microempresas, o índice de mortalidade em até dois anos de empreendimentos constituídos em 2012 sobe para 45%.

Considerando um estudo de amplitude temporal maior, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou em 2017 em sua pesquisa de Demografia das Empresas que apenas cerca 277,2 mil (37,8%) das 733,6 mil empresas abertas no ano de 2010 sobreviveram até 2015, evidenciando um índice elevado de mortalidade de empresas de 62,2%.

Diante destes indicadores, dentre as principais causas apontadas em estudos estão a falta de planejamento e de controle financeiro. Ainda neste sentido, um estudo do Sebrae-SP (2014) revela que 61% dos gestores destas empresas não buscaram orientação de pessoas ou instituições para conduzirem seus empreendimentos.

Considerando os índices negativos de sobrevivência dos empreendimentos em seus primeiros 5 anos, e que, conforme revelado por pesquisa do Sebrae-SP, cerca de 61% dos gestores destes empreendimentos que são encerrados dentro deste prazo não buscam orientações para auxiliá-los na condução de seus negócios. Portanto, este projeto justifica-se com o objetivo de melhorar estes indicadores na região onde atuará.

Como o projeto é voltado para micro e pequenos empreendedores, em potencial e existentes, os impactos deste projeto para a sociedade vão desde a profissionalização destes empreendedores até o possível crescimento de seus negócios com consequente geração de emprego e renda para o local.

METODOLOGIA

Serão realizadas oficinas, palestras, debates, discussões, visitas dirigidas aos empreendimentos envolvidos e orientações sobre Empreendedorismo e Contabilidade Financeira, Contabilidade Fiscal e Contabilidade Gerencial. Além disso, o projeto buscará uma

comunicação com seu público-alvo através de ferramentas digitais como mídias sociais, blogs ou sites. As atividades ficarão a cargo dos participantes do projeto conforme temática anunciada. O referido projeto possui carga horária de 152h, sendo dividido em um semestre de 54h, sendo 12h teóricas e 42 práticas, ofertado no 7º período, e um semestre de 102h, com 42h teóricas e 60h práticas, ofertado no 8º período.

Os equipamentos necessários para a execução do projeto serão provenientes de recursos da própria UFAL.

O projeto prevê a certificação dos participantes conforme carga horária estabelecida em cada Módulo. Estão previstas também atividades a serem desenvolvidas nas dependências da UFAL, que serão previamente agendadas e programadas.

RELAÇÃO DO PROJETO COM ENSINO E PESQUISA

Para garantir a integração deste projeto com atividades de pesquisa, através das de suas ações, os alunos participantes também coletarão dados para realização de pesquisas para entender como os micro e pequenos empreendedores do sertão alagoano têm utilizado a contabilidade em suas análises e decisões gerenciais, permitindo desta forma que a academia atue na região, junto ao público pesquisado, combatendo as deficiências encontradas nos resultados destas pesquisas. Ainda pretende-se com este projeto inserir os alunos interessados na iniciação científica, permitindo, àqueles que desejarem, um melhor preparo para seguirem carreira acadêmica, através do ingresso em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Considerando a interdisciplinaridade característica deste projeto de extensão que envolve empreendedorismo e contabilidade gerencial, financeira e fiscal, com foco em micro e pequenos empreendedores, as atividades de ensino serão diretamente impactadas à medida que os alunos e professores forem desenvolvendo as ações provenientes deste, devendo os alunos aplicarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula e levarem, junto com os professores envolvidos, para discussões em sala de aula o aprendizado adquirido em campo com o projeto.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

- Firmamento de parcerias interinstitucionais
- Meios de comunicação e divulgação para a sociedade
- Público alcançado pelas ações do Programa de Extensão
- Público alcançado pelos produtos do Programa de Extensão

- Nível de satisfação do público atendido
- Municípios atendidos pelas ações do programa
- Satisfação dos alunos acerca da condução das ações extensionistas
- Produção de materiais para instrumentalização da extensão
- Publicação de artigos, livros ou capítulos e comunicações orais em eventos com base em resultados do Programa de Extensão

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FABRETTI, Laudio Camargo. **Prática tributária da micro, pequena e média empresa: legislações tributária e empresarial simples nacional e lei de falência e recuperação de empresas** n. 11.101/05. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GARRISON, Ray H; NOREEN, Eric W; BREWER, Peter C. **Contabilidade gerencial**. 11 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTHONY, A. Atkinson et al. **Contabilidade Gerencial**. 2 ed. São Paulo; Atlas, 2008.

BERK, Jonathan; DEMARZO, Peter. **Finanças empresariais**. São Paulo: Bookman, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIMENES, Cristiano Marchi. **Matemática Financeira: com Hp 12c e Excel: uma abordagem descomplicada**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LEMES JUNIOR, Antonio B; RIGO, Cláudio M; CHEROBIM, Ana Paula M. S. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras – aplicações e casos nacionais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

4.2.1.3 Projeto: Observatório Social (ACEs 5 e 6)

CARGA HORÁRIA: 156h

EMENTA

Atividade Financeira do Estado – Despesas e Receitas Públicas. Administração Pública e Contabilidade Pública Aplicada. Orçamento: PPA, LDO e LOA. Receita Pública. Despesa

Pública. Execução Orçamentária e Controles Contábeis. Sistemas de contas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Lei de responsabilidade Fiscal: objetivos, transparência, controles e responsabilidade da área contábil.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Promover a conscientização da importância de acompanhamento e controle do uso de recursos públicos de forma democrática e apartidária.

Objetivos Específicos

- a. Participar e incentivar a participação da população dos municípios atendidos pelo projeto nas audiências públicas que tratem do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA);
- b. Buscar parcerias com organizações apartidárias que tenham projetos semelhantes, tais como o Conselho Federal de Contabilidade;
- c. Promover educação fiscal demonstrando a importância dos tributos para o financiamento dos serviços e investimentos públicos;
- d. Incentivar a participação de micro e pequenas empresas em processos licitatórios, visando contribuir para a redução da informalidade das empresas na região, bem como por meio do aumento da concorrência melhorar a qualidade e preço nas compras públicas;
- e. Realizar comparações entre os municípios acompanhados através de indicadores.

JUSTIFICATIVA

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (Lei Complementar 101/2000) estabeleceu normas de finanças públicas para promover uma ação planejada e transparente dos gastos públicos, sendo caracterizados como instrumentos de transparência da gestão fiscal, os quais podem ser divulgados inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, além das versões simplificadas destes documentos.

Tratando da transparência pública, a LRF busca garantir o direito constitucional previsto no inciso XXIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, o qual trata as informações dos

órgãos públicos como um direito e garantia fundamental:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Apesar deste direito existir, não é habitual do cidadão brasileiro exercer sua cidadania acompanhando estas informações e cobrando dos gestores públicos responsabilidade e boa gestão dos recursos públicos. Neste sentido, este projeto visa incentivar o controle social da gestão pública do Governo do Estado de Alagoas e dos Municípios das microrregiões de Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Batalha.

Considerando os casos de corrupção históricos no Brasil e a falta de conhecimento ou interesse da população em contribuir para a mudança deste cenário através de controle e acompanhamento dos gastos públicos, e conseqüente cobranças por melhorias na utilização dos recursos financiados pelos seus pagamentos de impostos, pensa-se que esta atividade precisa ser incentivada pela Universidade.

A garantia constitucional a informações públicas e a obrigatoriedade transparência pública após a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar 131/2009 viabilizam a execução deste projeto, e a falta de projeto semelhante desenvolvido na região justifica a criação do mesmo.

METODOLOGIA

Serão promovidos debates, oficinas, minicursos, palestras, visitas dirigidas e orientações que envolvam a temática acerca de controle social de gastos públicos, incentivando a população local a acompanhar a execução do orçamento público e cobrar por melhorias na qualidade destes gastos, além de participação em audiências públicas que tratem de orçamento público, buscando contribuir na elaboração e acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual, de modo a garantir que os gastos públicos proporcionem o maior benefício possível aos municípios alcançados pelo projeto. Além disso, o projeto buscará uma comunicação com seu público-alvo através de mídias sociais, blogs ou sites. As atividades ficarão a cargo dos participantes do projeto conforme temática anunciada. O referido projeto possui carga horária de 152h, sendo dividido em um semestre de 54h, sendo 12h teóricas e 42 práticas, ofertado no 7º período, e um semestre de 102h, com 42h teóricas e 60h práticas, ofertado no 8º período.

Os equipamentos necessários para a execução do projeto serão provenientes de recursos da própria UFAL.

O projeto prevê a certificação aos participantes conforme carga horária estabelecida em cada Módulo. Estão previstas também atividades a serem desenvolvidas nas dependências da UFAL, que serão previamente agendadas e programadas.

RELAÇÃO DO PROJETO COM ENSINO E PESQUISA

Para garantir a integração deste projeto com atividades de pesquisa, através das de suas ações, os alunos participantes também coletarão dados para realização de pesquisas científicas. Ainda pretende-se com este projeto, inserir os alunos interessados na iniciação científica, permitindo, àqueles que desejarem, um melhor preparo para seguirem carreira acadêmica, através do ingresso em cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Considerando a interdisciplinaridade característica deste projeto de extensão de interesse de toda a sociedade da região atendida, as atividades de ensino serão diretamente impactadas à medida que os alunos e professores forem desenvolvendo as ações provenientes deste, devendo os alunos aplicarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula e levarem, junto com os professores envolvidos, para discussões em sala de aula o aprendizado adquirido em campo com o projeto.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

- Firmamento de parcerias interinstitucionais
- Meios de comunicação e divulgação para a sociedade
- Público alcançado pelas ações do Programa de Extensão
- Público alcançado pelos produtos do Programa de Extensão
- Nível de satisfação do público atendido
- Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas
- Municípios atendidos pelas ações do programa
- Satisfação dos alunos acerca da condução das ações extensionistas
- Produção de materiais para instrumentalização da extensão
- Publicação de artigos, livros ou capítulos e comunicações orais em eventos com base em resultados do Programa de Extensão

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Lei 4320 de 17 de março de 1964. 30. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2000.

_____. Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva 2004.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública: teoria e 850 questões**. 3. ed. Campus, 2008.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

4.2.1.3 Eventos (ACEs 3 e 4)

Os eventos a serem desenvolvidos nas Atividades Curriculares de Extensão 3 e 4 deverão observar os conteúdos dos projetos que compõem o(s) programa(s) de extensão do curso, devendo, portanto, estarem alinhados com as temáticas, ementas e referências.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DOS EVENTOS

- Meios de comunicação e divulgação para a sociedade
- Público alcançado pelos produtos do Programa de Extensão
- Nível de satisfação do público atendido
- Inclusão de população vulnerável nas ações extensionistas
- Satisfação dos alunos acerca da condução das ações extensionistas
- Produção de materiais para instrumentalização da extensão

4.3 Integração entre ensino, pesquisa e extensão

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão que aqui se defende pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas. A defesa da prática como parte inerente, integrante e constituinte do questionamento sistemático, crítico e criativo e, da pesquisa como atitude cotidiana, como princípio científico e educativo, está presente na concepção de prática educativa do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado.

A capacidade de contemplar o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa (pesquisa) e a abertura ao meio externo à Universidade (extensão) oferece uma nova referência para a dinâmica na relação professor-aluno e desenha um novo contexto para o processo de ensino/aprendizagem.

No Curso de Ciências Contábeis Bacharelado, as Atividades Curriculares de Extensão foram concebidas de modo a integrar estas três atividades. Além disso os alunos podem participar de grupos de pesquisa liderados por professores do curso, e serão obrigados a desenvolverem um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade de monografia ou artigo científico, levando-os a utilizarem os conhecimentos adquiridos através das modalidades de ensino e de extensão curricular obrigatória na execução de uma pesquisa científica.

5. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O curso de Ciências Contábeis Bacharelado da unidade Santana do Ipanema, do Campus Sertão, fomenta a aplicação de metodologias de ensino e aprendizagem que promovam a construção do saber crítico, a autonomia e o protagonismo do estudante. Dessa forma, as disciplinas teóricas, práticas, teórico-práticas devem fornecer subsídios para construção de novos conceitos ou consolidação de conceitos objetos do estudo, com espaço para construção coletiva e participativa, conforme prevê o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFAL:

A articulação entre teoria e prática é compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento e possibilita o envolvimento dos alunos em problemas reais, tomando contato com seus diferentes aspectos e influenciando soluções. Desta forma, possibilita ao aluno sair da simples condição de mero receptor de informações para tornar-se sujeito da produção desse conhecimento, cuja prática implica em ação reflexiva atuação consciente e delimitação de planos de ação visando a determinados resultados. Deste modo, a prática constitui uma das dimensões para a produção de conhecimentos, um exercício através da qual este aluno poderá teorizar e analisar sob a orientação de princípios teóricos e metodológicos o seu objeto de estudo.

A operacionalização e desenvolvimento do trabalho pedagógico a ser desenvolvido se dará pelo emprego de várias estratégias metodológicas e técnicas de ensino e aprendizagem, não se restringindo a aula expositiva, que serão utilizadas para o alcance dos objetivos curriculares propostos, atendendo aos interesses e necessidades dos acadêmicos, por meio de:

- **Aulas expositivas dialogadas:** Metodologia tradicional de exposição de conteúdos, no entanto com estímulo a participação do estudante. A aula expositiva pode assumir um papel transformador por intermédio da troca de experiências entre professor e alunos, empregando uma relação dialógica. Esse método pode ser complementado pela utilização de recursos tecnológicos que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, tais como: recursos audiovisuais, Internet e vídeo;
- **Trabalhos em grupo:** Metodologia empregada para desenvolvimento de pesquisas ou resolução de exercícios que contribui para desenvolver as habilidades de trabalho em equipe, tais como divisão e coordenação de atividades, comunicação interpessoal, resolução de conflitos e liderança;
- **Seminários:** Trata-se de uma metodologia que tem como objetivo preparar o estudante para exposição de conteúdos, articulação de ideias, clareza ao manifestar-se sobre um assunto. Ainda promove o preparo para a comunicação e expressão oral;
- **Produção de textos/artigos/resenhas:** Metodologia que contribui para o desenvolvimento da habilidade da organização de ideias, expressão crítica por meio da escrita e elaboração de textos com a linguagem e o padrão científicos;
- **Dinâmicas de grupo:** Técnica que propõe oficinas, jogos, quizzes, fóruns, debates etc., em sala de aula, objetivando o preparo para a vivência profissional, ambiente que requer o desenvolvimento da contextualização crítica, tomada de decisões e liderança. Estimula a criatividade, iniciativa, o trabalho em equipe e a habilidade de negociação. As dinâmicas supervisionadas pelo professor favorecem a integração e o rompimento das barreiras da discriminação, em relação às pessoas em geral;
- **Estudos de caso:** Atividade de aplicação dos conteúdos teóricos, a partir de situações práticas, visando à formulação de alternativas de soluções problemas em casos reais ou fictícios;

- **Práticas em laboratórios:** Atividade didática que emprega o uso de laboratórios básicos e aplicados ao desenvolvimento das competências e habilidades práticas das disciplinas. Esses laboratórios são configurados de forma a possibilitar um ensino de alto nível e atualizado, colocando o estudante em contato com equipamentos e exercícios que simulam a situação real no dia-a-dia da atividade profissional. Dessa forma, o estudante, ao ingressar no mercado de trabalho, pode aplicar, em sua vida profissional, os conhecimentos úteis e importantes adquiridos nas aulas práticas;
- **Visitas técnicas:** Trata-se de atividade pedagógica extraclasse que visa proporcionar o contato e a observação das dinâmicas no ambiente profissional, integrando a teoria e a prática, sendo operacionalizadas por meio de realização de visitas guiadas a empresas, órgãos e instituições. Além disso, as visitas técnicas contribuem para o estreitamento das relações entre instituição de ensino e as esferas profissionais relacionadas ao curso, estabelecendo, dessa forma, uma visão sistêmica, abrangente e suas aplicações na área do curso;
- **Palestras:** Metodologia utilizada como aprofundamento de determinado assunto, tendo o palestrante à finalidade de contribuir para a integração dos aspectos teóricos com o ambiente profissional;

Essas metodologias apoiam-se em práticas que buscam a integração permanente entre estudante – professor – conteúdo. A ideia é que o educando desenvolva a habilidade de aprender a aprender. Para tanto, os estudantes devem ser encorajados a propor objetivos de aprendizagem próprios, trazendo demandas de seu interesse e da sociedade local e regional, que adaptem a proposta pedagógica à realidade do alunado.

A metodologia a ser adotada deverá considerar à integração e o espírito de equipe, o que é primordial para o desenvolvimento, tanto no corpo docente quanto discente, quanto à efetiva capacidade de interagir e compartilhar conhecimentos e experiências. Nesta proposta é preciso perceber que as estratégias a serem incorporadas ao desenvolvimento do currículo terão caráter investigativo e construtivo, levando o discente a ser corresponsável pelo seu aprendizado.

Diante disso, os métodos devem propiciar ao estudante aprender de maneira eficiente os conteúdos técnico-culturais produzidos e sistematizados pela humanidade, além da aprendizagem de valores, comportamentos e ações úteis à sociedade em cada momento histórico.

Os componentes curriculares e atividades complementares, previstas na matriz curricular, devem ser consideradas como um importante instrumento para o desenvolvimento das competências e habilidades do discente, possibilitando assim a inclusão da formação de conteúdos que contribuirão de forma efetiva para desenvolvimento profissional.

A partir da necessidade pela busca de competências, atitudes e habilidades exigidas aos discentes do curso de Ciências Contábeis Bacharelado é importante destacar que o futuro graduado deverá ter um pensamento crítico em torno das questões relacionada à área, que resolva problemas e promova inovações relacionados às técnicas contábeis.

- **Tecnologia da informação e da comunicação (TIC) no processo de ensino e aprendizagem**

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da UFAL para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) têm sido fundamental para a transformação das aulas tradicionais, levando a Universidade para um novo patamar de interação, facilitando a acessibilidade e a melhor integração de docentes e discentes às atividades acadêmicas.

Para consolidação da TIC, a UFAL está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: 1) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos, com a implementação do Módulo SIGAA (Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas), com a oferta de cursos de aperfeiçoamento para docentes e técnicos; 2) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, com a utilização da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) para promover o acesso à internet. Está, portanto, atenta as novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas.

O uso das TICs, por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. Nessa perspectiva, a UFAL oferece um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), por meio da plataforma Moodle, que permite não só a comunicação e a disponibilidade de material, mas a prática do ensino e aprendizagem nesse ambiente.

A unidade educacional Santana do Ipanema conta ainda com um laboratório de informática, com computadores conectados à internet, disponível para realização de pesquisas, elaboração de trabalhos e/ou aulas. Esses equipamentos são atualizados em termos de hardware

e software conforme as necessidades apresentadas e encaminhadas à gestão universitária.

Além disso, há a possibilidade de computadores, caixas de som e *datashow* para utilização ao longo do semestre por professores, estudantes, convidados para palestras e projetos em andamento, auxiliando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No que tange às disciplinas que empregam a TIC em seu processo de ensino e aprendizagem, de forma específica, os estudantes de Ciências Contábeis Bacharelado contam com a disciplina Comunicação e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no primeiro período, a qual discute as potencialidades e os desafios possíveis no uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, estabelecendo relações introdutórias ao uso delas para o profissional da área de negócios.

Além dessa disciplina, outras também têm potencialidade para o emprego mais intenso de TIC: Metodologia Científica (2º período), Estatística (2º período), Controladoria (7º período), Práticas Empresariais e Tributárias (7º período) e Práticas Trabalhistas e Contábeis (8º período).

Vale salientar que existe uma política pedagógica na Unidade Santana de Ipanema que prima pelo uso da TIC como instrumento de apoio e útil ao processo de ensino e aprendizagem. Deste modo, todas as disciplinas do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado têm como premissa a utilização da TIC, quando pertinente, dentre suas metodologias de ensino para melhor compreensão do conteúdo curricular e de desenvolvimento do senso analítico e crítico dos discentes.

- **Formas de apoio e acompanhamento aos discentes**

A UFAL conta com o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os discentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações com relação às suas dificuldades acadêmicas.

A UFAL trabalha com monitorias que são oferecidas semestralmente, com e sem bolsa, mediante lançamento de edital, processo seletivo (prova, entrevista e currículo). As disciplinas ofertadas para monitoria são elencadas pelos próprios alunos por meio de enquete.

O acompanhamento do desempenho discente e o apoio às suas atividades acadêmicas são também de responsabilidade das coordenações, com o auxílio dos professores, para atenção

aos estudantes, especialmente, na orientação para o processo de aprendizagem, na elaboração de trabalhos de conclusão do curso e nas atividades complementares.

A Instituição assume que as diferenças humanas existem e são naturais e que, como consequência desse pressuposto, a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades do educando. No que tange a educação inclusiva, para pessoas com deficiências auditivas e visuais, considera-se que a inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao pleno exercício da cidadania. Assim, no campo da educação, isso se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades.

Por conseguinte, a Unidade possui ambientes adequados (corrimão do lado específico, espaço reservado, cadeiras adequadas, identificação em Braille, serviços de tradutores e intérpretes de Libras e recursos de informática, quando necessário).

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de DBEN no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do curso e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Neste entendimento, o artigo 10 afirma que: “Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei nº 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei nº 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL.

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do rendimento escolar.

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;
- (c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1o – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2o - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 - Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1o - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2o - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1o - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2o - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou

superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

Ao nível do PPC do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado da Unidade Santana do Ipanema, Campus Sertão, a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

7. OUTRAS AVALIAÇÕES

A avaliação consiste em um processo de reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, o plano político-pedagógico do curso e as atividades curriculares. Busca-se através dela uma permanente aferição, por parte de todos os atores envolvidos no processo, da qualidade do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Neste sentido, a avaliação deve possibilitar correções necessárias para melhorias.

A Comissão de Autoavaliação (CAA), em parceria com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), realiza avaliação do processo de ensino-aprendizagem, realizando ainda

avaliação institucional e autoavaliação do curso em parceria com as instâncias superiores da instituição. Diante dos resultados das avaliações realizadas, o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado, contando com a participação discente, tomam decisões que auxiliem a resolução dos problemas identificados e que garantam a manutenção das qualidades.

a) Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem é realizada semestralmente através de uma avaliação dos docentes pelos discentes, envolvendo os aspectos inerentes ao processo de ensino/aprendizagem, tem seus resultados obtidos por disciplina, publicados no mural do Colegiado do Curso e no Relatório Anual da CAA. Os aspectos avaliados pelos discentes são:

- **Quanto ao Docente:**

1. Demonstrou segurança na exposição dos conteúdos, expondo-os com clareza e destacando aplicações e aspectos importantes da matéria.
2. Enriqueceu as aulas com resultados de pesquisa, material atualizado, visitas técnicas, demonstrações práticas e/ou participação de palestrantes externos.
3. Desenvolveu as aulas com objetividade, utilizando recursos e procedimentos apropriados.
4. Incentivou a participação dos alunos, analisando o seu questionamento crítico e suas contribuições.
5. Exigiu raciocínio crítico construtivo dos alunos.
6. Estabeleceu um bom relacionamento com os alunos, mostrando-se disponível para atendê-los sempre que possível.
7. Apresentou aos alunos os procedimentos e critérios de avaliação, logo nas primeiras aulas.
8. Buscou cumprir os procedimentos e critérios de avaliação, alterando-os somente quando devidamente justificado.
9. Utilizou instrumentos (avaliações, trabalhos etc.) de avaliação compatíveis com os conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas em sala de aula.
10. Discutiu com os alunos os resultados das avaliações, esclarecendo as dúvidas.

- **Quanto ao planejamento da disciplina:**

1. Os conteúdos a serem abordados durante a disciplina foram apresentados no início do semestre.
2. A totalidade dos conteúdos previstos para a disciplina foi desenvolvida.
3. Os objetivos de aprendizagem da disciplina foram alcançados.

4. A disciplina contribuiu como desenvolvimento da capacidade intelectual do aluno, não se restringindo à memorização.
5. A carga horária total da disciplina foi cumprida e bem aproveitada.
6. A disciplina incluiu exercícios, trabalhos práticos e/ou de laboratório ou outros.
7. Estou satisfeito com o que aprendi na disciplina.

- **Quanto à autoavaliação:**

1. Dediquei à disciplina todo esforço e energia de que sou capaz.

b) Avaliação Institucional e autoavaliação do curso

A avaliação do curso é executada conforme as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Dessa forma inclui a avaliação do desempenho dos estudantes através do ENADE, avaliação externa, realizada por comissões externas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a autoavaliação, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em parceria com a Comissão de Auto Avaliação (CAA).

As avaliações necessitam ser vistas como ponto de partida e de chegada. Ponto de chegada porque visualizamos o resultado de um esforço empreendido e de partida, porque é a partir delas que efetuamos novos trabalhos e reavaliamos estratégias de ação. Trata-se de um processo contínuo, gerando ações corretivas e/ou preventivas. A avaliação institucional e autoavaliação do curso é realizada em parceria com as instâncias superiores da Instituição e está baseada nas dez dimensões descritas pelo SINAES (SINAES, 2009), são elas:

1. Missão e o plano de desenvolvimento institucional;
2. O ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
6. Organização e gestão da instituição especialmente o funcionamento e

representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e de comunicação;

8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da Auto Avaliação institucional;

9. Políticas de atendimento aos estudantes, e;

10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. Todos participam deste processo: discentes, docentes, técnicos e chefias imediatas.

8.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Para atingir os propósitos da avaliação são utilizados procedimentos quantitativos, os quais são importantes, mas não suficientes, de modo que são também utilizadas metodologias qualitativas de forma combinada. Dessa maneira é realizado balanço crítico contribuindo com a identificação das potencialidades e carências setoriais ou necessidades em geral, e gerando indicadores para futuros planejamentos internos.

A Resolução nº 52/2012 - CONSUNI/UFAL define os representantes da comunidade acadêmica, bem como da comunidade civil e científica externa na composição da CPA e da CAA. Estas duas comissões realizam suas atividades em parceria.

A CPA disponibiliza questionários a serem aplicados para avaliação institucional pelos docentes, avaliação da infraestrutura e das metodologias de ensino/aprendizagem pelos discentes. Cabe a CAA realizar ainda um balanço crítico quanto aos resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários. Esse mecanismo integrado de avaliação CPA/CAA visa o envolvimento dos professores do curso no processo de Auto Avaliação institucional e do curso, que passam a conhecer melhor os discentes e resultados que contribuem para aprimorar suas metodologias de ensino/aprendizagem.

Os resultados dos questionários aplicados nas avaliações internas são disponibilizados na página do Campus na internet, possibilitando o acesso à toda comunidade acadêmica.

Além das avaliações internas, a gestão do curso feita pelo Colegiado com o apoio do Núcleo Docente Estruturante, acompanha as avaliações externas realizadas pelo Ministério da Educação através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das avaliações *in loco*, e as avaliações realizadas junto aos estudantes pelo Conselho Federal de Contabilidade através do Exame de Suficiência. Tais resultados são evidenciados Juntamente com as avaliações internas, tais resultados auxiliam ao aprimoramento constante do curso.

8.2 ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento consiste no monitoramento dos resultados das avaliações dos processos de ensino-aprendizagem. A avaliação do processo de ensino/aprendizagem tem o objetivo de identificar fragilidades, promover o raciocínio crítico e melhorias contínuas. Dessa forma a avaliação é um processo contínuo e deve envolver análises quantitativas e qualitativas, não sendo tratada apenas como um instrumento somativo, punitivo e classificatório.

Ao longo de cada semestre letivo, a verificação de aprendizagem pode abranger provas, trabalhos e exercícios práticos, seminários, relatórios, projetos, e/ou outros relacionados com a matéria lecionada por cada professor. Em consonância com a Resolução CEPE n.º 25 de 26 de outubro de 2005, a avaliação de desempenho do discente em cada unidade será feita atribuindo-se uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerada até duas casas decimais. Salienta-se que será atribuída nota zero ao estudante que usar de meios ilícitos durante a realização de exames de verificação de aprendizagem ou quando da elaboração de trabalhos escolares, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

Atendidas a frequência mínima às aulas e às demais atividades programadas para cada disciplina e/ou atividade curricular, será considerado aprovado o estudante que i) alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete), ii) alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos), após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina.

Por sua vez, será considerado automaticamente reprovado o aluno que i) frequentar carga-horária inferior a 75% (setenta e cinco por cento) daquela programada para a disciplina e/ou atividade em que estiver matriculado, ii) cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco), iii) não alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos), após a realização da Prova Final (PF).

A partir do acompanhamento do desempenho dos discentes e das avaliações

institucionais são realizadas ações para contribuírem com o processo de ensino-aprendizagem. Os discentes do curso de Ciências Contábeis Bacharelado contam com o apoio de monitores e tutores, principalmente nas disciplinas em que se verifica que os mesmos estão tendo maiores dificuldades na aprendizagem. Os monitores e tutores são discentes que já concluíram as disciplinas das quais são monitores ou tutores e que passaram por seleção através de edital interno da UFAL. Deve-se ressaltar que estes discentes realizam suas atividades sob a orientação de docente (s).

8. APOIO AOS DISCENTES

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apoiar, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), realizado anualmente e no qual a UFAL tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificadas:

- Apoio pedagógico - buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria.

- Estímulo à permanência - atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na área da saúde através da assistência médico odontológica; fomento à prática de atividades física e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando).
- Apoio financeiro - disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC, PET.
- Organização estudantil – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos quer sejam promovidos pela universidade quer sejam promovidos pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.
- Plano de acompanhamento do assistido – proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do mesmo ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída dos mesmos, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

A assistência estudantil é gerenciada pela UFAL através de sua Pró-Reitoria Estudantil, que conta com os Núcleos de Assistência ao Estudante – NAEs nos campi do interior, tendo um desses núcleos instalado na Unidade Educacional Santana do Ipanema. O NAE tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e

contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, buscando soluções para minimizar as situações de retenção e evasão, através do apoio à permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Dentre os programas de assistência instaurados na Unidade destacam-se a assistência à moradia, à alimentação e ao transporte. Os critérios de admissão dos alunos no programa de assistência estudantil têm por base a avaliação socioeconômica, sendo a concessão vinculada aos critérios estabelecidos por legislação própria.

Dentre os objetivos específicos do NAE, estão:

- fornecer dados de realidade que contribuam para elaboração de programas e projetos que atendam às necessidades da comunidade;
- realizar estudos socioeconômicos visando à seleção de candidatos inscritos nos diversos programas;
- realizar visitas domiciliares permitindo, assim, o conhecimento in loco da realidade social dos estudantes, estabelecendo formas de intervenção da instituição junto ao núcleo familiar da comunidade;
- viabilizar o acesso da comunidade acadêmica às diferentes modalidades de assistência;
- prestar atendimento individual aos estudantes que sejam encaminhados por suas coordenações ou que procurem espontaneamente o setor;
- propor formas de intervenção visando à formação com qualidade e inclusão social;
- e
- incentivar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, culturais e esportivos.

9. APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública. Entre seus princípios - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência -, este último, traduzido no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das IFES, para o apoio ao seu quadro de pessoal. Desta feita, a UFAL, produtora e disseminadora do conhecimento e do desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas, precisa abraçá-lo e materializá-lo em suas ações cotidianas.

Considerando a previsão legal expressa na Lei 5707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor.

A UFAL considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos (2013, p.71).

O PDI dos Servidores compõe-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

No que concerne ao dimensionamento das necessidades institucionais, diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos institucionais. A capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, melhorar o desempenho do servidor e por outro, assegurar um quadro mais confiante, motivado e conseqüentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: Iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho que objetiva redimensionar as ações desenvolvidas pelos servidores no exercício do cargo e auferir seu desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS), baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os docentes recém empossados, até

aqueles com mais tempo na Instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação destes profissionais na gestão acadêmica e institucional.

Esta Política de Apoio ao Docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, do qual nenhuma Instituição de Ensino Superior pode se furtar.

A UFAL, através do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, criado pelo Decreto Federal 6.833/2009, e instalado na Instituição em 2010, atua com o objetivo de coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da Universidade. Dentre os serviços prestados pelo SIASS estão a assistência à saúde, perícia oficial e promoção, prevenção e acompanhamento da saúde, estabelecendo atividades que visem:

- prevenção, detecção precoce e tratamento de doenças;
- reabilitação da saúde do servidor;
- avaliação do estado de saúde do servidor para o exercício de suas atividades laborais, através de ação médica ou odontológica; e
- intervenção nos processos de adoecimento físico, social ou psicológico do servidor, tanto no aspecto individual quanto nas relações coletivas no ambiente de trabalho.

Através do PAC – Plano Anual de Capacitação, que tem como base o Decreto 5.707/2006, e é desenvolvido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, são realizadas ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores. O Plano é desenvolvido através das demandas identificadas através de um levantamento de necessidades de capacitação, no qual podem opinar todos os servidores lotados nos diversos órgãos e unidades acadêmicas da Instituição.

O PAC busca promover o desenvolvimento integral do servidor com estratégias e ações que visam a aprendizagem e a melhoria do seu desempenho funcional, além de atender as suas perspectivas para o exercício de novas atribuições.

10. INFRAESTRUTURA

A infraestrutura para a viabilização do curso, apesar de não ser própria, oferece salas de aula, pesquisa, extensão e gestão, climatizadas. Laboratório equipado e climatizado, assim como, biblioteca. O corpo docente é formado de mestres e doutores, ou seja, a maioria possui pós-graduação *strictu sensu*. Já o corpo técnico, é formado por profissionais em áreas

específicas para dar suporte às operações do curso.

Quadro 10 – Infraestrutura Existente no Âmbito do Curso de Ciências Contábeis

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Sala de aula (com ar-condicionado)	8
2	Sala de apoio (Pesquisa e Extensão)	2
3	Biblioteca	1
4	Sala do NAE (Núcleo de Apoio ao Estudante)	1
5	Sala de reunião	1
6	Sala para Empresa Jr.	1
7	Sala de Coordenação de Curso	1
8	Laboratório de informática com 22 computadores, data-show e caixa de som.	1
9	Computador para as salas de aula	6
10	Data-show para a sala de aula	6
11	Computador para apoio acadêmico/administrativo	34
12	Impressora Laser	1

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Propostas curriculares em questão: saberes e docentes e trajetórias da educação. *In*: CUNHA, Maria Isabel da (Org.). **Reflexões e Práticas em Pedagogia Universitária**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA (ANGE). **Novas Diretrizes dos Cursos de Ciências Econômicas 2006**. Cadernos ANGE – Orientação acadêmica 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, abril, 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2007** (Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Brasília, julho, 2007.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, outorgada em 05 dez. 1988.

_____. **Lei Complementar Federal nº 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. **Lei Complementar Federal nº 131**, de 27 de abril de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Decreto nº 4.281**, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

_____. **Decreto nº 5.296**, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

_____. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

_____. **Lei nº 12.319**, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

_____. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Parecer CONAES Nº 4**, de 17 de junho de 2010 - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

COSTA, Márcio Jorge Porangaba. **Habilidades e Atitudes Necessárias ao Economista**. Maceió: EDUFAL, 1999.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX. Extensão Universitária: **Organização e Sistematização**. Belo Horizonte, MG. 2007. 10 mai. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Coordenação de Contas Nacionais. **Contas regionais do Brasil: 2010-2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. **Demografia das Empresas: 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2007**.

_____. **Cadastro de denominações consolidadas para Cursos de Graduação (bacharelado e licenciatura) do Ministério da Educação**. Sd.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

_____. **Parecer CNE/CP nº 09**, de 09 de maio de 2001, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação.

_____. **Portaria Normativa nº 40**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições

sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

_____. **Portaria nº 413**, de 11 de maio de 2006. Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

_____. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**.

_____. **Resolução CNE/CP nº 3**, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

_____. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

_____. **Resolução CNE/CP nº1**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. **Resolução nº 02**, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

_____. **Resolução nº 25 - CEPE**, de 26 de outubro de 2005, institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006.

_____. **Resolução nº 113 CEPE**, de 13 de novembro de 1995, estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação.

_____. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (2010)**. Brasília: MEC, 2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>> Acesso em: 14 abr. 2018.

SEBRAE-SP. **Causa Mortis**: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros 5 anos de vida. São Paulo: Sebrae-SP, 2014. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Anexos/causa_mortis_2014.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS). **Projeto Pedagógico**: subsídios para elaboração e avaliação. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

UFAL – Universidade Federal de Alagoas. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 PROGRAD/Fórum dos Colegiados**, de 20 de setembro de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos para reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

_____. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas**, de 27 de setembro de 2013 - Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da UFAL.

_____. **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados** - Disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL 2013-2017**.

_____. **Resolução nº 52/2012 CONSUNI/UFAL** – Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da UFAL.

_____. **Projeto Pedagógico do curso de Ciências Econômicas**. Maceió: FEAC, 2006.

_____. **Resolução nº 71**, de 18 de dezembro de 2006. Disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

_____. **Resolução nº 04**, de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL..

_____. **Parâmetros teórico-metodológicos para a curricularização e creditação da extensão na UFAL**. Maceió: UFAL, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Diretrizes para elaboração do Projeto Pedagógico de Cursos**. Ouro Preto: PROGRAD/UFOP, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Elementos do Projeto político-pedagógico de curso de graduação da UNIPAMPA**. Rio Grande do Sul: UNIPAMPA, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica e Ensino Superior: projeto- político-pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 2004.



APÊNDICE 1 – Resolução TCC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
Campus Sertão – Unidade Santana do Ipanema
Colegiado de Ciências Contábeis

RESOLUÇÃO nº 10/2019 do Curso de Ciências Contábeis da Unidade de Santana do Ipanema, Campus Sertão, Ufal.

Dispões sobre as normas de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do curso de graduação em Ciências Contábeis, da Ufal, Unidade de Santana do Ipanema, Campus Sertão.

O COLEGIADO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CAMPUS SERTÃO, UNIDADE SANTANA DO IPANEMA, no exercício de suas atribuições legais e regimentais; e

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013, que disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC nos cursos de graduação da UFAL;

CONSIDERANDO o Projeto Político Pedagógico do Curso de graduação em Ciências Contábeis da Unidade de Santana do Ipanema, Campus Sertão, Ufal;

CONSIDERANDO a Resolução nº 45/2016 Consuni Ufal, que trata da política de informação do Repositório Institucional da Ufal;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar as Resoluções nº 10/2018, nº 20/2018 e nº 30/2018, do Curso de Ciências Contábeis da Unidade de Santana do Ipanema, Campus Sertão, Ufal, que regulamentam o TCC do curso; e

CONSIDERANDO a deliberação, votação e aprovação dessa Resolução, pelos alunos do curso de Ciências Contábeis, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29/08/2018;

RESOLVE aprovar esta resolução, nos termos e anexos que seguem:

RESOLUÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

CAPÍTULO I

Do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que compõe a matriz curricular do Curso de Ciências Contábeis do *Campus* Sertão, da Unidade de Santana do Ipanema, da Universidade Federal de Alagoas, rege-se pela presente Resolução e pelas demais normas pertinentes.

Art. 2º. O TCC é uma atividade acadêmica obrigatória que consiste na sistematização, registro e apresentação

de conhecimentos científicos, produzidos na área do Curso, como resultado do trabalho de pesquisa e investigação científica.

CAPÍTULO II Dos Objetivos do TCC

Art. 3º. O TCC tem por finalidade:

I) Estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico, fundamentais para o desenvolvimento da ciência;

II) Aprimorar a capacidade de articulação, interpretação e reflexão em sua área de formação por meio do desenvolvimento de produção científica.

CAPÍTULO III Das Modalidades de TCC

Art. 4º. O TCC consiste em um trabalho (pesquisa) acadêmico relatado sob uma das seguintes formas:

I. **Monografia** desenvolvida e **defendida numa banca**, nos termos do art. 20 desta Resolução; **ou**

II. **Trabalho Acadêmico (semelhante a um artigo)** desenvolvido e **defendida numa banca**, nos termos do art. 20 desta Resolução; **ou**

III. **Artigo Científico** publicado:

a) Numa revista material ou eletrônica oficial, de Contabilidade ou de qualquer outra área científica relacionada à grade curricular estabelecida no PPC do curso; ou

b) Num dos anais de algum Congresso (ou Seminário) de Contabilidade ou de qualquer outra área científica relacionada à grade curricular estabelecida no PPC do curso, desde que desenvolvido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, ou por um órgão reconhecido pelo CFC.

c) No momento em que o Discente estiver cursando entre o 4º e o 8º períodos do curso de Ciências Contábeis.

§ 1º. A modalidade de TCC será escolhida pelo(s) aluno(s), mas com o necessário aval do Orientador(a).

§ 2º. O TCC pode ser desenvolvido por **até 3** (três) alunos (sendo todos os alunos do curso de Ciências Contábeis, da Unidade Ufal de Santana do Ipanema), sob orientações de um(a) Orientador(a) e um(a) eventual Co-orientador(a).

§ 3º. Se o TCC for desenvolvido na modalidade de Artigo, o(a) Orientador(a) e o(a) eventual Co-orientador(a) poderão ser identificados (exclusivamente para fins de publicação) como coautores e, conseqüentemente, serão assim apresentados às revistas, aos seminários e aos congressos; entretanto, o artigo só será considerado como trabalho de conclusão de curso para o(s) discente(s), sendo assim considerado o(s) único(s) autor(es) do TCC.

§ 4º. O Trabalho Acadêmico (parecido com artigo) desenvolvido e defendido em Banca Examinadora também poderá – a critério do orientador e do(s) aluno(s) – ser submetido a publicação em um dos meios (revistas ou anais) previstos nas alíneas *a)* ou *b)*, do inciso II, deste artigo, nos termos e padrões solicitados pela referida revista ou anais.

§ 5º. Para fins de defesa e depósito na Biblioteca da Ufal, o TCC desenvolvido nos formato de Trabalho Acadêmico (parecido com artigo), nos termos do artigo 4º, II dessa Resolução, tem a mesma estrutura dos artigos científicos, com o acréscimo de: **Capa, Folha de Rosto, Folha de Aprovação, Sumário, Resumo** (numa página independente – semelhante ao que se faz nas monografias), **Referências** (numa página independente – semelhante ao que se faz nas monografias) e, para depósito na Biblioteca, a **Ficha Catalográfica** emitida pela Biblioteca da Unidade.

CAPÍTULO IV Dos Requisitos

Art. 5º. Poderá desenvolver e defender (ou publicar) o TCC, o discente que esteja regularmente matriculado no curso e que tenha cumprido, no mínimo, de 37,5% (trinta e sete e meio por cento) da carga horária total do curso.

CAPÍTULO V Da Estrutura Organizacional

Art. 6º. O desenvolvimento do TCC envolve a seguinte estrutura organizacional:

- I. Orientador(a) e, opcionalmente, co-orientador (ambos podendo assumir os cognomes de coautores);
- II. Coordenação de TCC;
- III. Banca Examinadora ou Comissão de Certificação de Publicação;
- IV. Colegiado do Curso.

Parágrafo único: O cognome coautor não descaracteriza as funções, nem as prerrogativas do Orientador, especialmente as destacadas no Capítulo VI desta Resolução.

CAPÍTULO VI Do Orientador

Art. 7º. O discente regularmente matriculado no TCC do Curso de Ciências Contábeis da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema terá um docente orientador, que acompanhará seu TCC.

Art. 8º. O(A) orientador(a) deverá ser um docente, efetivo ou substituto, vinculado ao Curso de Ciências Contábeis da Unidade de Ensino Santana do Ipanema.

Parágrafo único: O docente substituto somente poderá orientar um discente se houver comprovado (contrato vigente) que o tempo para o término do seu contrato de trabalho é superior ao tempo necessário para cumprir com todas as obrigações pertinentes ao processo de orientação do TCC.

Art. 9º. Ao Orientador de TCC compete:

- I. Orientar o discente na escolha do tema de pesquisa;
- II. Prestar ao discente, assistência, acompanhamento, orientação e os esclarecimentos necessários, até a conclusão do TCC;
- III. Agir com discrição na orientação do discente, respeitando-lhe a personalidade, as limitações e suas capacidades;
- IV. Diagnosticar problemas e dificuldades que estejam interferindo no desempenho do discente e orientá-lo na busca de soluções;
- V. Manter a Coordenação de TCC informada, oficialmente, sobre qualquer eventualidade nas atividades desenvolvidas pelo discente, bem como solicitar desta Coordenação a adoção das providências que se fizerem necessárias ao atendimento do orientando;
- VI. Supervisionar todo o processo de elaboração do TCC, desde a elaboração do projeto até a entrega da versão final para depósito da monografia, ou do comprovante de publicação do Artigo;
- VII. Participar das reuniões que forem convocadas pela Coordenação de TCC;
- VIII. Indicar o co-orientador, quando for o caso;
- IX. Indicar e formalizar o convite aos membros da Banca Examinadora;

- X. Indicar a revista ou seminário ou congresso para submissão e publicação do artigo;
- XI. Participar presencial e obrigatoriamente da banca de defesa de TCC de seu orientando e, se houver banca de qualificação, também deverá estar obrigatoriamente presente;
- XII. Preencher a **Ficha de Avaliação de TCC** e entregá-la à Coordenação de TCC, indicando a nota atribuída individualmente pelos membros da **Banca**, a média final do discente e fazendo constar a assinatura dos professores membros da comissão, nos termos do **Anexo I** dessa Resolução;
- XIII. Preencher o **Certificado de Publicação de Artigo** e entregá-la à Coordenação de TCC, indicando o meio (material ou digital) e o local (revista, anais de Congresso ou de Seminário) utilizado para a publicação e fazendo constar a assinatura dos professores membros da **Comissão de Certificação de Publicação**, nos termos do **Anexo II** dessa Resolução.
- XIV. Solicitar a intervenção da Coordenação de TCC em caso de incompatibilidade entre orientador e orientando;
- XV. Zelar pela obediência às regras éticas da pesquisa e o esmero com as normas da língua culta;
- XVI. Zelar pelo cumprimento de normas e prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC;
- XVII. Informar à Coordenação de TCC, a qualquer tempo durante a orientação, a inobservância de normas e prazos pelos orientandos;
- XVIII. Atender regularmente os discentes sob sua orientação, fazendo os devidos registros por escrito dos atendimentos;

Parágrafo único: As reuniões de orientação deverão ser agendadas de acordo com o quadro de atendimento de cada docente.

Art. 10. A troca de orientador só será permitida mediante requerimento endereçado, pelo discente, à Coordenação de TCC, acompanhado de justificativa com documentos comprobatórios e Declaração de Desistência de Orientação do orientador atual e de Carta de Aceite assinada pelo novo orientador.

§1º. A Coordenação de TCC encaminhará o requerimento e os demais documentos de solicitação de substituição de orientador do discente ao Colegiado de Curso para parecer e homologação.

§2º. Não havendo indicação do discente de novo orientador, cabe à Coordenação de TCC a designação de um substituto.

§3º. O orientador que não cumprir com sua função responderá administrativa e civilmente pelo não cumprimento de sua obrigação.

Art. 11. Nos casos em que o orientador desejar desistir da orientação do seu orientando, este deverá encaminhar Declaração de Desistência de Orientação à Coordenação de TCC, com cópia para o orientando, acompanhada de justificativa.

§1º. A Coordenação de TCC encaminhará a Declaração de Desistência de Orientação acompanhada de justificativa ao Colegiado de Curso para parecer e homologação.

§2º. A Coordenação de TCC solicitará ao discente a indicação de um novo orientador, acompanhada de Carta de Aceite.

§3º. Não havendo indicação pelo discente, a Coordenação de TCC deve fazê-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de recebimento da Declaração de Desistência de Orientação.

§4º. Em sendo impraticável a orientação (ausência de respeito ou afinidade entre orientando e orientado) e não sendo possível a substituição do orientador, nos termos dos artigos 10 ou 11 dessa Resolução, fica o discente obrigado a aguardar o semestre letivo subsequente.

Art. 12. É facultado ao discente contar com a colaboração de docente (interno ou externo ao Curso de Ciências Contábeis da Unidade de Ensino Santana do Ipanema) ou de outro profissional (externo à Universidade Federal de Alagoas), desde que tenha relevantes conhecimentos técnicos e que seja indicado pelo orientador do TCC,

além de formalmente autorizado pelo Colegiado do Curso.

§1º. O Co-orientador deverá expressamente aceitar a função por meio de uma Declaração de Aceite de Co-orientação, na qual conste o desenvolvimento de suas atividades de co-orientador em caráter de trabalho voluntário, **sem qualquer vínculo trabalhista com a UFAL**.

§2º. Cabe ao discente apresentar à Coordenação de TCC a Declaração de Aceite de Co-orientação.

§3º. Havendo o aceite oficial do co-orientador, seu nome deverá constar no TCC, como Co-orientador (caso seja Monografia) ou Coautor (caso seja Artigo Publicado), e nos documentos entregues pelo discente a Coordenação de TCC.

§4º o Candidato a co-orientador ou co-autor externo deverá enviar por e-mail seu currículo Lattes atualizado para a Coordenação de TCC, a quem cabe o envio ao Colegiado do Curso.

CAPÍTULO VII Da Orientação

Art. 13. A orientação de TCC é obrigatória para os docentes efetivos e substitutos do Curso de Ciências Contábeis da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema.

Parágrafo Único: A orientação deverá ser fundamentada em plano de trabalho, organizado conjuntamente pelo orientando e orientador seguindo normas desta Resolução e o cronograma anual de atividades elaborada pela Coordenação de TCC.

Art. 14. Cada docente deve orientar, no mínimo, 01 (um) discentes do Curso de Contabilidade, por semestre letivo.

Parágrafo único: O número máximo de TCC's que cada docente poderá orientar, por semestre letivo, será definido pela divisão do número de discentes matriculados no TCC, pelo número de docentes disponíveis para orientação no curso.

Art. 15. Os docentes que estiverem em processo de qualificação, em qualquer nível, ficam desobrigados da orientação dos trabalhos de TCC durante o período em que estiverem afastados, podendo fazê-lo se assim optarem; porém, a opção fica condicionada à autorização do Colegiado do Curso.

Art. 16. Ficam impedidos de orientar trabalhos de TCC os docentes que estiverem em cedência ou em gozo de licenças ou afastamentos, quais sejam:

- I. Licença para atividade política;
- II. Licença para o exercício de função pública temporária;
- III. Licença para o exercício de mandato sindical, nos termos da lei;
- IV. Afastamento por motivo de acompanhamento do cônjuge ou companheiro;
- V. Afastamento para serviço militar;
- VI. Afastamento para tratar de interesses particulares;
- VII. Licença para tratamento de saúde;
- VIII. Licença prêmio;
- IX. Licença maternidade.

§1º. Na ocorrência desses impedimentos caberá à Coordenação de TCC a indicação de um novo orientador.

§2º. Os docentes em exercício de funções de gestão administrativa não ficam isentos da obrigação de orientar.

CAPÍTULO VIII Da Coordenação de TCC

Art. 17. A Coordenação do TCC será composta por um coordenador, sendo esta função desempenhada, preferencialmente, pelos professores das disciplinas: Metodologia Científica ou Pesquisa Aplicada à Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis.

Art. 18. A Coordenação de TCC e os docentes orientadores compõem a equipe responsável pelo desenvolvimento das atividades relacionadas ao TCC.

Art. 19. À Coordenação de TCC compete:

I. Elaborar o calendário anual, divulgando-o à comunidade acadêmica, em até 20 (vinte) dias corridos do início do semestre, fixando prazos para a entrega dos projetos e das versões do TCC para os exames de qualificação e defesa;

II. Divulgar, no início do período letivo, os nomes dos docentes disponíveis para orientação, com as respectivas linhas de pesquisa;

III. Sugerir orientadores para os discentes que não os tiverem;

IV. Encaminhar ao Colegiado do Curso a relação dos docentes sem orientandos para as devidas providências disciplinares cabíveis;

V. Reunir-se com os discentes matriculados em TCC em horários divulgados publicamente, com registro das reuniões;

VI. Convocar, periodicamente, reuniões com os docentes orientadores e/ou discentes matriculados em TCC;

VII. Disponibilizar os modelos de Ficha de Avaliação de TCC e de Certificação de Publicação de Artigo;

VIII. Emitir a declaração de participação dos membros da:

a) Banca de defesa do TCC do discente; e

b) Comissão de Certificação de Publicação do Artigo do discente.

IX. Criar e manter arquivo atualizado com os projetos de TCC em desenvolvimento até a defesa do TCC ou a publicação do Artigo;

X. Providenciar, junto com orientador e discente, o local para defesa do TCC, em conformidade com a data e o horário estipulados em carta prévia do orientador;

XI. Orientar o direcionamento do discente à Biblioteca da Ufal, para tomar conhecimento sobre a burocracia e exigências necessárias para aquisição de ficha catalográfica e depósito do TCC na mesma, que nos termos das normas da Ufal, necessariamente será em meio digital.

CAPÍTULO IX

Da Banca Examinadora e da Comissão de Certificação de Publicação

Art. 20. O TCC (Monografia ou Trabalho Acadêmico) deverá ser submetido a uma Banca Examinadora designada para exame e avaliação do trabalho do discente, exceto se o mesmo for formatado na categoria de artigo publicado, nos termos do art. 4º, III, alíneas *a* e *b* dessa Resolução, oportunidade na qual será procedido nos termos do art. 20-A dessa mesma Resolução.

§1º. A Banca Examinadora será composta pelo orientador, como presidente, 2 (dois) membros efetivos e 1 (um) membro suplente.

§2º. Um dos membros efetivos deve ser, obrigatoriamente, membro do corpo docente do Curso de Ciências Contábeis da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema, podendo o segundo examinador ser um membro externo ao Curso.

§3º. É facultada a participação do co-orientador na Banca Examinadora, quando houver, desde que este não seja substituto de qualquer dos membros efetivos.

§4º. O presidente da banca examinadora indicará um docente suplente, pertencente ao corpo docente do Curso

de Ciências Contábeis.

§5º. É responsabilidade da Banca Examinadora averiguar a obediência às regras éticas da pesquisa, cabendo comunicar por escrito à Coordenação de TCC as faltas verificadas.

Art. 20-A. O Artigo Científico deverá ser, necessariamente, submetido a uma **Comissão de Certificação de Publicação**, designada para Certificar a Publicação do Artigo, nos termos do Anexo II desta Resolução, e entregá-la à Coordenação de TCC.

§1º. A Comissão de Certificação de Publicação será composta pelo orientador, como presidente, 2 (dois) membros efetivos e 1 (um) membro suplente.

§2º. Um dos membros efetivos deve ser, obrigatoriamente, membro do corpo docente do Curso de Ciências Contábeis da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema, podendo o segundo examinador ser um membro externo ao Curso.

§3º. É facultada a participação do co-orientador na Comissão de Certificação de Publicação, quando houver, desde que este não seja substituto de qualquer dos membros efetivos.

§4º. O presidente da Comissão de Certificação de Publicação indicará um docente suplente, pertencente ao corpo docente do Curso de Ciências Contábeis.

§5º. É responsabilidade da Comissão de Certificação de Publicação averiguar a obediência às regras éticas da pesquisa, cabendo comunicar por escrito à Coordenação de TCC as faltas verificadas.

CAPÍTULO X

Dos Direitos e Deveres do Discente em Fase de Realização de TCC

Art. 21. É considerado discente em fase de realização de TCC todo aquele regularmente matriculado no TCC.

Art. 22. Ao discente em fase de realização de TCC compete:

- I. Respeitar e tratar com urbanidade o orientador e demais pessoas envolvidas com o TCC;
- II. Escolher, sob consulta, o seu orientador, comunicando oficialmente à Coordenação de TCC, mediante apresentação do **Termo de Solicitação e Aceite de Orientação** firmado entre discente(s) e orientador, devidamente assinado por ambas as partes, nos termos do **Anexo III desta Resolução**;
- III. Definir o tema de pesquisa, de acordo com as linhas de pesquisa do curso e em consonância com as orientações do docente orientador (previstas no art. 9º, inciso I, desta resolução) e apresentá-lo à Coordenação de TCC;
- IV. Conhecer e cumprir as normas e prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC;
- V. Elaborar o projeto de TCC de acordo com a temática discutida com o orientador;
- VI. Se o projeto for submetido à Banca de Qualificação, guardar uma cópia assinada pelo professor orientador do projeto após avaliação, com as devidas sugestões de alteração da banca;
- VII. Comparecer às reuniões convocadas pela Coordenação de TCC e pelo orientador;
- VIII. Desenvolver todas as atividades propostas pelo orientador e **formatar seu TCC sem plágios**;
- IX. Demonstrar iniciativa e sugerir inovações nas atividades desenvolvidas, buscando a qualidade e mérito no desenvolvimento do TCC;
- X. Expor ao orientador, em tempo hábil, problemas que dificultem ou impeçam a realização do TCC, para que sejam buscadas as soluções;
- XI. Comunicar ao orientador e/ou à Coordenação de TCC, quaisquer irregularidades ocorridas durante e após a realização do TCC, visando seu aperfeiçoamento, observados os princípios éticos.
- XII. Elaborar versão final do seu TCC de acordo com a presente resolução e as instruções de seu orientador;

XIII. Entregar a cada membro da eventual Banca de Qualificação, em pelo menos **10 (dez) dias corridos** antes da data agendada para qualificação do projeto, 01 (uma) cópia impressa ou 01 (uma) em meio digital (**por e-mail**) da versão final do Projeto, se esse for facultativamente submetido a qualificação;

XIV. Entregar a cada membro da Banca Examinadora, em pelo menos **20 (vinte) dias corridos** antes da data agendada para defesa do TCC, 01 (uma) cópia impressa ou 01 (uma) em meio digital (por e-mail) da versão final do TCC;

XV. Comparecer em local, data e horário determinados para apresentar e defender seu TCC perante a Banca Examinadora;

XVI. Comparecer em local, data e horário determinados pela Comissão de Certificação de Publicação, para apresentar todas as provas necessárias à comprovação da Publicação do seu Artigo;

XVII. Quando da defesa do TCC, **o(s) discente(s) deverá(ão) levar para a Banca Examinadora, no mínimo, 03 (três) vias** impressas da sua “**Folha de Aprovação do TCC**” (nos termos do Anexo VII dessa Resolução) para coleta das assinaturas dos membros da Banca; das quais:

a) **01 (uma) via será entregue à Biblioteca, no momento do Depósito.**

b) 01 (uma) via poderá ser utilizada para encadernação, guarda e uso pessoal do Discente.

c) 01 (uma) via extra servirá de reserva, para o caso de eventuais rasuras.

XVIII. Entregar ao Orientador, no máximo em 30 (trinta) dias corridos após a Defesa, 01 (uma) cópias do TCC, devidamente corrigidas e em formato Digital, para ratificação da aprovação e **Autorização de Depósito na Biblioteca**, nos termos do ANEXO VI dessa Resolução.

XIX. Obter as informações, na Biblioteca da Ufal, a respeito do procedimento necessário para o Depósito do TCC, e cumprir com todos os requisitos necessários para tal exigência, especialmente sobre:

a) Ficha Catalográfica;

b) Meio (formato) Digital aceito; e

c) Prazos e horários de atendimento.

XX. **(REVOGADO)**

Art. 23. São direitos do discente em fase de realização de TCC:

I. Receber orientação para realizar as atividades de TCC;

II. Ser ouvido em suas solicitações e sugestões, quando tiverem por objetivo o aprimoramento do TCC;

III. Solicitar à Coordenação de TCC, a substituição do orientador, mediante documento devidamente justificado.

CAPÍTULO XI **Da Operacionalização**

Art. 24. O TCC compreende as seguintes fases:

I. Escolha do orientador e definição do tema;

II. Elaboração de projeto;

III. Qualificação do Projeto (etapa facultativa, de acordo com o interesse do Orientador e do Discente);

IV. Desenvolvimento da pesquisa;

V. Defesa do TCC perante a Banca Examinadora, ou comprovação de Publicação do Artigo perante a Comissão de Certificação de Publicação;

VI. Entrega da versão final da monografia após a defesa, para encaminhamentos.

Parágrafo Único: O projeto, a monografia e o artigo deverão ser elaborados obedecendo as diretrizes para a redação de Trabalhos Acadêmicos da ABNT e as desta Instituição.

CAPÍTULO XII

Da Estrutura e do Teor do TCC

Art. 25. O discente deverá desenvolver seu TCC nas linhas de pesquisa do curso, devendo o tema pesquisado conter relevância teórica e social, além de adequação entre os objetivos propostos, a literatura utilizada e a metodologia empregada.

Parágrafo Único: O tema a ser pesquisado deve conter relevância teórica (técnico-científico) e social. A relevância teórica ocorre quando o tema pode fazer progredir áreas do conhecimento científico e a relevância social do tema acontece quando o conhecimento científico, produzido através dele, pode ser utilizado pela sociedade.

Art. 26. Na elaboração do trabalho de TCC deve-se considerar:

I. Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e as desta Instituição;

II. No seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no Art. 3º desta Resolução, a vinculação direta do tema ao curso e a inserção nas áreas de conhecimento identificadas pelas disciplinas ofertadas na matriz curricular;

Art. 27. Se o TCC for desenvolvido como monografia, essa deve conter, no mínimo, **20 (vinte) páginas textuais**, compreendidas da introdução à conclusão.

Art. 28. Se o TCC for desenvolvido como trabalho acadêmico (semelhante a artigo) ou como **artigo já publicado**, esse deve conter, no mínimo, **10 (dez) páginas textuais**, compreendidas da introdução à conclusão.

CAPÍTULO XIII

Da Qualificação do Projeto de TCC

Art. 29. A qualificação do projeto de TCC é **sempre facultativa**, de acordo com o interesse do Orientador e do Discente e visa avaliar a viabilidade de realização e relevância do estudo a ser realizado pelo discente.

Art. 30. As sessões de qualificação do projeto de TCC serão públicas e poderão ser realizadas em formato de reunião, desde que a banca esteja de acordo com a metodologia proposta.

Art. 31. Se for submetido a qualificação, sugere-se que o projeto de TCC se submeta a uma banca de qualificação composta pelos prováveis futuros examinadores da Banca de Defesa.

Art. 32. Os docentes participantes da banca de qualificação do projeto de TCC emitirão parecer sobre o estudo proposto com uma das seguintes indicações:

I. Aprovação do projeto;

II. Reformulação parcial do projeto;

III. Recusa do projeto.

Parágrafo único: quando o projeto for recusado pela banca de qualificação, o discente deverá apresentar novo projeto de TCC, no prazo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de necessitar adequar-se ao calendário de TCC do semestre subsequente.

CAPÍTULO XIV

Da Defesa do TCC

Art. 33. As sessões de defesa dos TCC são públicas e deverão observar o calendário elaborado pela Coordenação de TCC.

Art. 34. A defesa do TCC está condicionada:

I. Ao cumprimento dos prazos estabelecidos no art. 22, incisos XIV, XV e XVI desta resolução;

II. À entrega à Coordenação de TCC de Declaração de aptidão assinada pelo orientador, atestando que o TCC está apto para ser apresentada e com indicação de data e horário da defesa e dos nomes dos membros que comporão a comissão examinadora.

Parágrafo Único: O discente que não entregar o TCC na data correta ou que não se apresentar para a defesa sem motivo justificado estará automaticamente reprovado.

Art. 35. A versão final do TCC será apresentada pelo discente perante a Banca Examinadora (nos termos do art. 20 dessa Resolução); ou perante a Comissão de Certificação de Publicação (nos termos do art. 20-A dessa Resolução, exclusivamente para a modalidade de artigo publicado).

§1º. Todos os docentes, efetivos, visitantes e substitutos, do Curso de Ciências Contábeis podem ser convocados para participar das bancas examinadoras e das Comissões de Certificação de Publicação, salvo aqueles que se encontrarem enquadrados nos casos previstos nos arts. 15 e 16.

§2º. Podem fazer parte como membros efetivos da banca examinadora e da comissão de certificação de publicação, docentes externos ao Curso de Ciências Contábeis da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema e na condição de co-orientador, profissionais que possuam nível superior e exerçam atividades afins na área de abrangência da pesquisa.

Art. 36. A banca examinadora e a comissão de certificação de publicação somente pode dar início aos trabalhos com a presença do respectivo presidente e dos respectivos 02 (dois) membros efetivos.

§1º. No caso de impossibilidade de composição da banca examinadora ou da comissão de certificação de publicação, por caso fortuito ou força maior, será agendada nova data para a defesa, obedecendo ao calendário acadêmico, sem que ocorra a substituição dos membros da banca.

§2º. No caso de impossibilidade de presença do orientador (presidente da banca), por caso fortuito ou força maior, a presidência da banca será exercida por um membro efetivo interno e o lugar deste será ocupado pelo membro suplente.

§3º. Em caso de ausência de qualquer membro da banca ou comissão, a Coordenação de TCC informará oficialmente ao Colegiado de Curso, no qual deve constar a justificativa comprovada de ausência do docente.

§4º. Na ausência de apresentação de justificativa serão tomadas as medidas disciplinares cabíveis.

Art. 37. Na defesa do TCC (monografia ou trabalho acadêmico semelhante a artigo), o(s) discente(s) deverá(ão) realizar a apresentação (em conjunto) em, **no mínimo, 10 (dez) minutos e, no máximo, 20 (vinte) minutos**, ao que se seguirá arguição pela banca examinadora, que definirá de comum acordo os procedimentos adotados.

§1º. A apresentação de TCC que contenha mais de um aluno autor poderá ser feita por um, dois ou três alunos; porém, todos deverão estar presentes na banca e poderão ser arguidos individualmente, para avaliação do conhecimento sobre o tema e o TCC.

CAPÍTULO XV **Da Avaliação do TCC**

Art. 38. Para efeitos de avaliação e atribuição de nota ao TCC, a banca examinadora deverá levar em consideração, quando da apreciação do trabalho, a qualidade acadêmica, o domínio apropriado da língua culta, a inserção do trabalho em tema ou linha de pesquisa das Ciências Contábeis e a correta adequação entre referencial teórico/bibliográfico e a pesquisa empreendida pelo discente.

§1º. A avaliação da banca examinadora abrangerá o trabalho escrito e a defesa cujo resultado poderá ser aprovado, aprovado sob condições, ou reprovado, nos termos da Ficha de Avaliação do TCC (Anexo I).

§2º. A banca, ao avaliar o trabalho escrito, deverá considerar questões de forma e conteúdo, através dos pontos elencados na Ficha de Avaliação do TCC (Anexo I).

§3º. A atribuição das notas da defesa dar-se-á, em sessão secreta, após o encerramento da defesa, obedecendo aos critérios dispostos na Ficha de Avaliação do TCC (Anexo I).

Art. 39. Cada membro da banca deverá atribuir nota individual e nominal, que constará na Ficha de Avaliação do TCC (Anexo I). Na “Folha de Aprovação do TCC” constará apenas a nota final, que é a média das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Parágrafo Único: Quando da defesa, o discente deverá levar para a Banca Examinadora, no mínimo, **03** (três) **vias impressas** da sua “**Folha de Aprovação do TCC**” (nos moldes do Anexo VII) para coleta das assinaturas dos membros da Banca; das quais, 01 (uma) via será entregue à Biblioteca, no momento do Depósito.

Art. 40. Serão atribuídas, pelos membros da Banca Examinadora, notas variando de 0 (zero) a 10,0 (dez), o 10,0 (dez) sendo reservado aos trabalhos de excelência.

Parágrafo Único: Não há recuperação da nota atribuída pela banca examinadora do TCC.

Art. 41. Será considerado **Aprovado**, o TCC que obtiver média igual ou superior a 7,00 (sete).

Parágrafo único: Quando o TCC for “**Aprovado sob Condição**”, mantém-se a nota atribuída na defesa do TCC, porém, a aprovação do discente fica condicionada à entrega, ao Orientador, de 1 (uma) versão (cópia) do TCC corrigida, em formato Digital, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da defesa, para que o Orientador possa ratificar a aprovação, emitindo o Termo de Autorização de Depósito na Biblioteca, nos termos do ANEXO VI.

Art. 42. Será considerado **Reprovado** no TCC, o discente que obtiver média final inferior a 7,0 (sete);

§1º. São motivos para reprovação a insuficiência de desempenho, a qual é observada quando o discente não tenha conseguido desenvolver o TCC de forma satisfatória e/ou quando houver inserção de textos de terceiros como se fossem próprios.

§2º. A insuficiência de desempenho que resulte em reprovação deverá ser obrigatoriamente justificada pela banca.

§3º. Quando da reprovação, o discente deverá refazer o TCC e submetê-lo novamente à avaliação dentro do prazo de integralização do curso, mediante renovação semestral da matrícula.

§4º. Na hipótese excepcional de apenas algum dos alunos coautores do mesmo TCC se apresentar nitidamente desconhecedor do conteúdo e do respectivo TCC, poderá ser individualmente reprovado, restando a nota de aprovação apenas para o(s) aluno(s) remanescentes e merecedor(es). Tal observação será justificada e registrada no campo observação da Ficha de Avaliação do TCC (Anexo I).

CAPÍTULO XVI

Da Avaliação de Artigo já Publicado

Art. 43. Para efeitos de avaliação e julgamento do Artigo já Publicado, a Comissão de Certificação de Publicação deverá levar em consideração, quando da apreciação do trabalho, a qualidade acadêmica, o domínio apropriado da língua culta, a inserção do trabalho em tema ou linha de pesquisa das Ciências Contábeis e a correta adequação entre referencial teórico/bibliográfico e a pesquisa empreendida pelo discente e, **principalmente, se a publicação foi efetivada nos termos do art. 4º, III, combinado com o art. 28, ambos dessa Resolução.**

§1º. A avaliação da Comissão de Certificação de Publicação abrangerá o trabalho escrito, cujo resultado poderá ser **Aprovado, Aprovado sob Condição, ou Reprovado**, nos termos do Certificado de Publicação de Artigo (**Anexo II**), **com a respectiva atribuição de nota**, para fins de registro no sistema da notas da Ufal.

§2º. A Comissão, ao avaliar o trabalho escrito, deverá ponderar a exigências formais, em decorrência das formalidades inerentes à revista, ao congresso ou ao seminário. Registrando tudo no Certificado de Publicação de Artigo, nos termos do Anexo II dessa Resolução.

Art. 44. Cada membro da Comissão deverá ratificar a certificação, assinando o Certificado de Publicação de Artigo, nos moldes do Anexo II dessa Resolução.

Art. 45. Quando da Certificação, **o discente deverá levar** para a respectiva Comissão, **todos os documentos**

úteis a comprovação de que o artigo de TCC foi devidamente publicado nos termos do art. 4º, III, dessa Resolução.

Art. 46. Será considerado **Aprovado**, o artigo que for publicado nos termos do art. 4º, III, dessa Resolução.

Parágrafo único: Quando o artigo for **Aprovado sob Condição**, a aprovação do discente fica condicionada ao cumprimento das respectivas exigências, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da avaliação da Comissão, com a declaração do orientador de que as mesmas foram devidamente efetuadas, nos termos do Anexo VI dessa Resolução.

Art. 47. Será considerado **Reprovado**, o artigo que for publicado em termos (condições) distintos dos exigidos no art. 4º, III, combinado com o art. 28, ambos dessa Resolução.

§1º. Também são motivos para reprovação a insuficiência de desempenho, a qual é observada quando o discente não tenha conseguido desenvolver o TCC de forma satisfatória e/ou quando houver inserção de textos de terceiros como se fossem próprios.

§2º. A insuficiência de desempenho que resulte em reprovação do TCC deverá ser obrigatoriamente justificada pela Comissão.

§3º. Quando da reprovação, o discente deverá refazer o TCC e submetê-lo novamente à avaliação dentro do prazo de integralização do curso, mediante renovação semestral da matrícula.

CAPÍTULO XVII Do Depósito do TCC

Art. 48. Defendido, Aprovado e, quando necessário, corrigido o TCC, o discente deverá Depositar 01 (uma) cópia (versão) em formato Digital, na Biblioteca da Ufal, nos termos do art. 22, inciso XVII, alínea a, e inciso XIX, ambos dessa Resolução.

§1º. Para o Depósito, serão necessários:

- a) “**Folha de Aprovação do TCC**” (nos moldes do Anexo VII) devidamente assinada pela Banca Examinadora, nos termos do Art. 39, parágrafo único dessa Resolução;
- b) “**Autorização de Depósito na Biblioteca**” (nos termos do Anexo VI) devidamente assinada pelo Orientador, ou através de um e-mail endereçado a biblioteca da Unidade – Ufal, com cópia para o aluno interessado.
- c) 01 (uma) cópia (versão) do **TCC, em formato Digital**, nos termos exigidos pela Biblioteca Ufal; e
- d) Todo e qualquer outro documento (ou condição) exigido normativamente pela Biblioteca da Ufal.

§2º. Não se aceitará, em nenhuma hipótese, o depósito do TCC sem as referidas exigências do presente artigo.

§3º. Compete ao Dissente obter, **previamente e na Biblioteca da Ufal**, as informações a respeito do procedimento necessário para o Depósito do TCC, e cumprir com todos os requisitos necessários para tal exigência, especialmente sobre: Ficha Catalográfica; Meio (formato) Digital aceito; Prazos; e Horários de atendimento.

Art. 49. Comprovada a publicação do artigo e aprovado o TCC, nos termos do art. 20-A, o Certificado de Publicação do Artigo será preenchido em 3 (vias), que serão entregues: uma para o Discente; outra para a Coordenação de TCC; e a outra para a Coordenação do Curso.

Art. 50. Qualquer documento relacionado à conclusão do Curso e à aprovação do TCC só poderá ser expedido pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis.

CAPÍTULO XVIII Do Plágio

Art. 51. Toda e qualquer verificação comprovada de plágio implica em reprovação automática do TCC do discente, cabendo ao presidente da comissão examinadora do trabalho, quando verificado o delito, apresentar relatório circunstanciado, assinado por todos os membros da banca, à Coordenação do Curso que tomará as providências cabíveis conforme legislação vigente.

Parágrafo Único: O discente será notificado e automaticamente reprovado, não se eximindo das responsabilidades administrativas, cíveis e criminais.

CAPÍTULO XIX

Das Disposições Finais

Art. 52. O Colegiado do Curso de Ciências Contábeis poderá estabelecer normas complementares para o TCC, observadas as estabelecidas nessa Resolução.

Art. 53. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Ciências Contábeis, com base no regimento geral da UFAL e demais resoluções vigentes.

Art. 54. Esta Resolução e seus anexos entram em vigor em 21 de agosto de 2019, com efeito para todos os alunos que estejam devidamente matriculados no Curso de Ciências Contábeis.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO / UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANEXO I - FICHA DE AVALIAÇÃO DO TCC

No dia _____ de _____ de _____, o(s) aluno(s) abaixo defenderam

ALUNO(S)	MATRÍCULA

seu TCC, intitulado _____

_____.

A Banca Avaliadora esteve composta da seguinte forma:

Orientador(a):
Co-orientador(a):
Avaliador(a) 1:
Avaliador(a) 2:

As notas foram atribuídas conforme o quadro a seguir:

MEMBROS DA BANCA	NOTA TRABALHO ESCRITO (de 0,0 à 7,0)	NOTA DEFESA ORAL (de 0,0 à 3,0)	NOTA FINAL	ASSINATURA DOS AVALIADORES
Orientador(a):				
Avaliador(a) 1:				
Avaliador(a) 2:				
MÉDIA FINAL DO TCC ((1+2+3)/3)				

E, considerando os termos da Resolução do TCC do curso de Ciências Contábeis, consideramos o TCC em referência: () **APROVADO**; () **REPROVADO**; () **APROVADO SOB CONDIÇÃO**

Observações/Condições: _____

_____.

PARECER FINAL

A partir das notas atribuídas pela Banca Avaliadora, considera-se _____ o referido TCC, devendo o(s) aluno(s) proceder(em) os possíveis ajustes necessários, indicados pela banca, e realizar a entrega da versão final para que a nota seja registrada em seu histórico acadêmico.
Santana do Ipanema, ____ / ____ / ____.

Coordenador de TCC



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO / UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANEXO II - CERTIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE ARTIGO

CERTIFICAMOS que, no dia ____ de _____ de _____, o artigo intitulado

_____ do(s) aluno(s)

ALUNO(S)	MATRÍCULA

foi Publicado na(os):

() Revista: _____

() Anais do Congresso: _____

() Anais do Seminário: _____

Conforme se verifica no (site, ou edição): _____

A Comissão de Certificação de Publicação foi composta da seguinte forma:

Orientador(a):	Nota:
Co-orientador(a):	Nota:
Avaliador(a) 1:	Nota:
Avaliador(a) 2:	Nota:

E, considerando os termos da Resolução do TCC do curso de Ciências Contábeis, consideramos o TCC em referência: () **APROVADO**; () **REPROVADO**; () **APROVADO SOB CONDIÇÃO**

Atribuímos a **NOTA Média**: _____ Observações/Condições _____

PARECER FINAL

A partir das notas atribuídas pela Banca Avaliadora, considera-se _____ o referido TCC, devendo o(s) aluno(s) proceder(em) os possíveis ajustes necessários, indicados pela banca, e realizar a entrega da versão final para que a nota seja registrada em seu histórico acadêmico.
Santana do Ipanema, ____ / ____ / ____.

Coordenador de TCC



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO / UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANEXO III - TERMO DE SOLICITAÇÃO E ACEITE DE ORIENTAÇÃO
SOLICITAÇÃO DE ORIENTAÇÃO EM TCC

Prezado(a) Professor(a) _____,

ALUNO(S)	MATRÍCULA

Solicitam(os) orientação durante o semestre letivo _____ para o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que terá como tema: _____

Adicionalmente, afirmo conhecer as responsabilidades que devo assumir enquanto orientando(a), definidas na Resolução nº 10/2019 do Colegiado do curso de Ciências Contábeis, e o calendário de atividades previstas pela Coordenação, em relação ao desenvolvimento do trabalho.

Santana do Ipanema, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) aluno(a) 1:

Assinatura do(a) aluno(a) 2:

Assinatura do(a) aluno(a) 3:

ACEITE DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Ao Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso
Prof. Hélio Felipe Freitas de Almeida Silva

A partir da solicitação do(a) aluno(a) acima identificado, para orientá-lo no desenvolvimento de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a ser desenvolvido e concluído no semestre letivo _____, declaro que aceito assumir a sua orientação por tratar-se de um tema de minha área de conhecimento.

Adicionalmente, afirmo conhecer as responsabilidades quanto ao exercício da atividade de orientador(a) de TCC, definidas na Resolução nº 10/2019 do Colegiado do curso de Ciências Contábeis, e o calendário de atividades previstas pela Coordenação, em relação ao desenvolvimento do trabalho.

Santana do Ipanema, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) Orientador(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO / UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Santana do Ipanema/AL, ____ de _____ de 20__ .

Por meio desta, **APRESENTAMOS** o(a)s acadêmico(a)s do curso de Ciências Contábeis:

ALUNO(S)	MATRÍCULA

que está(ão) realizando a pesquisa intitulada _____

O objetivo do estudo é avaliar _____

Nestes termos, solicitamos **AUTORIZAÇÃO** para que o(a) mesmo(a) realize sua pesquisa através da coleta de dados nessa empresa (órgão) _____, com aplicação de questionários, entrevistas, observações e/ou recebimento de relatórios relacionados a esse tema da pesquisa.

Destacamos, por oportuno, que o caráter ético desta pesquisa assegura a preservação da identidade das pessoas físicas que fornecerem os dados e das pessoas físicas e jurídicas sobre as quais os dados são relacionados.

Solicitamos ainda a **PERMISSÃO PARA A DIVULGAÇÃO** dos resultados a serem alcançados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisas (TCC, artigos, etc.), **preservando o sigilo das pessoas físicas e jurídicas envolvidas e a referida ética.**

O pesquisador compromete-se, ainda, a fornecer um *feedback* (retorno) dos resultados e conclusões da pesquisa para essa destacada instituição.

Dado o exposto, **solicita-se a formalização de consentimento e de autorização**, nos termo de consentimento livre em anexo (verso).

Agradecemos, desde já, a atenção, a compreensão e a colaboração no processo de desenvolvimento deste(a) futuro(a) profissional. Continuamos a disposição dos senhores para eventual esclarecimento, pelo telefone: (____) _____, ou pelo e-mail: _____.

Atenciosamente,

Aluno
Matrícula:

Aluno
Matrícula:

Aluno

Orientador

Matrícula:

SIAPE:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO / UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANEXO V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, portador(a) do
RG. nº _____, CPF: _____ aceito participar da pesquisa intitulada

desenvolvida pelo(a) acadêmico(a)/pesquisador(a):

ALUNO(S)	MATRÍCULA

e **PERMITO** que obtenha dados relacionados ao tema da pesquisa e divulgue nos termos éticos e sigilosos comprometidos na carta de apresentação anexa (verso). Declaro ainda que tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações fornecidas obtidas possam ser publicados em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos, desde que **não sejam identificadas as pessoas físicas e jurídicas sobre as quais os dados são relacionados.**

Todos os documentos fornecidos/entregues ficarão sob a propriedade do(a) pesquisador(a).

Santana do Ipanema/AL, ____ de _____ de 20 ____

Nome completo e carimbo do pesquisado



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO / UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANEXO VI - AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO DE TCC NA BIBLIOTECA

Prezados Bibliotecários,

Eu, _____,
professor, SIAPE nº _____, nos termos do art. 48, § 1º, alínea b, da Resolução XX/2018 do
Curso de Ciências Contábeis, **AUTORIZO** o **DEPÓSITO**, nos arquivos da Biblioteca da Ufal, de uma
cópia Digital do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulado _____

_____, desenvolvido pelo(s) discente(s)

ALUNO(S)	MATRÍCULA

Aluno(a) que, neste ato, **RATIFICAM** que o seu TCC não contém plágio.

Santana do Ipanema, _____ de _____ de _____

Aluno
Matrícula:

Aluno
Matrícula:

Aluno
Matrícula:

Orientador
SIAPE:

ANEXO VII – MODELO DE FOLHA DE APROVAÇÃO

autor(es): FULANO DE TAL
BELTRANO DE TAL
CICRANO DE TAL

(Título e subtítulo da monografia)

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão, unidade de Santana do Ipanema/AL e aprovada em (dia) de (mês) de (ano).

(titulação, Nome completo, instituição) (Orientador)

Banca Examinadora:

(titulação, Nome completo, instituição) (Examinador Interno)

(titulação, Nome completo, instituição) (Examinador Interno)